

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM LETRAS - LINGÜÍSTICA

NANASHARA FAGUNDES BEHLE

**OS FENÔMENOS DA CONTRADIÇÃO E DOS PARADOXOS NA LINGUAGEM: UMA  
AVALIAÇÃO DE TEORIAS E DE ESTUDOS DA PRAGMÁTICA INFERENCIAL**

Porto Alegre  
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

NANASHARA FAGUNDES BEHLE

**OS FENÔMENOS DA CONTRADIÇÃO E DOS PARADOXOS NA LINGUAGEM:**

Uma avaliação de teorias e de estudos da Pragmática Inferencial

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Tramunt Ibaños

Porto Alegre - RS

2019

## Ficha Catalográfica

B419f Behle, Nanashara Fagundes

Os Fenômenos da Contradição e dos Paradoxos na Linguagem : uma avaliação de teorias e de estudos da Pragmática Inferencial / Nanashara Fagundes Behle . – 2019.

157 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Tramunt Ibaños.

1. Linguística. 2. Pragmática. 3. Inferências. 4. Paradoxos. 5. Contradição. I. Ibaños, Ana Maria Tramunt. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

NANASHARA FAGUNDES BEHLE

**OS FENÔMENOS DA CONTRADIÇÃO E DOS PARADOXOS NA LINGUAGEM:**

Uma avaliação de teorias e de estudos da Pragmática Inferencial

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Aprovado em 22 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica Deitos Stédile Monawar – MUST

Profa. Dra. Beatriz Viègas-Faria – UFPEL

Prof. Dr. Marcos Goldnadel – UFRGS

Prof. Dr. Cláudio Primo Delanoy – PUCRS

Dedico este trabalho aos meus avós Odete, Lindamir (*in memorian*) e Luiz Carlos (*in memorian*), que tanto me apoiaram e me protegeram para que eu pudesse trilhar o caminho que escolhi.

## AGRADECIMENTOS

Tenho certeza de que todos os agradecimentos que eu venha a dar às pessoas que citarei não serão suficientes para demonstrar o quão importantes e necessárias elas foram para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

Agradeço então à minha família que, mesmo nos momentos difíceis que passamos juntos nos últimos anos, conseguiu se manter unida e, assim, manter o apoio para que eu pudesse permanecer estudando e para finalizar esta tese. Agradeço à minha irmã Tainá, à minha vó Dequinha, aos meus avós que se foram neste período de doutoramento (vó Linda e vô Fagundes), aos meus pais André e Daniele, à minha tia Lara e a todos os outros que fazem parte deste nosso universo familiar.

À minha orientadora Ana Ibaños, por toda a paciência e incentivo que dispense a mim, pela confiança em minhas capacidades (nas quais muitas vezes nem eu acredito) e pela parceria de todos esses anos de orientação.

Aos amigos e colegas que a PUCRS me deu durante meu percurso na Instituição e que foram importantes no final desta etapa. Para citar apenas alguns: Ariane Clos, Bárbara Malcorra, Daisy Pail, Larissa Hübner, Martha Porto, Mônica Monawar, Patrícia Valente, Rúbia Wildner e colegas do grupo SynSemPra. Não posso deixar de agradecer ao Yuri Penz pela discussão de ideias e leitura do texto desta tese.

Aos professores do PPGL da PUCRS que tanto me ensinaram e me auxiliaram a entender os caminhos da linguagem. Principalmente ao professor Jorge Campos por ser uma imensa fonte de conhecimento e de inspiração, mesmo que já não esteja perto das salas de aula.

Aos amigos de fora do mundo acadêmico deixo também o meu muito obrigada pela paciência e pela compreensão dos tantos choros e ausências.

Por fim, mas ainda assim importante, agradeço ao PPGL da PUCRS, pela estrutura e auxílio, e a CAPES, pela bolsa concedida, instituições que me possibilitaram chegar até aqui. “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“O caos é uma ordem por decifrar.” (SARAMAGO, 2008, p. 2).

## RESUMO

Desde a Antiguidade, filósofos fazem uso de paradoxos para fomentar argumentos e discussões através de deduções baseadas em regras da Lógica Clássica. Observamos que esse fenômeno, bem como o da contradição, é comumente utilizado na linguagem do cotidiano e, portanto, vemos como importante termos estudos de ocorrências linguísticas dessa espécie não apenas nas áreas da Filosofia e da Lógica, como costumam ser estudados, mas também da Linguística. O trabalho que apresentamos aqui é uma investigação teórica no qual procuramos mostrar como contradições e paradoxos, mesmo não que não sigam um viés da Lógica Clássica, podem ser avaliados sob ótica da Pragmática. Para isso, propomos uma abordagem como a da Lógica Informal defendida por autores como Walton (1989) e Costa (2009, 2016) ou seja, uma aproximação da linguagem natural aliada à Lógica. Em estudo anterior (BEHLE, 2014), concluímos a possibilidade de tratar paradoxos clássicos sob uma abordagem da Teoria das Implicaturas (GRICE, 1967). Na pesquisa atual, o objetivo principal é avaliar teorias e estudos da Pragmática Inferencial, os quais se ancoram na teoria griceana, para verificar se e como eles dão conta dos fenômenos linguísticos em questão. As teorias e os estudos avaliados são as neogriceanas de Implicatura com base-Q e com base-R (HORN, 1984) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (LEVINSON, 2000) e a pós-griceana Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995). Para que pudessemos alcançar esse propósito, iniciamos traçando o caminho das inferências nos estudos da Lógica Clássica até que chegassem nessas teorias da Pragmática. Deste modo, apresentamos conceitos básicos da Lógica e noções de teóricos como Frege (1892), Russell (1905) e Strawson (1950). Refletimos também sobre o que são os fenômenos da contradição e do paradoxo para os definirmos e os exemplificarmos, sob viés de autores como Strawson (1952), Quine (1976), Sainsbury (1995), Cirne-Lima (1996), Rescher (2001), Olin (2003) e Sorensen (2003). Assim, conseguimos observar, por exemplo, que nem toda a contradição clássica é um paradoxo da mesma forma que nem todo paradoxo pressupõe uma contradição. Assumidas essas noções, analisamos as teorias linguísticas selecionadas para verificarmos até que ponto elas dão conta dos fenômenos em questão. Para isso, consideramos como elas podem descrever a emersão da contradição ou do paradoxo e de que modo elas explicam como o receptor interpreta

o significado do falante. Com isso, procuramos refletir sobre a possível irracionalidade desses enunciados que, muitas vezes, não causam estranheza no interlocutor durante o processo comunicativo.

**Palavras-chave:** Contradição. Paradoxo. Inferências. Pragmática. Linguística.

## ABSTRACT

Philosophers have used paradoxes to develop arguments and discussions through deductions based on rules of Classical Logic since Ancient history. We observe that this phenomenon commonly occurs in everyday language, as well as the contradiction structures are regularly perceived. Therefore, we consider important to study linguistic occurrences of this nature not only in the traditional areas of Philosophy and Logic, which are usually studied, but as well in Linguistics. This work is a theoretical investigation in which we seek to show how apparent contradictions and paradoxes, even those that do not follow a Classical Logic construct, can be evaluated from the point of view of Pragmatics. For this purpose, we assume an approach of Informal Logic advocated by authors such as Walton (1989) and Costa (2009, 2016), that is, an approximation of natural language allied to Logic. In our previous study (BEHLE, 2014) we have concluded it is possible to treat classical paradoxes under an approach of the Theory of Implicatures (GRICE, 1967). In this current research, the main objective is to evaluate Inferential Pragmatics theories and studies, which are based on Gricean theory, to verify if and how they can deal with the linguistic phenomena discussed. The theories and studies evaluated are the neoGriceans Q-based and R-based Implicatures (HORN, 1984), the Theory of Generalized Conversational Implicature (LEVINSON, 2000) and the post-Gricean Relevance Theory (SPERBER, WILSON, 1986, 1995). In order to achieve this purpose, we begin by tracing the path of inferences in the studies from Classical Logic assumptions until the theories of Inferential Pragmatics. We present concepts of Logic and notions developed in the studies of some philosophers, like Frege (1892), Russell (1905) and Strawson (1950). We also reflect about which are the phenomena of contradiction and paradox in order to define and to exemplify them, according to authors such as Strawson (1952), Quine (1976), Sainsbury (1995), Cirne-Lima (1996), Rescher (2001), Olin (2003) and Sorensen (2003). We can observe that not all classical contradiction is a paradox as well as not all paradox presupposes a contradiction. Assuming these notions, we analyze the selected linguistic theories to verify how they can provide us an account of the phenomena in question. For this, we consider how they can describe the emergence of contradiction or paradox and how they can explain the way a receiver interprets the meaning of the speaker. Therefore, we reflect about the apparent irrationality of

these statements that frequently do not cause strangeness to the interlocutor during the communicative process.

**Key-words:** Contradiction. Paradox. Inference. Pragmatics. Linguistics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadrado dos Opostos .....	21
Figura 2 - Ponto de Intersecção .....	29
Figura 3 - Tipos de Conteúdos Informativos.....	52
Figura 4 – Possibilidade de valores de verdade (Lógica Clássica) .....	79
Figura 5 – Possibilidades valores de verdade (Lógica Paraconsistente) .....	80
Figura 6 – Conjuntos Independentes .....	83
Figura 7 – Conjunto Contido.....	83
Figura 8 – Conjuntos em Intersecção.....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Período Clássico da História da Pragmática .....	41
Quadro 2 – Período Contemporâneo da História da Pragmática .....	42
Quadro 3 – Combinação do que é dito e implicado.....	65
Quadro 4 – Comparação de tipos de ICGs .....	72
Quadro 5 – Filósofos e a Contradição.....	82
Quadro 6 – Categorias de Paradoxos .....	93
Quadro 7 – Avaliação de Teorias Pragmáticas Inferênciais para Contradição e Paradoxos .....	135

## LISTA DE SÍMBOLOS

$+>$	Implica conversacionalmente
$\wedge$	Operador lógico 'e'
$\neg$	Operador lógico 'não'
$\vee$	Operador lógico 'ou'
$\rightarrow$	Operador lógico 'então'
$\exists$	Quantificador Existencial
$\forall$	Quantificador Universal

## **LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS**

ICG	Implicatura Conversacional Generalizada
ICP	Implicatura Conversacional Particularizada
MC	Modelo de Código
MI	Modelo Inferencial
n/a	Não se aplica
TICG	Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas
TR	Teoria da Relevância

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 INFERÊNCIAS NO CAMINHO DA LÓGICA.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1 A Lógica e suas bifurcações .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 No Caminho entre Lógica e Linguagem .....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 Resumo do capítulo .....</b>	<b>38</b>
<b>3 INFERÊNCIAS NO CAMINHO DA PRAGMÁTICA .....</b>	<b>40</b>
<b>3.1 O Estudo da Pragmática .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2 Grice e a noção inferencial .....</b>	<b>44</b>
<b>3.3 Teoria da Relevância .....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 Implicaturas com base-Q e base-R.....</b>	<b>62</b>
<b>3.5 Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas.....</b>	<b>66</b>
<b>3.6 Resumo do Capítulo.....</b>	<b>73</b>
<b>4 USOS DE LINGUAGEM APARENTEMENTE ABSURDOS.....</b>	<b>76</b>
<b>4.1 Contradições .....</b>	<b>77</b>
<b>4.2 Paradoxos .....</b>	<b>85</b>
<b>4.3 Resumo do Capítulo.....</b>	<b>101</b>
<b>5 APARENTES IRRACIONALIDADES E ESTUDOS PRAGMÁTICOS .....</b>	<b>103</b>
<b>5.1 Metodologia .....</b>	<b>104</b>
<b>5.2 Análise dos fenômenos aparentemente absurdos.....</b>	<b>105</b>
5.2.1 Contradição de racionalidade ampla e paradoxo comunicacional.....	105
5.2.2 Paradoxo em aparente contradição de racionalidade ampla.....	113
5.2.3 Paradoxo de contradição clássica com dois argumentos.....	117
5.2.4 Contradição clássica com um argumento.....	124
5.2.5 Paradoxo de Sorites .....	127
<b>5.3 Avaliação de teorias e estudos da Pragmática Inferencial.....</b>	<b>135</b>
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>154</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Considere os exemplos (a) Somente a ficção é verdadeiramente real; (b) Isso é tão verdade que parece mentira; (c) Um sábio pensa mesmo quando não está pensando. De acordo com Smarandache (1999), podemos julgá-los como exemplificações de paradoxos da linguagem natural. Grosso modo, a noção de paradoxo é a de premissas que levam a uma conclusão aparentemente absurda. No decorrer deste trabalho, veremos diferenças sutis na conceituação do fenômeno.

Como é sabido, desde a Antiguidade, filósofos fazem uso de paradoxos para demonstrar e defender argumentos. Para ilustrar, citamos Zenão de Eleia, famoso por seus paradoxos contra o movimento, pluralidade e espaço, na sua tentativa de justificar a teoria de Parmênides, como o paradoxo de Aquiles e a Tartaruga. Já no século XX, Russell desenvolveu o que chamamos de o Paradoxo de Russell, ou Paradoxo das classes, ao demonstrar uma contradição no estudo logicista de Frege.

Paradoxos lógicos como esses utilizados para corroborar pensamentos através de demonstrações lógicas são bastante relevantes para a Filosofia e para estudos de argumentos. Apesar da grande importância que eles têm nos estudos da Filosofia (Quine, 1976; Sainsbury, 1995; Olin, 2003; Sorensen, 2003), não se trata do mesmo caso em investigações de linguística, sendo, muitas vezes, relegados a apenas enunciados estranhos. No entanto, trata-se de fenômenos linguísticos recorrentes na linguagem diária que devem ser explicados, não apenas por teorias filosóficas ou lógicas, mas teorias da linguística que possam dar conta desse fenômeno de maneira sistemática.

Esta tese é uma continuidade da dissertação de mestrado (BEHLE, 2014), cujo texto introduziu a relação entre paradoxos clássicos da lógica e o estudo de inferências de teorias linguísticas no viés da Pragmática Inferencial, mais especificamente, com a Teoria das Implicaturas de Paul Grice (1967, 1989).

Na esteira de Grice, um estudo e duas teorias pragmáticas se sobressaem: a Teoria da Relevância de Sperber e Wilson, as Implicaturas com base-Q e base-R de Horn e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Stephen Levinson. A partir deles, o trabalho se desenvolve para explicar como um paradoxo se desfaz na linguagem natural, no sentido de que cotidianamente fazemos uso de construções paradoxais e contraditórias sem que isso aparentemente nos cause estranheza, pelo menos em um primeiro momento. Portanto, nosso objeto de estudo

se desloca do paradoxo em si para a forma como eles podem ser avaliados linguisticamente como fenômenos na linguagem natural em um contraponto entre Lógica tradicional e Lógica Informal (WALTON, 1989; COSTA, 2009, 2016).

Temos como hipótese que paradoxos e contradições, ainda que incompatíveis com uma demonstração da Lógica Clássica, que considera as proposições em termos de verdadeiras ou falsas, são passíveis de serem avaliadas numa perspectiva de Lógica Informal (COSTA, 2009, 2016) com teorias pragmáticas, essa visão envolve uma racionalidade mais ampla. Nessa abordagem, é possível considerar a ideia de aceitabilidade, a qual vem da veracidade dada pela linguagem em uso e não apenas pela ideia de verdade e de falsidade da Lógica Clássica. Além disso, pensamos na hipótese de que existe um núcleo comum entre os fenômenos da contradição e do paradoxo. As perguntas norteadoras são, então, se é possível haver uma aparente irracionalidade em enunciados que são aceitos no contexto comunicativo? A Pragmática dá conta de tal irracionalidade (no sentido clássico)? Qual das teorias e estudos inferenciais mencionados parece ser a mais adequada nesta aproximação entre ambas as lógicas e a pragmática na avaliação de paradoxos e contradições? Qual o poder descritivo e explanatório de tais teorias e estudos?

Desde já deixamos claro que nosso intuito não é o de criar uma teoria com os conceitos das teorias que investigamos, mas mostrarmos como os fundamentos abordados permitem pensarmos no tipo de ocorrência linguística aqui tratada. Em certa medida, se assemelha à ideia de concepção do trabalho de Levinson (2000) com a Teoria das Implicaturas Generalizadas, na qual ele destaca alguns pontos dados por Grice e Horn.

Para construirmos e organizarmos esta pesquisa de modo a alcançarmos nossos objetivos de forma mais eficaz possível, dividimo-la em quatro partes principais. Na primeira delas, no capítulo 2, apresentamos aspectos que consideramos relevantes de conceitos lógicos. Mostramos assim caminhos trilhados pela Lógica que nos possibilitam visualizar como estudos da linguagem se alicerçam na Lógica Clássica até chegar em investigações próximas da Pragmática. Esse percurso perpassa o debate entre Frege e Russell para então mostramos alguns aspectos debatidos por Strawson. Isso se dá de tal forma porque nos permite conectar a lógica aos estudos da linguagem em uma perspectiva pragmática,

levando-nos à construção da ideia de inferência. Além disso, de certa forma, esses conceitos são fundamentais para o posterior entendimento do que é um paradoxo.

No capítulo 3, segunda parte de nosso trabalho, apresentamos as teorias e o estudo linguístico a serem avaliados para alcançarmos os objetivos propostos. Os estudos e teorias que trataremos são os já mencionados anteriormente: a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson, as implicaturas com base-Q e com base-R de Horn e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, de Stephen C. Levinson. Estas são as ideias que confrontaremos, na última etapa, para ver qual nos parece mais apropriada para o estudo de paradoxos e de contradição na linguagem do dia a dia.

Na terceira parte, apresentamos e definimos noções sobre o que é a contradição e o que são paradoxos e refletimos se esses fenômenos se aproximam ou divergem quanto a noção Lógica. A esses fenômenos paradoxais e/ou contraditórios chamamos aqui de “aparentes absurdos” na linguagem. É nesta etapa também que expomos e apresentamos paradoxos clássicos (em um movimento de retomada do que estudamos em Behle (2014)) e outros paradoxos já imersos na linguagem cotidiana ou passíveis de assim estar, como os apresentados no início desta introdução.

Na última parte deste trabalho, constante no capítulo 5, apresentaremos 5 análises de expressões extraídas de diferentes meios, como *internet* e *corpus* linguístico. Faremos as análises com o embate entre os estudos e teorias inferenciais selecionados, aplicando-os a alguns paradoxos da linguagem natural para verificarmos qual deles melhor se enquadra para explicar o funcionamento do fenômeno paradoxal dentro de uma perspectiva teórica. Para então respondermos as perguntas.

Nossa proposta insere a possibilidade de analisarmos teorias da Pragmática para o fenômeno da contradição e do paradoxo em questão, ao observar as inferências como objeto de interface entre Lógica e a Linguística (COSTA, 2007), para a avaliação não-problemática de tais ocorrências. Vemos este nosso estudo como um pequeno avanço no estudo pragmático para dar conta de mais fenômenos da linguagem natural. Com este trabalho, esperamos contribuir fomentando o interesse para estudos linguísticos que tratem de fenômenos considerados estranhos na linguagem natural, como os que abordaremos aqui. Ocorrências

linguísticas ricas, complexas e relevantes no nosso cotidiano, mas que acabam por não serem valorizadas na área da Linguística.

## 2 INFERÊNCIAS NO CAMINHO DA LÓGICA

Inferências são processos de raciocínio relacionados à Lógica, à Linguística (Semântica e Pragmática) e, em sentido amplo, à chamada Lógica Informal, ou seja, a Lógica da Linguagem Natural. De maneira simplificada, podemos citar, a título de introdução, a definição de inferência apresentada por Liard (1968, p. 37)<sup>1</sup>: “Raciocinar é inferir; inferir é tirar uma proposição de uma ou mais proposições nas quais está implicitamente contida”. Em outras palavras, o processo inferencial parte de uma ou mais premissas e leva a pelo menos uma conclusão.

Costa (2007, 2009), considerando sua Metateoria das Interfaces, avalia que a inferência é uma espécie de objeto teórico inter- e intradisciplinar, ou seja, pode ser construída por uma interface externa lógico-linguística e interna, semântico-pragmática. Assumindo isso, faremos abaixo uma breve exposição de como as inferências são investigadas na Lógica e, no capítulo seguinte, na Linguística, no que tange à subárea da Pragmática em algumas das principais teorias inferenciais, uma vez que nosso trabalho se pauta pelo estudo linguístico, principalmente na perspectiva pragmática.

Neste capítulo, abordaremos alguns princípios da Lógica Clássica, tendo em vista que tal disciplina serve como pano de fundo à discussão em nosso trabalho, por dela se extraírem os conceitos básicos tanto no que tange às inferências quanto ao fenômeno da contradição e do paradoxo (os quais abordaremos mais profundamente no capítulo 4). No entanto, não é objetivo da tese tratar o assunto de forma exaustiva, até porque faremos uma aproximação com a Lógica Informal (WALTON, 1989; COSTA, 2009, 2016) também conhecida como a Lógica da Linguagem Natural para podermos lidar com as questões da linguagem. Essas noções serão apresentadas na seção 2.1. No segundo momento, na seção 2.2, mostraremos uma breve visão sobre o desenvolvimento da Lógica Moderna, ao que concernem os objetivos da Lógica e os trabalhos clássicos de Frege, Russell e Strawson, os quais aproximam a Lógica e a linguagem. Desse modo, direcionaremos o tópico para a relação de inferências e linguagem natural, por ser essa a nossa necessidade para a pesquisa.

---

<sup>1</sup> Texto publicado pela primeira vez em 1884 em francês.

## 2.1 A Lógica e suas bifurcações

Conforme expresso na introdução deste capítulo, a Lógica serve no nosso trabalho em uma visão não-problemática, isto é, mostraremos os aspectos necessários para uma discussão. É de sua base que retiramos as noções de contradição e paradoxo, e dela surgem as discussões primeiras de inferências. Wagner (2009, p. 8), por exemplo, afirma que alguns lógicos veem a Lógica como a formulação de leis gerais do pensamento, porque tende a buscar a verdade independente do conteúdo do argumento. Em outras palavras, a Lógica Clássica é considerada o estudo do raciocínio correto, de modo que nela, através de regras e critérios formais, podemos testar e validar argumentos para determinar se são válidos ou inválidos, sendo, assim, uma ciência de regras e não uma ciência empírica.

No que concerne à história da Lógica, têm-se como origem os trabalhos de Aristóteles, dispostos no conjunto de estudos chamado “Organon” e nos estoicos. O filósofo grego desenvolveu a teoria de silogismos, uma regra de inferência, que é a sistematização dedutiva de argumentos, bastante utilizada no desenvolvimento de paradoxos lógicos. Os silogismos geralmente são representados com três sentenças e, quando há mais premissas, tais estruturas necessariamente devem mostrar um encadeamento argumentativo em que, a cada duas frases, seja possível inferir uma conclusão. Essas relações são realizadas com termos verifuncionais do tipo ‘e’, ‘se’, ‘ou’ e ‘não’ (GOLDSTEIN, BRENNAN, DEUTSCH, LAU, 2005). Desta forma, o silogismo deve levar a uma conclusão válida, caso as regras lógicas sejam seguidas.

As proposições devem seguir três regras básicas do pensamento: o princípio de identidade, princípio de não-contradição e princípio do terceiro excluído. O princípio de identidade diz que uma coisa é igual a si mesma, ou seja,  $p = p$ . O princípio de contradição<sup>2</sup> (ou de não-contradição) é o que postula que uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo  $\neg(p \wedge \neg p)$ . E o princípio do terceiro excluído é que algo ou é tal coisa, ou não o é, não existindo assim uma terceira possibilidade ( $p \vee \neg p$ ). Abaixo podemos ver exemplos para ilustração.

---

<sup>2</sup> Princípio importante para a nossa discussão das contradições e dos paradoxos como fenômenos na linguagem natural a serem aprofundados no quarto capítulo deste texto.

(1) Princípio de identidade

“Platão é o professor de Aristóteles”.

(2) Princípio de contradição

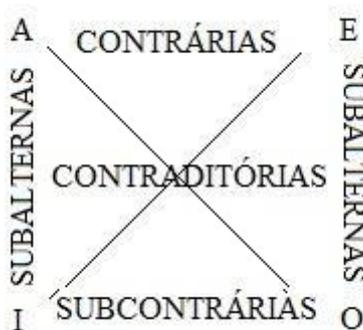
“O professor não é o professor”.

(3) Princípio do terceiro excluído

“Ele é um bom professor ou não é um bom professor”.

Em relação às inferências lógicas, modernamente, Liard (1968) afirma que podem ser imediatas ou mediatas, considerando a ocorrência ou não de intermediários para a realização do processo inferencial. As inferências imediatas são aquelas que se originam da observância do quadrado lógico (ou quadrado de oposições<sup>3</sup>, ver Figura 1), o qual é um modo de apresentar relações lógicas fundamentais. Já as inferências mediatas ocorrem de argumentos dedutivos ou indutivos, através de, por exemplo, silogismos. No quadrado abaixo, podemos considerar, de acordo com Liard (1968, p. 36-37), a esquematização de inferências imediatas nas proposições universais A (afirmativa), todo S é P, e E (negativa), nenhum S é P, e as proposições particulares I (afirmativa), algum S é P, e O (negativa), algum S não é P. As características afirmativa e negativa são a quantidade das proposições e o ser universal ou particular a qualidade.

Figura 1 – Quadrado dos Opostos



Fonte: (LIARD, 1968, p.36)

<sup>3</sup> No capítulo 3, veremos que Horn utiliza o mesmo quadrado para expor sua noção de algumas implicaturas.

As relações de oposição<sup>4</sup> entre as diferentes proposições nos permitem observar pelo menos quatro tipos de inferências imediatas. Os argumentos que possuem premissas nas posições A e O ou também E e I são os considerados contraditórios. Isso ocorre porque necessariamente uma das premissas será falsa e a outra será verdadeira, relacionando-se ao Princípio da Não-contradição, como nos exemplos abaixo:

(4)

A Todos os pássaros são pretos.

E Nenhum pássaro é preto.

O Alguns pássaros não são pretos.

I Alguns pássaros são pretos.

Nas relações contrárias, ainda de acordo com a figura 1, consideramos o universal afirmativo A e o universal negativo E, que são incompatíveis um com o outro. Basta observar as premissas do exemplo (5), baseado nas premissas de (4), em que A e E não podem ser ambas verdadeiras, pois não é possível que todos os pássaros e nenhum pássaro sejam pretos ao mesmo tempo.

(5) Todos os pássaros são pretos e nenhum pássaro é preto.

Outro modo acontece nas relações subcontrárias, em que as duas premissas, por serem particulares (I e O), podem ser consideradas igualmente verdadeiras ou falsas, já que uma pode conter a outra, como podemos ver em (6).

(6) Alguns pássaros são pretos e alguns pássaros não são pretos.

A particularização apresentada por “alguns” permite que (6) possa ser totalmente falsa ou totalmente verdadeira por não representar necessariamente a totalidade de pássaros existente. Já nas relações entre as proposições subalternas (A e I ou E e O), a verdade da proposição universal dominará a da particularizada, mas o contrário não ocorre.

---

<sup>4</sup> Dessas noções exemplificam-se logicamente a questão das contradições e de possíveis paradoxos.

(7) Todos os pássaros são pretos e alguns pássaros são pretos.

(8) Nenhum pássaro é preto e alguns pássaros não são pretos.

Nos exemplos (7) e (8) podemos visualizar a dominância da proposição universal sobre a particularizada porque o “alguns”, em (7), está contido no “todos”. O mesmo ocorre em (8) por ser possível que alguns pássaros sejam pretos e outros não. Porém, o mesmo não ocorre com as relações inversas dos vértices (I e A ou E e O), como em (9) e (10).

(9) Alguns pássaros são pretos e todos os pássaros são pretos.

(10) Nenhum pássaro é preto e alguns pássaros são pretos.

Copi e Cohen (2002, p. 3) formulam as seguintes perguntas e hipóteses que deveriam ser consideradas pelos lógicos em um argumento:

(A) A conclusão alcançada segue das premissas usadas ou assumidas?

(B) As premissas possibilitam boas razões para a aceitação da conclusão apresentada?

(C) Se as premissas fornecem motivos adequados para a aceitação da conclusão - ou seja, se afirmar que as premissas são verdadeiras, garante afirmar que as conclusões também o são - então o raciocínio é correto. De outra forma, é incorreto<sup>5</sup>. (Tradução nossa)

Ainda falando sobre argumentos, Harrison III (1969, p. 10) vê a Lógica como o estudo das formas da linguagem descritiva em que é preciso considerar a forma de cada sentença, mas também o modo em que cada uma delas está relacionada, formando um argumento. Em outras palavras, um conjunto de proposições ou premissas que possibilitam inferir uma conclusão, a isso chama-se argumento lógico. Para podermos chegar de uma premissa a uma conclusão é preciso realizar uma inferência através de processo de derivação e para determinar sua validade é preciso escrutinar as proposições e suas relações para, assim, com as premissas inferir a conclusão.

---

<sup>5</sup> Do original: “A) Does the conclusion reached follow from the premises used or assumed? B) Do the premises provide good reasons for accepting the conclusion drawn? C) If the premises do provide adequate grounds for accepting the conclusion - that is, if asserting the premises to be true does warrant asserting the conclusions also to be true - then the reasoning is correct. Otherwise it is incorrect.”

Conforme Goldstein, Brennan, Deutsch, Lau (2005), no processo de derivação, no argumento, a conclusão é implicada das premissas e isso difere da inferência, pois essa “é uma ação realizada por um agente”<sup>6</sup> (2005, p. 38) enquanto a derivação lida com as proposições em si. Essa diferença é importante para tratar da validade de um argumento, pois ser válido não necessariamente implica ser verdadeiro, em um viés de veracidade, no que tange à questão de aceitabilidade, ou seja, o que pode ser aceito como verdadeiro em contexto natural. Situação que ocorre com frequência quando há uso de paradoxos e contradições no processo comunicativo, como mostraremos mais adiante neste trabalho. Isso significa que é possível aceitar informações aparentemente não verdadeiras, como nos exemplos a seguir.

(11)

A - Gosto deste xampu.

B - Mas este xampu não é para cabelos oleosos.

A - Estás dizendo que meu cabelo é oleoso?

Em (11), o segundo enunciado proferido por A se origina de uma derivação da premissa de B. Já em (12), ocorre uma inferência.

(12)

A - Pena que este xampu é bom apenas para cabelos oleosos.

B - É, não dá para usar.

Em (12), a conclusão dada em B não vem da proposição anterior, mas de uma inferência pragmática.

Novamente retomando Harrison III, na argumentação<sup>7</sup>, “primeiro uma pessoa afirma que as premissas ajudam a estabelecer a verdade ou a falsidade da conclusão e, em segundo lugar, uma pessoa alega algo sobre a verdade ou a falsidade de suas premissas”<sup>8</sup> (1969, p. 11). Deste modo podem ocorrer dois problemas com o argumento, os quais Harrison chama de “desvios de argumento”.

---

<sup>6</sup> Optamos por utilizar, sempre que tivemos acesso, as citações de edições em língua portuguesa já que elas são feitas por tradutores profissionais.

<sup>7</sup> Harrison III destaca que um argumento é realizado somente por uma pessoa, não podendo considerar os argumentos produzidos por uma máquina, pois argumentar seria uma atividade humana.

<sup>8</sup> Do Original: “first a person claims that the premises help to establish the truth or falsity of the conclusion and, second, a person claims something about the actual truth or falsity of his premises.”

O primeiro é que alguém pode afirmar a veracidade ou a falsidade do argumento, mas pode acontecer de o enunciador estar equivocado. O segundo, o que interessa mais aos lógicos, é quando as premissas dadas não conseguem validar a conclusão. A maioria dos lógicos considera dois tipos de argumento: o dedutivo e o indutivo.

O argumento dedutivo é aquele que possibilita o acarretamento lógico, ou seja, se todas as premissas são consideradas verdadeiras então a conclusão necessariamente também o é. Essas premissas geralmente partem de uma verdade universal, como no famoso silogismo.

(13)

A. Todos os humanos são mortais.

B. Sócrates é humano.

C. Então, Sócrates é mortal.

Em (13), partimos da premissa A que contém uma verdade universal e incontestável, na proposição particular B temos uma informação sobre Sócrates. Logo, podemos acarretar logicamente de A e B a conclusão C. Isso significa dizer que todo A é B, todo C é A, então C também é B, o que nos mostra um argumento válido e verdadeiro, pois deduzimos racionalmente que Sócrates é mortal, de modo que não nos soa estranho.

Outro conceito da Lógica interessante para pensarmos sobre os fenômenos linguísticos que parecem se contrapor às regras da Lógica está conectado a noção de argumento dedutivo: a redução por absurdo (*reductio ad absurdum*). Alguns paradoxos, como o Paradoxo do Barbeiro, são frequentemente resolvidos por este tipo de argumento. Nele o princípio da não-contradição e o princípio do terceiro excluído estão relacionados e possibilitam a demonstração de que uma das proposições é falsa e que ao aceitarmos temos uma conclusão absurda como conclusão. No caso do Barbeiro, assume-se que o fato de tal barbeiro em tal vila seja uma proposição absurda e é isso que leva ao paradoxo. A demonstração por absurdo mostra que devemos assumir a falsidade da premissa para resolver o paradoxo. No capítulo 4 veremos que Quine (1976) considera que ao considerar esse tipo de demonstração admitimos o paradoxo como sendo do tipo falsídico. É interessante ressaltar que nem todos os que estudam os paradoxos consideram o paradoxo em questão como falsídico.

O argumento indutivo é aquele em que mesmo com todas as premissas do argumento sendo verdadeiras não há garantia de que a conclusão também o seja. E mesmo que a conclusão seja falsa, isso não ocasionaria uma contradição, ao contrário do que aconteceria num argumento dedutivo. Para saber se a conclusão é verdadeira como as premissas é preciso algum tipo de evidência que corrobore com a veracidade dela. Esse tipo de argumento pode ser uma previsão ou uma generalização.

(14)

(a) Todos os gatos que vi hoje eram grandes.

(b) Logo, todos os gatos são grandes.

No exemplo (14), em (b), podemos ver um argumento indutivo que generaliza uma informação, criando uma conclusão maior e que não necessariamente é verdadeira. Veremos no capítulo 4 deste trabalho que Ólin (2003) percebe esse tipo de argumento, o qual possibilita generalizações, como passível de ocasionar contradições e paradoxos.

Harrison III (1969) trata ainda de um terceiro tipo de argumento, o qual a maioria dos lógicos considera apenas uma forma diferente do argumento indutivo, ao passo que outros o percebem como uma dedução de modo incompleto. A este tipo de argumento chamamos argumento analógico, no qual, ao dispor de premissas com analogias, a conclusão carrega uma analogia mais fraca e não necessariamente verdadeira. Nas palavras do autor:

A verdade das premissas não é mantida logicamente para acarretar a verdade da conclusão, mas nem a verdade da conclusão e nem a verdade estabelecida da conclusão por alguma investigação que não tenha sido utilizada para estabelecer a verdade das premissas<sup>9</sup>. (HARRISON III, 1969, p. 14, tradução nossa).

A Lógica é até hoje debatida e reformulada. De acordo com Wagner (2009), na Antiguidade, a Lógica era uma disciplina equiparada ao nível de importância dos estudos de gramática e de retórica. Já na Lógica Moderna, inicia-se a procura por

---

<sup>9</sup> Do original: "The truth of the premises is not held logically to entail the truth of the conclusion, but neither is the truth of the conclusion established by any investigations other than those used in establishing the truth of the premises".

uma “matemática universal”, a qual utilizaria uma linguagem universal baseada no pensamento. A Lógica passa a ter caráter simbólico e sua natureza se torna similar à da Matemática, passando, inclusive, a ser considerada uma subárea dessa disciplina. Frege (1892), Russell (1903)<sup>10</sup> são dois dos nomes da Lógica Moderna, os quais protagonizaram um importante debate teórico que possibilitou a criação de um paradoxo. Além disso, esses estudiosos são bastante relevantes nos estudos de sentido e de referência, que são cruciais para paradoxos, principalmente em paradoxos autorreferenciais. Frege é visto como o pai da Lógica Moderna por estabelecer um sistema formal em uma inovação em relação à Lógica, construindo os fundamentos da Aritmética. Wagner (2009, p. 18) afirma que “Frege se propôs a estabelecer pela via demonstrativa a tese segundo a qual não existe diferença essencial entre a Lógica e a Aritmética, nem objeto próprio da aritmética que não seja de natureza lógica”. Em contrapartida, Russell (1999)<sup>11</sup>, também considerando uma lógica simbólica, apontava que não apenas a Aritmética, mas a Matemática como um todo, poderia ser observada através de noções lógicas.

Depois, outros filósofos realizaram trabalhos estabelecendo a aproximação de sistemas lógicos e estudos da linguagem, como Wittgenstein (1953)<sup>12</sup>, Strawson (1950) e Grice (1957, 1967). Na segunda metade do século XX, os estudos da Lógica passam a participar de interfaces com outras áreas como nos estudos da computação em interface com a linguagem natural. Como, por exemplo, o caso da gramática criada por Montague (1970), que parte de uma abordagem lógico-semântica, servindo de apoio para o desenvolvimento da Linguística Computacional.

Além disso, como nos demonstram, entre outros autores, Walton (1989) e Costa (2009, 2016), argumentos inválidos podem ser considerados como coerentes na linguagem natural. Para validar essa ideia é preciso uma aproximação entre a Lógica Formal e o estudo dos argumentos da linguagem natural, ou seja, a Lógica Informal.

Costa (2016) afirma que neste tipo de interface lidamos com diferentes níveis de contextos de racionalidade, cujas bases são constituídas por noções de estudos da Lógica, da Linguística e da Cognição. O autor considera que há o nível da perspectiva formal e o da comunicativa, sendo que no primeiro o contexto está

---

<sup>10</sup> Na próxima seção, nos deteremos um pouco nas ideias de Frege e Russell.

<sup>11</sup> Texto original de 1903.

<sup>12</sup> Texto original de 1921.

relacionado às regras e, no segundo, a diferentes contextos. Outro fator importante a ser levado em conta é que no nível formal falamos de condições de verdade, já no comunicativo devemos considerar como uma condição de veracidade ou ainda de aceitabilidade da verdade em um contexto (COSTA; SARAIVA, 2015). Nas palavras dos autores:

O conjunto de inferências naturais tem, como subconjunto, as lógicas em sentido estrito, numa abordagem que vai além da questão da validade puramente formal. Assume-se neste caso, um compromisso com um tipo de racionalidade ampla, ainda tratável. (COSTA; SARAIVA, 2015, p. 452).

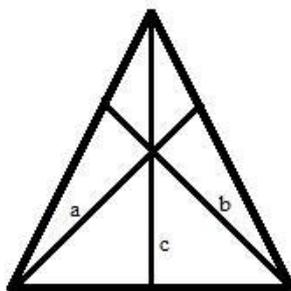
Temos como intuito, assim como mencionamos na introdução desta tese, aprofundar nosso entendimento sobre essa possível interface entre a Lógica Clássica e uma Lógica Informal, a qual possibilite a análise da linguagem cotidiana através de teorias pragmáticas. Desta forma, refletiremos sobre esses conceitos em enunciados, os quais seriam considerados absurdos dentro de uma perspectiva Lógica, que contenham contradições e paradoxos. Na seção seguinte, nos deteremos na discussão entre Frege e Russell, que suscitou no Paradoxo de Russell, e ainda em conceitos de Strawson, que são basilares na conexão entre a Lógica e a Linguística em um viés da Pragmática, mesmo que o autor não use esse rótulo em seu texto.

## **2.2 No Caminho entre Lógica e Linguagem**

Conforme mencionado em 2.1, nesta seção faremos uma exposição dos estudos de Frege (1892) e Russell (1905) cujas abordagens sobre a pressuposição aproximam a Lógica com estudos de linguagem, sob uma perspectiva formalista. Isso é um dos fatores que fazem esses dois filósofos, além de terem sido muito importantes para o estudo da Lógica, traçando o caminho da Lógica Moderna, serem bastante relevantes por calcarem o estudo da pressuposição. Deste modo produziram uma importante contribuição para a Filosofia da Linguagem, apesar de o nível linguístico de suas teorias não serem um consenso entre os estudiosos da linguagem. Ademais, a discussão entre os dois autores também é importante para o estudo dos paradoxos, visto que, em sua refutação a Frege, Russell acaba desenvolvendo o famoso Paradoxo das Classes, o qual abordaremos mais adiante.

Para chegarmos ao que levou Russell a encontrar este paradoxo, precisamos resgatar conceitos apresentados por Frege no texto “Sobre o Sentido e a Referência” (1892) no qual, segundo Ibaños (2005), foi apresentada pela primeira vez a questão da pressuposição. Frege se pauta na noção de igualdade, a qual é uma relação entre objetos a que as partes das sentenças se referem. Por isso, se olharmos para  $a=a$  e  $a=b$  teremos sentenças com diferentes valores de conhecimento. Isso ocorre porque, segundo Frege, em  $a=a$  precisamos aceitar a sentença como o que já é estabelecido, mas em  $a=b$  não necessariamente, pois essa expressão pode estar relacionada à forma como é apresentada. Frege traz como exemplo (2009<sup>13</sup>, p. 130-131) as intersecções dos pontos médios opostos de um triângulo com vértices a b e c, já que são realizadas diferentes representações para o mesmo ponto, como em “ponto de intersecção de a e b” e “ponto de intersecção de b e c”, como na imagem abaixo:

Figura 2 - Ponto de Intersecção



Fonte: Autoria nossa com base em exemplo de Frege (2009, p.130-131)

Com isso, o filósofo vê a necessidade de estabelecer os conceitos de sentido e de referência, como vemos em suas palavras a seguir:

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (“bedeutung”), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (“sinn”) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. (FREGE, 2009, p. 131)

Assim, como no exemplo do triângulo, as referências são as mesmas, mas o sentido difere nas duas expressões dadas. Sendo então considerado como sentido a maneira em que o objeto denotado é apresentado e a referência o que o nome

<sup>13</sup> Edição brasileira do texto original de 1892.

próprio está designando. Considerando isso, Frege destaca que o sentido pode ser captado por quem conhece a linguagem ou todas as designações do nome, mas mesmo essas capacidades não garantem que a referência seja resgatada, pois precisaríamos conseguir dizer todas as referências possíveis para cada sentido. O que, além de ser muito difícil, pode ser impossível já que nem toda expressão possui uma referência na noção de Frege e, por isso, ele afirma que “apreender um sentido nunca assegura a existência de sua referência” (2009, p. 133).

O filósofo também destaca a diferença entre referência e sentido; a primeira, por ser subjetiva, não é a mesma para cada pessoa. Isso possibilita que várias referências estejam associadas a um mesmo sentido e dificilmente diferentes indivíduos terão a mesma referência, pois esta é um ponto de vista. Para ilustrar a diferença entre referência, sentido e ideia, Frege faz uma comparação com alguém observando a lua através de um telescópio, o que nos fornece 1) a imagem real da lua, deste modo, a referência; 2) a imagem da lua na lente do telescópio, que seria o sentido; e 3) a imagem da lua na perspectiva do olhar do indivíduo que a observa, nos remete a noção de Frege para ideia. A única imagem, dentre as três analisadas, que não pode variar é a representação real da lua, ela mesma, ou seja, a referência do objeto, a qual é pressuposta.

Frege não lidou apenas com os nomes próprios, mas também com sentenças assertivas, as quais ele acredita que a alteração de uma palavra da sentença, com a mesma referência do termo original, deva manter a referência da frase. Assim, ao mudar o conteúdo do objeto, o pensamento, o que muda é o sentido. Como quando Frege cita as seguintes proposições do tradicional exemplo (15), as quais poderiam ser consideradas contendo diferentes valores de verdade, caso o receptor do enunciado não saiba que a estrela da manhã e a estrela da tarde são a mesma coisa:

(15)

A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol.

A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol.

Frege então admite a importância do reconhecimento do valor de verdade nas sentenças, sendo o seu reconhecimento a referência do enunciado. “Se o valor de verdade de uma sentença é sua referência, então, de um lado, todas as sentenças verdadeiras têm a mesma referência e, de outro, o mesmo ocorre com todas as

sentenças falsas” (FREGE, 2009, p. 140). No entanto, quando há citação direta ou indireta, as referências podem não ser as mais habituais.

No que tange às sentenças subordinadas, a referência delas não é o valor de verdade em si, mas o pensamento, desde que respeite a verdade da sentença completa, já que o conteúdo não difere pela verdade ou falsidade do pensamento. Frege (2009, p. 143) ressalta que “a sentença principal, juntamente com a sentença subordinada, tem como sentido apenas um único pensamento, e a verdade do todo não implica nem a verdade e nem a não-verdade da sentença subordinada”. Isso, segundo Frege, ocorre, por exemplo, quando não podemos remeter o termo Vênus à “estrela da manhã”, como quando está em referência indireta. Então, neste caso, o valor de verdade não é necessariamente a referência, pois depende da situação.

Em uma sentença subordinada, a referência não se origina do valor de verdade e o sentido não vem do pensamento quando temos uma sentença subordinada. Como no clássico exemplo de Frege sobre Kepler.

(16) Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria.

(17) Kepler morreu na miséria.

(18) Kepler não morreu na miséria.

(19) Kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ carece de referência.

O “quem”, no enunciado (16), apenas relaciona as frases “descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” e “morreu na miséria”. É preciso então que a proposição inteira seja considerada verdadeira, para que o todo tenha uma referência. Desta forma, é preciso admitir que os nomes possam designar algo para que o restante tenha referência. Assim como é preciso aceitar a designação do termo Kepler para que o exemplo (17) “Kepler morreu na miséria” tenha uma condição de verdade a partir do conceito fregueano de pressuposição. Como Frege continua em seu exemplo para a negação de (17) em (18) “Kepler não morreu na miséria”, pois, se assim não fosse, teríamos que admitir (19) “kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ carece de referência”. Por isso, Frege afirma:

Numa linguagem logicamente perfeita (uma conceitografia), deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio de maneira gramaticalmente correta a partir de sinais previamente introduzidos designe efetivamente um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência. (2009, p. 147)

Apesar de abrir uma porta para os estudos das proposições, no que concerne ao sentido e referência, e de ter seus estudos admirados por grandes pensadores, Frege foi contestado por Bertrand Russell, pois este não concordava com aquele sobre não avaliar os casos das sentenças sem referentes. Esta teoria foi apresentada por Russell no ensaio “On denoting” (1905), no qual esboça uma teoria de descrições.

Russell (1905, p. 479) acredita que o que faz uma expressão ser denotativa é a sua forma, ou seja, difere de Frege, o qual não trabalhava com a ideia de que a forma do enunciado poderia alterar a verdade da proposição. Na obra “The Principles of Mathematics” (1903) Russell já apontava o que considerava como denotação<sup>14</sup> e descrição, como o próprio indicou em “On denoting” (1905).

Há um sentido em que denotamos quando apontamos ou descrevemos, ou quando empregamos palavras como símbolos para conceitos. No entanto, não é esse o sentido que quero discutir, mas o fato de que a descrição é possível (pois somos capazes de designar algo que não seja um conceito ao empregarmos um conceito) devido a uma relação lógica entre alguns conceitos herdados e termos denotados. É este o sentido de denotar que trato aqui.<sup>15</sup> (RUSSELL, 1905, p. 53, tradução nossa)

Ele aponta três casos, em que uma expressão pode ser denotativa por causa de sua forma, e exemplos, que trazemos aqui em (20), (21) e (22) (RUSSELL, 1905, p. 479):

A expressão pode ser denotativa, mas não possuir denotação como em (20), visto que não há um Rei na França atualmente:

(20) O atual rei da França.

Ela pode denotar um objeto que seja definido, como em (21), cujo Rei da Inglaterra é um homem específico:

(21) O atual rei da Inglaterra.

Ou a expressão ainda pode representar uma ambiguidade, como em (22) “um homem”, que não denota o coletivo de homens, uma generalização, mas também não se trata de um homem especificamente, é, portanto, um “homem ambíguo”.

<sup>14</sup> A teoria de denotação de Russell é apresentada no texto “On denoting” que contradiz pressupostos de Frege, mas também ideias do próprio autor apresentadas em The Principles of Mathematics (1903).

<sup>15</sup> Do original: “There is a sense in which we denote, when we point or describe, or employ words as symbols for concepts; this, however, is not the sense that I wish to discuss. But the fact that description is possible - that we are able, by the employment of concepts, to designate a thing which is not a concept - is due to a logical relation between some concepts inherently and logically denote such terms. It is this sense of denoting which is here in question”.

Então, para explicar sua teoria, Russell (1905, p. 480) propõe as seguintes regras de formalização, na qual considera como contexto as proposições “C(x) é sempre verdadeira” ou “C(x) é algumas vezes verdadeira” e então aplica as expressões denotativas “tudo”, “nada” e “algo”., como podemos ver abaixo.

(23)

C(tudo) significa ‘C(x) é sempre verdade’,  
 C(nada) significa ‘C(x) é falso’ é sempre verdade’,  
 C(algo) significa ‘É falso que ‘C(x) é falso’ é sempre verdade.’<sup>16</sup> (RUSSELL, 1905, p. 480, tradução nossa)

Desses enunciados é que se origina o princípio de denotação sustentado por Russell, pois mostram que as expressões denotativas não possuem significado sozinhas, mas que assumem um significado quando estão compondo a proposição. Para ilustrar sua teoria, vamos visualizar o enunciado (24) “Eu encontrei um corvo”<sup>17</sup>, o qual Russell afirma que “um corvo” seria um pássaro definido e específico se o fato de ter encontrado um corvo for verdadeiro. Para o autor seria mais importante dizer que “um corvo” faz parte da classe cujos objetos são pássaros, ou seja, um termo indefinido. Nisso, ao formalizar que C(um pássaro) significa “‘C(x) e x é pássaro’ nem sempre é verdadeira” e portanto, considerando somente x, uma expressão denotativa, tem um vazio como significado, mas o enunciado completo não. Russell afirma, em “On denoting”, que nesta perspectiva, apesar de o termo x ser vazio, já que individualmente não significa nada, possibilita constituir significado em outras proposições que tenham a ocorrência do termo.

Russell aponta a divisão fregeana de sentido e referência, mas observa que há um problema quando aparentemente não há denotação na expressão. Replicamos aqui seu exemplo, o qual mostra essa dificuldade. Como exemplo, Russell traz a sentença (25) “O rei da França é calvo”, que possui um significado, pela denotação da expressão “o rei da França”, mas, na verdade, não tem denotação por não existir um rei na França, pelo menos não à época. No entanto, para Russell, o enunciado não possui sentido, pois, com efeito, é totalmente falso. Apesar disso, Russell (1905, p. 484) afirma que o fato de algumas sentenças declarativas não serem verdadeiras não as torna absurdas, e, por isso, o autor crê

<sup>16</sup> Do original: “C(everything) means “C(x) is always true”, C(nothing) means “‘C(x) is false’ is always true”, C(something) means “It is false that ‘C(x) is false’ is always true”.

<sup>17</sup> Exemplo adaptado de Russell (1996).

que não devemos considerar que a ideia de denotação é somente o que importa nas proposições com expressões denotativas, já que algumas vezes ela parece estar ausente.

O autor destaca três problemas que não teriam como ser resolvidos pela teoria de Frege e que, segundo ele (1905, p. 485), podem ser resolvidos com seu trabalho. O primeiro seria um problema com a identidade, no qual, quando consideramos “ $a=b$ ”, o que fosse verdade para ‘a’ deveria ser verdade também para ‘b’, de modo que ambos poderiam ser alternados um pelo outro em um enunciado. No entanto, essa substituição, em alguns casos, poderia não ter o efeito desejado pelo enunciador. O segundo é a contradição trazida pela lei do terceiro excluído, na qual ou “a é b” ou “a não é b” são as únicas passíveis de verdade, já que não há como ter uma opção entre isso; desta forma não podemos dizer que esta terceira opção seja verdadeira ou falsa. E o terceiro é o que trata do predicado da proposição, no qual Russell explicita com uma pergunta: “Como uma não-entidade por ser o sujeito de uma proposição?”<sup>18</sup> (ibid, p. 485, tradução nossa). Ele levanta essa ideia, considerando as diferenças entre ‘a’ e ‘b’ e a noção de que se “a difere de b” não seja verdadeira, então a negação da proposição é contraditória e, aqui, o pensador lembra a concepção do “quadrado redondo”.

Essa ambiguidade em relação à falsidade ou não das proposições dos problemas destacados no parágrafo anterior pode ser, de certa forma, resolvida na lógica simbólica no entender de Russell. Para isso, ele trabalha com a ideia de ocorrências primárias e secundárias, em que a primária é aquela que a proposição pressupõe um objeto definido. Já as ocorrências secundárias não implicam a existência de um referente. Um dos exemplos que o filósofo apresenta é (26) “o rei da França não é calvo”, a ocorrência primária requer que a proposição seja falsa por não existir tal objeto. Caso a proposição “o rei da França” seja verdadeira, então, o autor considera como uma ocorrência secundária.

A diferença de ocorrências primárias e secundárias também nos permite lidar com a questão se o atual rei da França é calvo ou não é calvo, e, de

---

<sup>18</sup> Do original: “How can a non-entity be the subject of a proposition?”

modo geral, como o status lógico de denotar frases que denotam nada.<sup>19</sup>  
(RUSSELL, 1905, p. 490, tradução nossa)

Essa solução de Russell vem de encontro à lei básica de Frege, presente no texto “As Leis Básicas da Aritmética”, ou seja, “O conjunto de Fs é idêntico ao conjunto de Gs se e somente se o Fs é igual ao Gs.”<sup>20</sup> (HORSTEN, 2016), cuja forma na escola logicista é “ $\{x|Fx\} = \{x|Gx\} \equiv \forall x \{Fx \equiv Gx\}$ ”. Nela Russell desenvolveu um paradoxo, por acreditar que havia uma contradição nessa lei, que trata do elemento indeterminado. Esse paradoxo, informado a Frege por uma carta datada de 1902, apresentado na obra “The Principles of Mathematics” (1903), é comumente referido como Paradoxo de Russell ou ainda Paradoxo das Classes. O paradoxo está demonstrado em uma ideia como em (27).

(27) Uma classe de todas as classes que não são membros de si mesmas pode ser um membro de si mesma?

Russell também fez uso de outros paradoxos como o famoso paradoxo do barbeiro, que muitos atribuem ao filósofo. Nos deteremos nesse e em outros paradoxos no capítulo 4, dedicado ao entendimento do fenômeno da contradição e dos paradoxos. Até aqui, nesta seção, observamos algumas ideias discutidas por Frege e Russell, as quais nos permitem entender um pouco mais o pensamento lógico, inclusive na linguagem. Agora, veremos de que forma Strawson segue ou rebate essas questões, levando-as diretamente para o uso da linguagem, ou seja, para uma abordagem pragmática da Linguística.

Quase cinco décadas após Russell enviar uma carta, apontando contradições no trabalho de Frege, Peter Strawson publica o artigo “On Referring” (1950), no qual refuta o entendimento de Russell e sua Teoria das Descrições (1905), bem como, de certa forma, se acerca dos estudos de Frege. Strawson aponta em seu artigo alguns problemas na teoria russelliana, os quais ele considera um equívoco para o entendimento. Um dos principais seria o fato de Russell não diferenciar sentenças de uso de sentença. Para mostrar a importância dessa distinção, Strawson explica o que ele considera como “uma sentença”, “um uso de uma sentença”, “um enunciado

---

<sup>19</sup> Do original: “The distinction of primary and secondary occurrences also enables us to deal with the question whether the present King of France is bald or not bald, and generally with the logical status of denoting phrases that denote nothing”.

<sup>20</sup> Do original: “The set of the Fs is identical with the set of the Gs if and only if the Fs are precisely the Gs”.

de uma sentença” e seus correspondentes da expressão. A saber, “uma expressão”, “o uso e uma expressão” e “o enunciado de uma expressão”, respectivamente.

Para isso, ele traz como exemplo a sentença (28) “O rei da França é sábio”, para a qual imagina dois diferentes contextos. No primeiro, seria enunciada em diversos momentos no tempo, como durante o período monárquico francês, e, depois, a mesma sentença seria usada em uma época pós-monarquia da França. Strawson afirma que em todas as situações o enunciado seria o mesmo e, por isso seria adequado chamar (28) de sentença. O que muda não é a sentença, mas o uso que é feito dela, como bem nos mostra o filósofo ao destacar múltiplos usos da sentença (28). Como hipótese, duas pessoas poderiam enunciar a sentença em etapas diferentes na França e não necessariamente as proposições seriam ambas verdadeiras, pois poderiam não tratar da mesma pessoa, por exemplo. De modo diferente, ocorreria se a sentença fosse proferida na mesma época, tratando-se da mesma pessoa, por dois indivíduos; provavelmente ambas as proposições seriam verdadeiras ou ambas seriam falsas. O que Strawson considera enunciado tratam-se de diferentes declarações com a mesma sentença e/ou a mesma proposição. Ele destaca ainda sobre a sentença (28):

Obviamente no caso desta sentença e igualmente óbvio no caso de muitas outras, não podemos falar de *sentença* sendo verdadeira ou falsa, mas apenas sendo usada para fazer uma afirmação verdadeira ou falsa ou (se é preferida) para expressar a verdade ou a falsidade da proposição. E, de modo também óbvio, não podemos falar da sentença como sendo de uma pessoa em particular, pois a mesma sentença pode ser usada em diferentes momentos para falar sobre diferentes indivíduos, mas somente o uso da sentença permite falar sobre uma pessoa específica.<sup>21</sup> (STRAWSON, 1950, p. 326, tradução nossa)

Quando se trata de uma expressão, isto é, uma parte da sentença, Strawson mostra que não é possível considerar a veracidade ou a falsidade de uma proposição, pois esse papel é ocupado pela sentença. Da mesma forma, devemos considerar que uma expressão não pode se referir a uma pessoa específica, só conseguimos alcançar essa informação ao considerar a sentença como um todo. Ou

---

<sup>21</sup> Do original “Obviously in the case of this sentence, and equally obviously in the case of many others, we cannot talk of the *sentence* being true or false, but only of its being used to make a true or false *assertion*, or (if this is preferred) to express a true or a false proposition. And equally obviously we cannot talk of the sentence being about a particular person, for the same sentence may be used at different times to talk about quite different particular persons, but only of a use of the sentence to talk about a particular person”

seja, alguém só poderá ser inferido ou referido<sup>22</sup> ao cogitarmos a sentença, isso porque a expressão não nos possibilita fazer esse processo, somente o uso dela. Para Strawson (ibid, p. 327, tradução nossa):

(...) para falar sobre o significado de uma expressão ou de uma sentença não é preciso falar sobre seu uso em uma ocasião particular, mas sobre as regras. Hábitos e convenções guiam o uso correto, em todas as ocasiões, para referir ou afirmar.<sup>23</sup>

Vem dessas questões um dos erros que Strawson acredita que Russell cometeu: confundir significado com referência.

(...) Russell confundiu significado com referência, ele pensou que se houvesse uma única expressão com uso único de referente, que era o que aparentemente havia (por exemplo, assuntos lógicos) e não algo escondido, o significado disso seria o objeto particular que era usado para referir.<sup>24</sup> (STRAWSON, 1950, p. 328, tradução nossa)

Strawson se preocupa com o fato de como as pessoas usam as expressões para se referir às coisas e aponta que, na verdade, o que ele considera significado inclui regras, convenções do uso da linguagem e, também, hábitos, ou seja, reflete a questão do uso das expressões e das sentenças. Ele usa como exemplo (ibid, p. 328) para falar de significação da sentença (29) “A mesa está coberta com livros”<sup>25</sup>, que, segundo o autor, ninguém duvidaria que não fosse significativa. No entanto, ele acredita ser incoerente perguntarmos sobre de que objeto essa sentença trata, pois esse tipo de pergunta só teria validade caso fosse realizada sobre o uso da sentença e não a sentença em si; no entanto, ainda de acordo com o autor, a sentença não foi usada, visto que foi selecionada para fins de exemplificação, e deste modo a pergunta é absurda na teoria de significado de Strawson. Da mesma forma, a sentença não é verdadeira e nem falsa, visto que não estamos apontando o uso dela. No caso de expressões que falam de alguém ou de algo, não há como falar da verdade ou da falsidade, mas o que faz a sentença poder ser usada na linguagem é o fato de que em algumas circunstâncias poderia ser usada e então

<sup>22</sup> Do original “mentioning and referring”.

<sup>23</sup> Do original “(...) for to talk about the meaning of an expression or sentence is not to talk about its use on a particular occasion, but about the rules. Habits, conventions governing its correct use, on all occasions, to refer or to asser”.

<sup>24</sup> Do original: “(...) Russell confused meaning with mentioning, he thought that if there were any expressions having a uniquely referring use, which were what they seemed (i.e., logical subjects) and not something else in disguise, their meaning must be the particular object which they were used to refer to”.

<sup>25</sup> Do original “The table is covered with books”.

poderíamos avaliar se é verdadeira ou falsa em certas ocasiões para fazer menção, ou se referir, a alguém.

Strawson também se preocupou em avaliar o significado do termo “implicar”:

'Implicar' (...) certamente não é o equivalente a 'acarretar' (ou 'implicar logicamente'). E isso vem do fato de que, quando, em resposta a uma declaração, nós dizemos (e devemos) 'Não há um rei na França', nós certamente não devemos dizer que estamos contradizendo a declaração de que o rei da França é sábio. Nós certamente não dizemos que a questão é verdadeira ou falsa, mas que simplesmente não surge.<sup>26</sup> (STRAWSON, 1950, p. 330, tradução nossa)

É importante ressaltar que Strawson lida com o uso da língua e não está preso a formalizações matemáticas como Frege e Russell, abrindo, de certa forma, os caminhos para os estudos da Pragmática, como os que veremos no próximo capítulo deste trabalho.

### 2.3 Resumo do capítulo

Construímos este capítulo com o intuito de demonstrarmos os conceitos básicos relevantes à elaboração deste trabalho. Tanto para a compreensão de ocorrências linguísticas como a contradição e os paradoxos, quanto para apresentarmos os alicerces das teorias linguísticas inferenciais que exibiremos na próxima parte deste trabalho. Dividimos este capítulo em dois pontos principais: a compreensão da Lógica Clássica e o início da relação entre a Lógica e os estudos que envolvem a linguagem.

Em suma, começamos mostrando três regras axiomáticas do pensamento, as quais formalizam o discurso dito racional. Relembrando (1), (2) e (3), o princípio da identidade, o princípio da não-contradição e o princípio do terceiro excluído. Como veremos mais adiante (mais especificamente no capítulo 4) essas regras são essenciais no desenvolvimento de paradoxos e, principalmente (2), de contradição.

A essa padronização também se relaciona o quadrado dos opostos (figura 1), o qual nos possibilita visualizar associações de seus diferentes vértices que formam relações contrárias, contraditórias, subcontrárias e subalternas. Suas diferentes

---

<sup>26</sup> Do original " 'Implies' (...) is certainly not equivalent to "entails" (or "logically implies"). And this comes out from the fact that when, in response to his statement, we say (as we should) "There is no king of France", we should certainly not say we were contradicting the statement that the king of the France is wise. We are certainly not saying that the question of whether it's true or false simply doesn't arise".

combinações evidenciam inferências distintas com proposições universais ou proposições particulares.

Observamos também o conceito de argumento, o qual pode ser de três diferentes tipos, o indutivo, o dedutivo e o analógico. É avaliando os constituintes do argumento que determinaremos sua condição de verdade, um argumento é verdadeiro ou falso de acordo com o respeito que segue das regras do pensamento racional.

No entanto, quando se trata da linguagem natural, é preciso avaliar um pouco mais do que a Lógica Clássica nos traz, o que não indica o abandono às suas regras e conceitos. É o que Walton (1989) e Costa (2009, 2016) tratam como Lógica Informal, ou a Lógica da Linguagem Natural. Neste aspecto, é preciso lidar com contextos de racionalidade e as condições de verdade muitas vezes não bastam e, por isso, são acionadas as condições de veracidade ou o que é aceito como verdadeiro na linguagem natural. Essa questão é adequada a um trabalho como o nosso, que se propõe a lidar com a linguagem natural e não apenas com formalismos.

Como dissemos anteriormente, para mostrarmos um pouco dos estudos que relacionam lógica e linguagem elaboramos a seção 2.2, na qual trazemos os estudos de Frege, Russell e Strawson. Os três autores foram escolhidos por traçarem um caminho de certa forma evolutivo para os estudos lógico-linguísticos que chegam até os primórdios do que futuramente se convencionou a chamar de Pragmática. Além disso, os dois primeiros autores trouxeram importante contribuição para a área dos paradoxos; principalmente com a elaboração do Paradoxo das Classes, o qual se fundamenta na noção de conjuntos.

Quanto ao que toca a Strawson, ele contribui para a Pragmática ao refutar a ideia de Russell que distinguia significado e referência. Strawson afirma que não há como avaliar a verdade no significado e na referência sem observarmos a sentença e seu uso. Portanto, quando enunciamos uma sentença, por exemplo, em diferentes momentos do tempo, a condição de verdade também pode mudar. Com essa conexão entre a Lógica e os estudos de uso de língua, a Pragmática, passamos para o capítulo 3 em que dedicaremos ao estudo da Pragmática e de algumas teorias dela, as quais se dedicam a uma perspectiva inferencial da linguagem.

### **3 INFERÊNCIAS NO CAMINHO DA PRAGMÁTICA**

O objeto teórico de estudo, nesta pesquisa, são as inferências sob o viés da pragmática linguística, as quais nos permitirão avaliar a contradição e os paradoxos como fenômenos naturais na linguagem do cotidiano. Portanto, nesta seção sobre a Pragmática e inferências, exporemos conceitos relevantes para o estudo, que nos levarão às teorias inferenciais que avaliaremos no capítulo 5.

Para iniciarmos, apresentaremos a noção de Pragmática que assumimos em nossa pesquisa de maneira a localizar histórica e conceitualmente as teorias da linguística que utilizaremos. Então, identificaremos como as inferências são inseridas nos estudos linguísticos, pois, como já sabemos, esse objeto também é analisado também em outras áreas de conhecimento, como a Filosofia e a Matemática.

Essas informações serão apresentadas na seção intitulada “O estudo da Pragmática”. Depois, nos deteremos na visão da Teoria das Implicaturas de Paul Grice, basilar para as teorias pragmáticas inferenciais que servirão como aporte teórico de nossa pesquisa. As três relevantes teorias que selecionamos para análise dos paradoxos são a pós-Griceana Teoria da Relevância, cujos fundamentos se originam nos estudos de Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005), e as neogriceanas, representadas pelas Implicaturas com base-Q e com base-R, desenvolvida por Horn (1984, 2006), e pela Teoria das Implicaturas Conversacionais (ICGs), de Stephen C. Levinson (2000).

#### **3.1 O Estudo da Pragmática**

Para efeito deste trabalho, o recorte teórico de Pragmática é como o apresentado por Ibaños e Costa (2017a, 2017b) em que os estudos da área são divididos em uma Pragmática Clássica e uma Pragmática Contemporânea. A Pragmática Clássica é caracterizada como o período inicial da Pragmática e, em sua sistematização, grande parte das definições dadas para o uso da expressão "pragmática" são feitas em relação ao conceito de semântica. Isso porque ambas as áreas se preocupam com o estudo do significado e a primeira se diferencia da segunda principalmente por avaliar a linguagem em uso.

Uma das primeiras definições é a proposta por Charles Morris (1938), primeiro estudioso a cunhar o termo “pragmática”, o qual via a Pragmática como uma parte da Semiótica, em uma noção triádica como a proposta anteriormente por Peirce. Essa tríade de Morris vê o estudo da língua na dimensão sintática, na semântica e na pragmática (1938, p. 29). Para o filósofo o nível sintático é aquele que considera a relação formal dos signos entre si, o nível semântico mostra a ligação dos signos e dos objetos aos quais são designados/referidos, já a dimensão pragmática faz a relação dos signos com os usuários desses signos. A seguir, Carnap (1959) faz uso do conceito triádico de Morris, mas o associa à uma semiótica descritiva e uma pura, tornando a noção da investigação não tão clara por colocar em lados opostos os estudos das linguagens naturais e os da Lógica, como destacaram Gazdar (1979) e Levinson (1983). Outro teórico da Pragmática Clássica é Bar-Hillel (1954), para quem a disciplina é o estudo de linguagens que contenham expressões indexicais. Abaixo podemos observar de modo bastante visual os estudos deste período da área.

Quadro 1 – Período Clássico da História da Pragmática

<b>Autores</b>	<b>Conceitos abordados</b>	<b>Áreas abrangidas</b>
<b>Frege</b>	Problema da pressuposição e contexto	Investigação Lógica
<b>Peirce</b>	Relação dos signos e interpretantes	Investigação Semiótica
<b>Morris</b>	Relação dos Signos e Usuários	Pragmática como área da Semiótica
<b>Carnap</b>	Semiótica Descritiva e Pura	Investigação lógico-matemática
<b>Bar-Hillel</b>	Expressões indiciais	Objeto da Pragmática
<b>Wittgenstein</b>	Jogos de Linguagem	Investigação filosófica

Fonte: Ibaños e Costa (2017b, p. 288)

Em oposição ao período Clássico da Pragmática os autores do período Contemporâneo são aqueles cujos estudos parecem já ter incorporado a Pragmática como uma subárea da linguística (IBAÑOS; COSTA, 2017, p. 14). Essas distinções dos períodos da Pragmática parecem se enquadrar com a organização que alguns teóricos nomeiam como Pragmática *near-side* (próxima) e como Pragmática *far-side* (distante).

A pragmática próxima (*near-side*) traz autores como David Kaplan (1989), sobre Indexicais e Demonstrativos, e Stalnaker (1999), Contexto e Conteúdo, que demonstram atributos importantes para a compreensão do que é dito. Já a pragmática *far-side* é a que nos deteremos neste trabalho, por se focar no que acontece além do dito, ou seja, quais atos de fala são realizados e quais inferências são geradas a partir do que é enunciado da forma em que é dito. Austin, Searle e Grice são os estudiosos mais relevantes desse tipo de pragmática entre os anos sessenta e oitenta do século XX. Os estudos desses autores, apoiados em conceitos da Filosofia da Linguagem, reverberam em pesquisas atuais, como veremos mais adiante nesta seção. Austin (1962) e Searle (1969) foram os responsáveis de nortear as bases sobre a investigação acerca dos atos de fala ao passo que Grice (1957, 1967) formulou um modelo de comunicação inferencial aportado pelos conceitos de inferências conversacionais. Podemos ver, no quadro abaixo, a distribuição dessas teorias, bem como outras que veremos mais adiante.

Quadro 2 – Período Contemporâneo da História da Pragmática

<b>Autores</b>	<b>Teorias abordadas</b>	<b>Áreas abrangidas</b>
<b>Grice</b>	Teoria das Implicaturas	Investigação lógico-linguística
<b>Austin</b>	Atos de Fala	Pragmática do uso
<b>Searle</b>	Atos de Fala	Pragmática do uso
<b>Sperber e Wilson</b>	Teoria da Relevância	Pragmática cognitiva
<b>Levinson</b>	Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas	Pragmática linguística

Fonte: Ibaños e Costa (2017b, p. 292)

Atualmente, estudiosos como Korta e Perry (2015) acreditam que a pragmática trabalhe com um tipo diferente de raciocínio do que o da semântica, pois esta se ocupa com regras e convenções de significados nas expressões enquanto aquela lida com um tipo de reflexão. Isso porque na Pragmática a observação não é apenas a aplicação de regras para chegar ao significado, pois é preciso realizar inferências, considerando além do que é pré-estabelecido pela significação de uma expressão e pelo seu significado semântico. Isso considerando que a comunicação é vista na pragmática de modo diferente da ideia na qual o processo comunicativo consistia apenas em uma questão de codificação e de decodificação, como no

modelo de código (MC). Segundo Korta e Perry essa visão funciona bem em um universo de regras fonológicas, sintáticas e semânticas, no qual é preciso apenas um falante e um ouvinte que sejam competentes na língua. No entanto, na Pragmática é preciso observar outro modelo de comunicação, como o modelo inferencial proposto por Paul Grice a partir de seu estudo do significado (*Meaning*, 1957) e das implicaturas (*Logic and Conversation*, 1967), que veremos mais adiante.

A Pragmática como disciplina já apresentava em sua origem características interdisciplinares (COSTA, 2008, p. 20), e, por isso, houve desde então a necessidade de que os teóricos estruturassem e definissem os objetos de estudo. Até porque o campo da Pragmática é realmente bem vasto e abrange questões como algumas propriedades dos enunciados, do tipo *quem está falando, onde e quando o enunciado foi proferido*. Trabalha também com as intenções do enunciador e com as expectativas tanto do falante quanto do receptor. Ou seja, o campo da Pragmática é muito amplo, mas a área, grosso modo, se preocupa com questões como de que forma é possível que diferentes falantes em distintas circunstâncias produzam significados diferentes ao utilizar as mesmas palavras, também versando sobre qual é o vínculo entre o que as palavras e o que o enunciado do falante significam, assim como as conjunturas da enunciação, as intenções, ações e como é gerida a comunicação. (KORTA; PERRY, 2015, p. 1). Essas e outras questões são avaliadas no campo da Pragmática, como os atos de fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969) e as implicaturas (GRICE, 1967). Levinson é um dos estudiosos que reconhecem a amplitude dos estudos da Pragmática e que demonstra no primeiro capítulo de seu livro de 1983, "Pragmatics", tanto a história do termo "pragmática" quanto algumas noções da Pragmática linguística.

Levinson (1983)<sup>27</sup> demonstra alguns diferentes conceitos para a disciplina; dentre eles, destacamos algumas definições para a Pragmática. A que adotamos em nossa pesquisa é a que coloca a noção de inferências no escopo dessa área das investigações linguísticas. Levinson aponta que "a Pragmática é o estudo das relações entre a língua e o contexto que são básicas para uma descrição da compreensão da linguagem" (2007, p. 25). Destaca ainda que o entendimento de um enunciado não é apenas interpretar o significado de cada palavra proferida e as relações gramaticais em que estão inseridas, mas também que para entender um

---

<sup>27</sup> Neste trabalho usamos o original de 1983 e a edição traduzida de 2007.

processo de comunicação é preciso realizar inferências, tendo como base o que é dito na expressão linguística, o contexto e o que se assume previamente. O conceito que o teórico indica como o mais global para a Pragmática é o dado abaixo.

A ideia é que partindo de sequências de enunciações, consideradas em conjunto com algumas suposições de fundo a respeito do uso linguístico, podem comportar inferências altamente detalhadas a respeito da natureza das suposições que os participantes estão fazendo e dos fins para os quais as enunciações estão sendo usadas. Para participar do uso linguístico comum, devemos ser capazes de fazer esse tipo de cálculo na produção e na interpretação. Essa capacidade independente de crenças, sentimentos e usos idiossincráticos (apesar de poder referir-se aos compartilhados pelos participantes) e baseia-se na maior parte, em princípios bastante regulares e relativamente abstratos. A pragmática pode ser considerada a descrição desta capacidade, já que opera para línguas específicas e para a língua em geral. (LEVINSON, 2007, p. 64)

Essa é a concepção de pragmática a qual compreende nossa pesquisa, sendo assumida ao tratarmos das teorias da Pragmática que seguirão no decorrer deste texto.

Um dos primeiros e mais importantes estudos do dito e do implicado veio do filósofo Paul Grice através de sua proposta de um modelo inferencial de comunicação e de sua Teoria das Implicaturas. Sobre o trabalho de Grice nos deteremos na próxima seção para mostrar as bases que serão refutadas ou aprimoradas em estudos posteriores que permeiam as Teorias que utilizaremos para avaliar a contradição e os paradoxos.

### **3.2 Grice e a noção inferencial**

Para iniciarmos nossa exposição referente às inferências pragmáticas, precisamos nos deter nos estudos do filósofo Paul Grice por ser um dos primeiros a estudar a questão das intenções e do implícito na linguagem natural com sua noção de significado e com seu modelo inferencial de comunicação. Esse estudo se mostra fundamental, tanto que é dele que derivam ou se baseiam várias teorias em perspectiva da pragmática inferencial. Mais adiante, mostraremos algumas pesquisas que seguem um viés neogriceano e pós-griceano, as quais utilizaremos para nosso embate de teorias para selecionarmos o que cada uma pode contribuir para a questão de nossa pesquisa.

A importância da teoria do significado griceana, iniciada no artigo *Meaning* (1957), consiste, principalmente, em tornar evidente as diferenças entre o significado do falante e o significado da sentença. O filósofo também faz uma distinção de significado natural e de significado não-natural (significado-*nn*) (GRICE, 1957, p. 378). O significado natural é o que se refere ao sentido das expressões e sentenças, ou seja, elas já carregam o significado em si independente de convenções e intenções. Já como significado não-natural Grice considera uma convenção expressada na intenção do comunicador no enunciado e não apenas o significado das palavras e das sentenças. Nas palavras de Grice (1957, p. 383-384):

Podemos assumir o que é preciso para A significar algo em x como se segue. A deve ter a intenção de induzir por x a crença em uma audiência, e ele deve também ter a intenção de que seu enunciado seja reconhecido como pretendido. No entanto, essas intenções não são independentes; o reconhecimento pretendido por A tem participação na indução de crenças e, se isso não funcionar, algo dará errado com a completude da intenção de A. Além disso, A acredita que o reconhecimento de sua intenção tem papel importante na implicação. Eu acho que ele assume que há uma chance de que isso realmente ocorra e que isso de fato faz parte, ou seja, não espera que isso seja uma conclusão inevitável que induzirá a audiência quer a intenção atrás do enunciado seja reconhecida ou não. Talvez possamos dizer que 'A significou-*nn* algo por x' seja equivalente a 'A enunciou x com a intenção de induzir uma crença por significar o reconhecimento de sua intenção'.<sup>28</sup> (GRICE, 1957, p. 383-384, tradução nossa)

Resumindo esse pensamento, Levinson reformulou a descrição de Grice da seguinte maneira:

Considerando F o falante/emissor e O o ouvinte/receptor alvo e z significa grosso modo.

F *quis dizer* (significado-*nn*) z ao enunciar E se e apenas se:

(i) F pretendia que E causasse algum efeito z no receptor O

(ii) F pretendia que (i) fosse conseguida simplesmente pelo fato de O reconhecer esta intenção (i). (LEVINSON, 2007, p. 19)

---

<sup>28</sup> Do original "We may sum up what is necessary for A to mean something by x as follows. A must intend to induce by x a belief in an audience, and he must also intend his utterance to be recognized as so intended. But these intentions are not independent; the recognition is intended by A to play its part in inducing the belief, and if it does not do so something will have gone wrong with the fulfillment of A's intentions. Moreover, A's intending that the recognition should play this part implies, I think, that he assumes that there is some chance that it will in fact play this part, that he does not regard it as a foregone conclusion that the belief will be induced in the audience whether or not the intention behind the utterance is recognized. Shortly, perhaps, we may say that "A meant<sub>NN</sub> something by x" is roughly equivalent to "A uttered x with the intention of inducing a belief by means of the recognition of this intention".

Nesse processo complexo de comunicação a intenção do falante passa a ser assumida enquanto conhecimento mútuo entre os participantes do processo comunicativo, o que Grice demonstra em sua Teoria das Implicaturas baseada nessa noção de significado e em um modelo inferencial defendido pelo filósofo como uma tentativa de aproximar a Lógica e a linguagem natural. Essa questão é relevante para todo o processo comunicacional, mas, no que tange ao nosso trabalho em torno de contradições e paradoxos, parece ser ainda mais importante porque aparentemente uma pessoa não teria motivos para produzir um enunciado que contrarie o sistema lógico do seu raciocínio se não tivesse a intenção de produzir um efeito específico para o receptor.

No modelo inferencial, Grice (1967) desenvolve uma teoria para a conversação que considera não apenas o que está explícito no enunciado (dito), mas também o implícito (implicado). O tipo de inferência com que o teórico lida são, principalmente, as implicaturas conversacionais, noção muito importante para a área da Pragmática. Levinson (2007, p. 121) inclusive indica ser essa a noção que nos proporciona algumas explicações sobre funções de fatos da língua, visto que é encontrada em princípios que requerem cooperação dos participantes do processo comunicativo e não na estrutura da língua em si. Outro fator que torna o estudo das implicaturas conversacionais muito importante se deve ao fato de têm como função demonstrar de que forma dizemos além do que realmente proferimos e como o receptor compreende o significado.

Grice mostra a comunicação em um modelo inferencial (doravante MI) diferentemente do que se acreditava anteriormente, no modelo de código (doravante MC). No modelo mais antigo, a comunicação era vista basicamente como um processo de codificação e de decodificação das informações, ou seja, de modo objetivo e direto. Assim, quando um enunciador profere um enunciado, este é codificado como um sinal e então é enviado para o receptor, que decodificaria o sinal enviado. Feltes e Silveira (2002) afirmam que no MC são previstos ruídos que podem interferir na comunicação, mas que o contexto comunicacional é ignorado, fazendo com que o processo de decodificação não seja totalmente eficaz para a compreensão de sentido. Esse problema ocorre porque pode existir um espaço entre o que é dito no enunciado por quem comunica e o que é compreendido pelo receptor da mensagem através dos enunciados. Com o MI usado por Grice (1989) esses espaços são preenchidos com o uso do resultado de processos inferenciais,

ou seja, Grice demonstra que é possível compreender o que foi dito explicitamente e o que não foi literalmente dito.

Com o objetivo de apresentar seu conceito de implicatura, Grice (1991, p. 24)<sup>29</sup> mostra um diálogo em que duas pessoas estão conversando (A e B) sobre um indivíduo C, que está em um novo emprego. A pergunta para B como C está se saindo no trabalho e a resposta de B é a seguinte:

(30) B: Oh, muito bem, eu acho; ele gosta dos seus colegas e ainda não foi preso.

O que Grice afirma é que A poderia realizar muitas perguntas sobre a resposta de B para entender o que B quis dizer com essa frase. E, segundo o autor, as réplicas poderiam versar sobre o quão desagradáveis são os colegas de C ou a dificuldade de suas obrigações no trabalho.

No entanto, a fim de que haja a possibilidade de inferência no processo comunicativo, Grice diz que é preciso que o comunicador “Faça a sua contribuição conversacional como é requerida, no estágio em que ela ocorre, pelo propósito ou guia da interação conversacional em que você está engajado”<sup>30</sup> (GRICE, 1991, p. 45). A essa noção Grice chama de Princípio Cooperativo e, grosso modo, quer dizer que é necessário que exista certo grau de cooperação entre quem comunica e quem recebe a informação. A esse princípio estão ligadas quatro categorias de máximas conversacionais e submáximas, as quais devem ser seguidas para que a comunicação seja bem-sucedida. Nas palavras de Huang (2007, p. 25, tradução nossa) “o Princípio Cooperativo e as máximas que o compõe garantem em uma interação conversacional a quantidade certa de informação provida e que a interação seja conduzida em um modo verdadeiro, confiável, relevante e perspicaz.”<sup>31</sup>

Segundo Grice (1989, p. 45-46), as quatro categorias são: Quantidade, Qualidade, Relação e Modo. Veremos agora o que significa cada uma dessas categorias de máximas conversacionais e as submáximas contidas nelas.

#### I) Categoria de quantidade

<sup>29</sup> Edição original publicada em 1989, contendo o texto “Logic and Conversation” (1967) com conteúdo extra.

<sup>30</sup> Do original “make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engage”

<sup>31</sup> Do original “The co-operative principle and its component maxims ensure that in an exchange of conversation, the right amount of information is provided and that the interaction is conducted in a truthful, relevant and perspicuous manner”.

Está relacionada à quantia de informação a ser fornecida e para isso é importante seguir as seguintes submáximas:

a. Faça sua contribuição tão informativa o quanto é requerida (para o propósito de troca).

b. Não faça a sua contribuição mais informativa do que é requerido.

Podemos apontar como exemplo dessa máxima os seguintes diálogos e a informação de que os participantes da troca comunicacional acabam de se conhecer:

(31)

Doctor: Onde vocês moram, Rose e Donna?

Rose: Eu moro em Londres.

Donna: Eu moro em 25 Brook Street, Londres, W1S 1.

É possível ver, no exemplo (31), nos dois enunciados, que respondem à pergunta realizada por Doctor, uma amostra de manutenção da máxima conversacional de quantidade proposta por Grice e outra de aparente quebra da máxima. A resposta dada por Rose, tomando a informação de que acaba de conhecer o Doctor, parece prover a quantidade necessária de informação, nem mais e nem menos. No entanto, Donna parece ter provido muito mais dados do que seria oportuno para responder à pergunta no exemplo (31). Apesar das diferenças quanto à manutenção da máxima de quantidade, os dois enunciados parecem produzir a mesma implicatura I.

+> Rose e Donna moram na Inglaterra.

Também podemos supor, pelo conteúdo das duas respostas, que apesar de uma delas conter uma possível violação, ambas seguem o princípio de cooperação. Vemos abaixo outro exemplo, cuja máxima de quantidade se faz importante.

(32) Rodrigo entregou a mala para o delegado e diz:

- Aqui estão os 465mil reais.

A manutenção da máxima de quantidade nos faz acreditar que se houvesse 500mil na mala o comunicador iria nos falar, pois a informação não seria verdadeira já que um valor de dinheiro inferior foi informado.

II Categoria da qualidade

É preciso fazer a contribuição informativa a mais verdadeira possível e Grice ainda revela duas submáximas específicas (1982, p. 46):

- a. Não diga o que você acredita ser falso.
- b. Não diga aquilo para que você não possua evidência adequada.

O exemplo (32) também nos fornece uma implicatura oriunda da máxima de qualidade.

+> Acredito ou tenho evidências que a mala foi entregue com 465mil reais.

III Categoria de modo ou maneira

Diz que o comunicador deve ser perspicaz e é caracterizada em submáximas.

- a. Evite expressões obscuras.
- b. Evite ambiguidade.
- c. Seja breve (evite prolixidade desnecessária)
- d. Seja ordeiro.

Veja os exemplos abaixo sobre as especificidades da categoria de máxima conversacional de modo.

(33) Cuide das plantas.

(34) Encha o regador com água limpa, retire as folhas secas caídas na terra, coloque-as em um saco de lixo, molhe as plantas com a água do regador, seque o regador e guarde-o.

O exemplo (33) mostra a manutenção da categoria de máxima conversacional de modo justamente por ser breve. Já em (34) temos também a continuação desta máxima, ao considerarmos a submáxima “seja ordeiro”, visto que são enumeradas ações em ordem para que alguém cuide de plantas (no entanto, aparentemente ignoramos a especificidade de ser breve). Um enunciado como o (34), também discutido por Levinson (1983), serve para que o interlocutor preste atenção a todos os passos para, por exemplo, efetuar uma ação.

A última a categoria que apresentamos aqui é a de relação.

IV Categoria de relação ou relevância

Pede apenas que a informação seja relevante.

Podemos ver nos exemplos (35) e (36) abaixo, baseados em Levinson (1983)

(35) Vamos dançar.

+> Vamos dançar agora.

A máxima conversacional de relevância, por exemplo, possibilita entendermos que as ações de um enunciado imperativo implicam o tempo presente.

(36)

A: Que horas são?

B: O avião já decolou.

+> Você está atrasado

Não somente na conversa diária, esperada entre indivíduos, mas também em outras atividades comunicativas podem ser observadas as noções discutidas por Grice e outros. Como exemplificação dessa aplicação do modelo para outras áreas da linguagem, Behle (2011)<sup>32</sup> avalia as aparentes quebras de máximas conversacionais, principalmente de modo e relevância, no que tange à construção de um texto do Teatro do Absurdo. Replicamos aqui, para exemplificar essa noção, um trecho de “Esperando Godot” (BECKETT, 2006)<sup>33</sup>, no qual os personagens Pozzo e Estragon, que passam a peça inteira esperando o personagem Godot, pois acreditam que ele pode ajudá-los de alguma forma, mas decidem desistir de esperar.

(37)

*Pozzo: I must go.*

(...)

*Estragon: Then adieu.*

*Pozzo: Adieu.*

*Vladimir: Adieu.*

*[Silence. No one moves.]*

*Vladimir: Adieu.*

*Pozzo: Adieu.*

*Estragon: Adieu.*

*[Silence]*

*Pozzo: And thank you.*

*Vladimir: Thank you.*

---

<sup>32</sup> Trabalho de Conclusão de Curso (2011) e apresentado no Seminário Internacional de Teoria da Relevância (2013).

<sup>33</sup> Texto original de 1952.

*Pozzo: Not at all.*

*Estragon: Yes yes.*

*Pozzo: No no.*

*Vladimir: Yes yes.*

*Estragon: No no.*

*[Silence]*

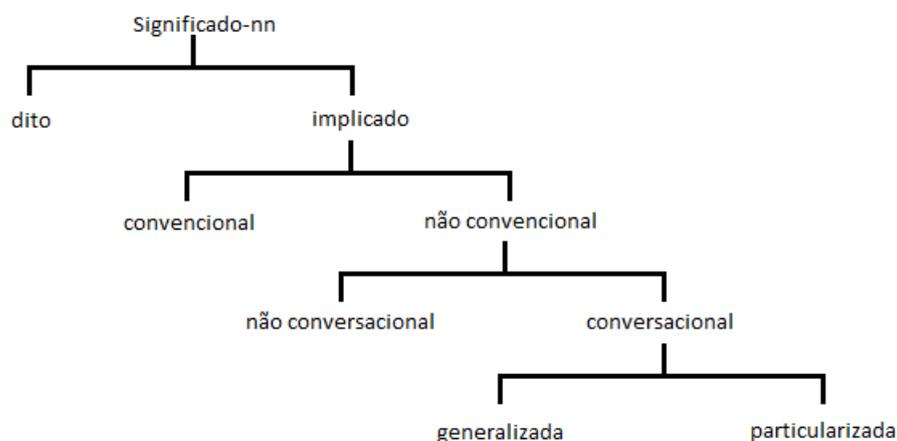
*Pozzo: I don't seem to be able... [Long hesitation]... to depart.*

Neste diálogo do exemplo (37) podemos observar que os personagens não parecem seguir a categoria de máxima conversacional de relevância, pois repetem enunciados em que não parecem responder um ao outro de forma satisfatória.

Apesar de acreditar que as categorias de máximas conversacionais devem ser respeitadas para uma comunicação bem-sucedida, Grice (1982, p. 50-52) admite que são violadas ou aparentemente violadas, e são essas quebras aparentes que possibilitam implicaturas, inferências pragmáticas, e, nessas situações, são as implicaturas que preenchem o significado do enunciado como pudemos ver em alguns dos exemplos anteriores. Isso ocorre, por exemplo, em casos de ironias, metáforas, eufemismos, hipérboles e etc. Essas aparentes quebras das máximas conversacionais, considerando a manutenção de um processo cooperativo de comunicação, manifestam a intenção do falante.

As inferências são divididas por Grice, em "Logic and Conversation" (1967, 1989), em diversas classificações, não apenas a generalizada, de acordo com os tipos de conteúdo que o processo comunicativo veicula. Primeiro a inferências pode ser convencional ou não convencional, a primeira correspondendo ao significado inferido do próprio sentido da sentença e a segunda possibilitando uma implicatura. As não-convencionais se dividem entre as conversacionais e as não-conversacionais, esta última considera o sentido da sentença e o contexto para a compreensão do enunciado. As implicaturas que mais interessam aos estudos da Pragmática, Segundo Levinson, são as implicaturas não-convencionais conversacionais. Abaixo, reproduzimos gráfico apresentado por Levinson (2007, p. 163) para facilitar a visualização do significado-*nn*, proposto por Grice, em um esquema de tipos de conteúdo comunicativo.

Figura 3 - Tipos de Conteúdos Informativos



FONTE: Levinson (2007, p. 163)

Levinson (1983, p. 131) destaca que o interesse da Linguística pelas máximas conversacionais defendidas por Grice é que essas possibilitam além do significado semântico dos enunciados. Ele afirma que, ao contrário das inferências como implicações lógicas, acarretamentos e conseqüências lógicas, as inferências pragmáticas, chamadas de implicaturas, não resultam somente da forma lógica e da forma semântica, mas também do conteúdo sobre o que foi dito e de suposições realizadas durante a interação comunicacional. As inferências oriundas da observância das máximas são chamadas por Grice de implicatura generalizada e as que não observam as máximas de forma ostensiva são as violações das máximas.

As implicaturas conversacionais possuem quatro propriedades<sup>34</sup> resultantes da derivação inferencial, sendo a mais importante o fato de que podem ser anuladas, ou seja, é possível cancelar a informação com o acréscimo de mais premissas ou com o contexto. Na edição de 1989 do texto "Logic and Conversation", Grice afirma que todas as implicaturas conversacionais podem ser canceladas. Em suas palavras (1991, p. 44, tradução nossa) "Penso que todas as implicaturas conversacionais são canceláveis, mas, infelizmente, não se pode considerar que um teste de cancelamento como decisivo para estabelecer a presença de uma

<sup>34</sup> Apresentaremos as propriedades aqui com o intuito de demonstração e, portanto, não estão problematizadas.

implicatura conversacional."<sup>35</sup>. Isto é, apesar de acreditar no cancelamento como propriedade importante para definir uma implicatura como conversacional, o teste não a garante como tal.

(38)

A Os gatos de Maria são amarelos.

B Os gatos de Maria são amarelos, exceto Mimi.

Como podemos ver no exemplo acima, o primeiro enunciado (38) A possibilita a implicatura com um quantificador universal.

+> Todos os gatos de Maria têm a mesma cor.

No entanto, o acréscimo da proposição "exceto Mimi", em B, cancela a primeira implicatura, ocasionando em uma implicatura com quantificador existencial.

+> Quase todos os gatos de Maria têm a mesma cor.

A segunda propriedade é que as implicaturas são não-destacáveis, ou seja, são conectadas ao conteúdo semântico do enunciado e por isso não podem ser retiradas com a troca por palavras sinônimas. Em outras palavras, a mudança de uma palavra por um sinônimo não altera a implicatura inicial. Levinson (1983) mostra que essa é uma propriedade complicada para definir uma implicatura e, por isso, é preciso um conjunto de premissas para avaliá-la.

(39)

A Alguns gatos são de Maria.

B Nem todos os gatos são de Maria.

C Alguns e talvez nem todos os gatos são de Maria.

Neste exemplo, adaptado de Levinson (2007, p. 148), percebemos que o enunciado (39) B é uma implicatura do A e que, apesar de A e C terem um significado similar, não compartilham a mesma implicatura, pois não têm as mesmas condições de verdade.

As implicaturas também são calculáveis, o que significa que é possível explicitar o argumento. A quarta característica é que as implicaturas são não-convencionais, ou seja, não possuem o significado convencional das expressões.

---

<sup>35</sup> Do original "I think that all conversational implicatures are cancelable, but unfortunately one cannot regard the fulfillment of a cancelability test as decisively establishing the presence of a conversational implicature"

Levinson (2007, p. 146-147) diz: "se Grice está certo quanto à maneira como as implicaturas ocorrem, então, já que você precisa conhecer o significado ou sentido literal de uma sentença antes de calcular suas implicaturas num contexto, as implicaturas não podem ser parte desse significado". Levinson (1983, 2000) ressalta ainda que outras propriedades podem ser acrescentadas, como a de reforço (já indicada por estudiosos como Horn (1984, 1991)), que quer dizer que se pode lidar com a mesma forma de seu conteúdo sem ser redundante, e a universalidade, visto que, sendo a racionalidade ser um atributo fundamental, há uma expectativa de universalidade.

Grice serviu como fonte para numerosas reflexões em áreas como a Linguística, a Psicologia Cognitiva e a Filosofia da Linguagem e, segundo Marina Sbisà (2005) duas correntes principais se revelaram: os neogriceanos e os pós-griceanos. Sbisà ressalta que os pós-griceanos são encabeçados pela Teoria da Relevância e os neogriceanos por estudiosos como Stephen Levinson e Laurence Horn. Ela afirma ainda que os pontos de contato entre neo e pós-griceanos são noções como a importância de como a comunicação linguística possibilita que o ouvinte capte a intenção comunicativa do falante. Além disso, eles acreditam que é necessário haver algo na interação comunicativa que possibilite a apreensão da intenção comunicativa do ouvinte, pois as regras da língua não são suficientes para completar essa tarefa. Os teóricos em questão também consideram importante verificar como e a quantidade de inferências necessárias para uma comunicação bem-sucedida.

A seguir veremos alguns desses principais estudos, chamados por Korta e Perry (2015) e Ibaños e Costa (2017) como pertencentes à Pragmática contemporânea, começando pela Teoria da Relevância proposta pelos pós-griceanos Dan Sperber e Deirdre Wilson (1986, 1995), por se apresentarem cronologicamente antes da Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000), precedida por noções propostas por Horn (1984, 2006), como os Princípio-Q e Princípio-R.

### **3.3 Teoria da Relevância**

A Teoria da Relevância foi desenvolvida por Dan Sperber e Deirdre Wilson (1986, 1995) sob uma abordagem da psicologia cognitiva. A TR compartilha com a

teoria de Grice (1967) a ideia da característica na comunicação humana de que boa parte ocorre pelas expressões linguísticas e pelas intenções proferidas pelo falante. Para os autores o receptor consegue inferir além do que está expresso por uma questão de todo o processo cognitivo, como memória enciclopédica e efeitos contextuais. Apesar de se basearem na perspectiva griceana como ponto de partida para a teoria, os autores apresentam algumas críticas a Grice. Um dos questionamentos, entre outros tópicos, é a uma das propriedades mais importantes do modelo de Grice, o Princípio de Cooperação. Outra delas é o argumento sobre a necessidade de um Princípio de Cooperação e de categorias de máximas conversacionais. No entanto, concordam com Grice quando este afirma que, no momento em que um comunicador profere um enunciado, este gera uma expectativa instantânea que ajuda o receptor na compreensão do significado (SPERBER; WILSON, 1986, 1995, 2005). Neste sentido, o modelo seguido na noção de relevância não é o mesmo de caráter inferencial proposto por Grice, mas uma proposta que considera não apenas as inferências geradas, mas que também leva em conta qualquer estímulo, externo ou não, que forneça um *input* o qual auxilie na construção do contexto para a compreensão. Esses estímulos são ostensivos porque as intenções informativa e comunicativa que o comunicador pretende que o receptor reconheça é exposta, captando a atenção do interlocutor. Assim, diz-se que o modelo de comunicação seguido pelos estudiosos da relevância é um modelo ostensivo-inferencial.

A comunicação ostensivo-inferencial está relacionada a dois níveis de intenções, uma delas tem o objetivo de dar uma informação a um ou mais de um receptor, denominada intenção informativa. Já a intenção comunicativa pretende comunicar a intenção informativa a essas pessoas, ou seja, tornar a intenção informativa manifesta. A intenção comunicativa pode também servir para deixar claro ao ouvinte a intenção de ter a intenção informativa reconhecida, de modo que esse fato possa servir também como um estímulo relevante.

Sperber e Wilson (2005, p. 222) postulam que "a afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante". Nesse sentido que essa abordagem proposta por Sperber e Wilson se mostra distinta do tratamento dado por Grice, pois este último tinha como prioridade uma aproximação com a Lógica enquanto que os primeiros consideram o viés da

psicologia cognitiva. Isso assim se dá porque os autores acreditam que a mente humana tem como característica inata a habilidade de direcionar a atenção somente para o que lhe é considerado relevante sem, portanto, se vincular a um Princípio de Cooperação. Desta noção originam-se os princípios que norteiam a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995)<sup>36</sup>: o Princípio Cognitivo da Relevância e o Princípio Comunicativo da Relevância.

O Princípio Cognitivo da Relevância postula: a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância. Ou seja, é aquele que se refere à busca da mente humana por uma informação mais relevante possível durante o processo comunicativo para todos os envolvidos na interação, baseando assim a Teoria da Relevância teoricamente. Segundo Sperber e Wilson (1995, 2005) um *input*, que pode ser uma imagem, um enunciado, uma lembrança, etc., é relevante quando consegue se relacionar com algo do background dos interlocutores, de modo que estes consigam produzir conclusões e suposições relevantes. Desta forma, são produzidos efeitos cognitivos positivos na mente dos participantes do processo, pois possibilitam acrescentar ou eliminar uma suposição ao conjunto de suposições prévias. Segundo os autores, é possível que a mente humana trabalhe com duas informações conflitantes, já que um dos efeitos contextuais pressupostos na TR é o que permite a eliminação da suposição mais fraca.

Também temos o Princípio Comunicativo da Relevância: Todo estímulo ostensivo comunica a presunção de sua própria relevância ótima. Esse princípio se refere à presunção de relevância através de uma comunicação ostensiva. Assim o produtor do enunciado profere apenas o que acredita ser relevante o suficiente para que valha o custo da atenção dispensada pelo receptor. Desta forma o comunicador deve escolher o *input* ostensivo que produza o maior grau de relevância, ou seja, aquele estímulo que produza a maior quantidade de efeitos cognitivos positivos (SPERBER; WILSON, 1995). Isso quer dizer que se espera que quem comunica apenas produziria um enunciado se considerasse relevante, em uma presunção de relevância ótima.

Considerando os dois princípios da Teoria da Relevância, podemos ver que o que determina o grau de relevância de um input é uma relação de custo e benefício, na qual a quantidade de benefícios extraídos é o que garante a relevância. Assim o

---

<sup>36</sup> Na primeira edição da Teoria, lançada em 1986, os autores consideravam apenas um princípio de relevância. Para a segunda edição (1995) o dividiram em dois princípios.

estímulo que possibilita mais efeitos cognitivos com o menor custo de cognição tem o maior grau de relevância. Isso ocorre de tal maneira porque a mente humana tende a procurar o que lhe exige menor esforço de processamento, mas as vezes é necessário avaliar situações que nos fornecem um alto custo de processamento, o qual, no entanto, é compensado pelos efeitos cognitivos proporcionados. No entanto, nem sempre o estímulo mais ostensivo é o captado pela audiência, mesmo considerando os efeitos cognitivos que se proporcionaria, pois efeitos são gradativos quanto ao uso. Para a Teoria da Relevância o conceito apropriado é o de esforço de processamento, segundo o qual se considera que a relevância pode ser de certo modo medida de acordo com os efeitos cognitivos e o esforço realizado para processar esses efeitos. Esse cálculo estaria ligado em uma relação diretamente proporcional, pois, considerando o mesmo conceito, quanto maior for a quantidade de efeitos contextuais que um estímulo ocasione, mais relevante para o processo comunicativo será esse *input*. Assim como será mais a relevância desse, quanto menor o esforço realizado no esforço de processamento. Desse modo, vemos que a relevância é mais comparativa do que quantitativa, e isso é uma das características que nos possibilita considerá-la uma teoria aceita na psicologia, pois uma análise quantitativa nos permitiria uma avaliação apenas formal.

Sperber e Wilson citam como tipos de efeitos contextuais a implicação contextual, o fortalecimento/enfraquecimento ou eliminação, o abandono ou a revisão de hipóteses durante o processo comunicativo. Isso pode ocorrer de acordo com as necessidades do comunicador, o qual poderá escolher o estímulo ostensivo mais relevante com a intenção de manter determinados objetivos. O tipo de efeito cognitivo mais importante, segundo Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005), é a implicação contextual, que é um estímulo ostensivo em contexto, ou seja, é uma intersecção do contexto com uma informação nova no ambiente cognitivo. Isso significa que podemos inferir as premissas com base na relação entre conhecimentos contextuais novos e velhos. Outra categoria de efeitos contextuais são os que vêm do fortalecimento ou do enfraquecimento de suposições, os quais nem sempre possibilitam a construção de uma suposição nova, pois esmaecem ou corroboram um pressuposto já conhecido. De acordo com Feltes e Silveira (2002), esse reforço ou enfraquecimento pode ocorrer por estímulos perceptuais, decodificação linguística ou até por dedução e, neste último caso, novas suposições

são possíveis. O outro tipo de efeito contextual é o da contradição, o qual suprime a conjectura possivelmente mais fraca quando duas hipóteses são contraditórias.

No entanto, é preciso ressaltar que não há como esperar que o comunicador não se envolva na escolha do *input* e influencie na relevância. Por exemplo, o comunicador pode querer evitar determinado assunto e, por isso, escolhe um estímulo que talvez não seja o mais relevante para a expectativa da audiência, mas que satisfaça seus interesses e que, de certo modo, beneficie todos os envolvidos no processo. Sperber e Wilson afirmam que o comunicador pode ser incapaz ou não estar disposto a usar determinado *input*, considerando em alternativa a ideia de busca pela relevância ótima:

Poderia haver uma informação relevante que eles são incapazes de fornecer ou estão pouco dispostos a fazê-lo, e estímulos ostensivos que comunicariam suas intenções mais economicamente, mas que eles estão pouco dispostos a produzir, ou incapazes de pensar naquele momento. (SPERBER; WILSON, 2005, p. 231)

Neste modelo defendido por Sperber e Wilson, contexto é “É um constructo psicológico, um conjunto das hipóteses que o ouvinte tem sobre o mundo. Esses pressupostos, é claro”<sup>37</sup> (SPERBER; WILSON, 1995, p. 15, tradução nossa). Sperber e Wilson consideram que o contexto não está totalmente estruturado no início do processo comunicativo e podemos observar isso pela noção de efeitos contextuais. Isso quer dizer que o contexto é modificado durante o ato comunicacional e sua construção inicia, por exemplo, quando o indivíduo acessa as informações que constam em sua memória e outros fatores que podem ser captados do ambiente físico e dos enunciados. Isso significa que o contexto é enriquecido e modificado pelas suposições realizadas por processo inferencial dos enunciados durante sua construção. Nesse sentido, considera-se não só o ambiente físico e o enunciado como contexto, mas também ajudam na construção do contexto atributos como crenças pessoais, noções científicas, ideias sobre o futuro e sobre a situação mental do comunicador, entre outros.

Na Teoria da Relevância, o conceito de contexto mútuo não é aceito, sendo defendida a ideia de ambiente cognitivo mútuo. Ambiente cognitivo é o conjunto de informações inferidas ou não que a pessoa tem de seu ambiente físico e de sua

---

<sup>37</sup> Do original: “is a psychological construct, a subset of the hearer’s assumptions about the world. It is these assumptions, of course”.

representação de mundo, que possibilitam alcançar efeitos contextuais necessários para a interpretação da comunicação. No entanto, as pessoas não possuem necessariamente o mesmo ambiente cognitivo, ou seja, projetamos diferentes representações mentais com o contexto que temos disponível. Nas palavras dos autores, “nem todos nós construímos a mesma representação, por um lado, por causa das diferenças em nosso ambiente físico e, por outro, por nossas habilidades cognitivas.” (Tradução nossa)<sup>38</sup> (1995, p. 38, tradução nossa). Quando o ambiente cognitivo é compartilhado e possibilita que os participantes de um ato comunicativo realizem hipóteses “mutuamente manifestas” podemos afirmar que o ambiente cognitivo é mútuo.

A percepção de que estímulos mais relevantes são os que captam a atenção dos indivíduos vem da ação de um mecanismo dedutivo, o qual é capaz de “ler, escrever e apagar as formas lógicas, de fazer a comparação das suas propriedades formais, de as armazenar na memória e de conseguir recolher regras de dedução que se encontram nas entradas lógicas dos conceitos” (SPERBER; WILSON, 2001, p.156). Segundo os autores, as suposições ou outras formas lógicas entram no mecanismo e são lidas por ele com o intuito de avaliar as entradas lógicas de cada uma de suas partes para utilizar alguma regra de descrição que satisfaça o registro e, então, armazena esse resultado como uma tese derivada. Esse processo se repete até que não haja mais nenhuma dedução possível.

Essa perspectiva parece entrar em conflito quando pensamos em contradição e premissas de paradoxos. Os autores, porém, afirmam que o mecanismo suspende o processo de dedução até que seja possível resolver a discordância. Isto é, o mecanismo continua operando em busca de alguma regra que possibilite uma derivação que satisfaça a regra do registro inicial.

Os autores apresentam regras de introdução que permitiriam ao mecanismo dedutivo que permitiriam a manutenção do conteúdo das suposições iniciais, com exceção do acréscimo necessário à regra. As regras de introdução são as que acrescentam conectivos *e*, *ou* ou de dupla negação para derivar as novas premissas que permitiriam o mecanismo dedutivo a avaliar a estrutura das regras lógicas, mas não o conteúdo das suposições dadas.

---

<sup>38</sup> Do original: “we do not all construct the same representation, because of differences in our narrower physical environments on the one hand, and our cognitive abilities on the other”.

No entanto, os autores afirmam que as regras que permitem o processamento espontâneo das ocorrências, o que é básico para a mente humana, são as regras de eliminação. Somente elas possibilitam interpretações e análises do conteúdo das suposições originais. Por isso, na TR, é considerado que o mecanismo dedutivo acessa apenas as regras de eliminação e possibilita implicações lógicas não triviais. Essas regras derivam de *modus ponens*, da Lógica Clássica, e, segundo os autores, são possíveis em uma abordagem informal da lógica. Seguem as regras de eliminação (SPERBER; WILSON, 1995, p.162).

(40) *Modus Ponens* conjuntivo

*Input:* (i) (se (P e Q) então R)

(ii) P

*Output:* (Se Q então R)

*Input:* (i) (Se (P e Q) então R)

(ii) Q

*Output:* (Se P então R)

(41) *Modus Ponens* disjuntivo

*Input:* (i) (Se (P ou Q) então R)

(ii) P

*Output:* R

*Input:* (i) (Se (P ou Q) então R)

(ii) Q

*Output:* R

Os autores afirmam, no entanto, que percebem que “toda a inferência dedutiva tenha que ser descrita puramente nos termos das regras dedutivas” (SPERBER; WILSON, 2001, p. 166), mas que esse mecanismo serve para reduzir as possibilidades de suposições que devem ser armazenadas na memória. Deste modo, a força das proposições é considerada pela mente humana para tentar resolver a contradição. Isto é, o mecanismo apagará a suposição mais fraca, caso haja diferença de forças entre elas e esse processo é repetido até que não haja mais possibilidades de apagamento, eliminando a situação de conflito. Quando as forças são equivalentes, a TR assume que a resolução ocorre por uma busca consciente de evidências para cada proposição. Se ainda assim não é possível encontrar uma

solução, o uso de contexto em uma nova suposição pode ocasionar na rejeição de alguma suposição ou de todas elas, sem o alcance de nenhum efeito contextual relevante.

Outro fator importante no estudo da Teoria da Relevância tratado por Sperber e Wilson (1986, 1995) são os níveis de significação, sendo um deles o de explicatura e o outro, implicatura. A diferença entre tais níveis consiste no grau de “explicitude” do que está sendo comunicado no enunciado, ao que os autores consideram ““Uma suposição comunicada por um enunciado U é explícita se e somente se há um desenvolvimento da forma lógica codificada por U” (1995, p. 182, tradução nossa)”<sup>39</sup>. Desta forma, a explicatura, em uma correlação com a implicatura, é o que está explícito no enunciado comunicado, considerando as informações linguísticas codificadas e informações que podem ser deduzidas do contexto. Segundo Carston, (2006) as explicaturas estão estritamente conectadas à forma lógica, sendo um enriquecimento dessas proposições e, em grande parte das situações, são incompletas. Sperber e Wilson (1995) afirmam que “do contexto, da forma proposicional do enunciado e da atitude proposicional expressada, todas as explicaturas do enunciado podem ser inferidas”<sup>40</sup> (1995, p. 193, tradução nossa). Por outro lado, as implicaturas não são vinculadas às formas lógicas dos enunciados, no sentido de serem independentes, já que o conteúdo delas é implícito. Sperber e Wilson (ibid, p. 194, tradução nossa) afirmam que “uma implicatura é uma suposição contextual ou uma implicação em que o falante pretende que seu enunciado contextual seja manifestadamente relevante, manifestadamente intencional para se fazer manifesto também para o ouvinte”<sup>41</sup> e que é a relevância que direciona a mente humana para gerar a implicatura. Elas ocorrem, de acordo com os autores, da explicatura do enunciado e também do contexto, mas é importante ressaltar que todos os processos ocorrem concomitantemente.

Trouxemos a Teoria da Relevância por ser um importante estudo entre os pós-griceanos e por fornecer vasto material, o qual nos ajudará a analisar o uso de paradoxos na linguagem natural. A noção dos autores sobre o mecanismo dedutivo age no processamento das contradições em sentido amplo, parece ser bastante

---

<sup>39</sup> Do original “an assumption communicated by an utterance U is explicit if and only if it is a development of a logical form encoded by U”

<sup>40</sup> Do original “from the context, the propositional form of the utterance and the propositional attitude expressed, all the explicatures of the utterance can be inferred”.

<sup>41</sup> Do original “an implicature is a contextual assumption or implication which a speaker, intending her contextual utterance to be manifestly relevant, manifestly intended to make manifest too the hearer”.

enriquecedor para nossa investigação. Como contraponto, veremos agora alguns conceitos das duas renomadas teorias neogriceanas, postuladas por Laurence R. Horn e Stephen C. Levinson.

### 3.4 Implicaturas com base-Q e base-R

Um dos estudos mais importantes dentre os neogriceanos são os realizados por Laurence Horn (1984, 1989, 2006), que sugerem uma diminuição das categorias das máximas conversacionais de Grice de quantidade, qualidade, relevância e modo (as quais discutimos na seção 3.2 deste capítulo). Nesta redução, Horn não inclui a categoria de qualidade, a qual deve ser previamente assumida em uma interação conversacional que se espera ser bem-sucedida. O autor ressalta, inclusive, que é “difícil ver como as outras máximas seriam satisfeitas”<sup>42</sup> (HORN, 2006, p. 8, tradução nossa).

Antes de prosseguirmos com o entendimento do autor, quanto à economia do uso de categorias de máximas conversacionais, parece interessante pensarmos sobre a manutenção da máxima de qualidade, que se refere principalmente à veracidade do enunciado, pois no que tange às contradições e aos paradoxos tal categoria deve ser mantida pelo falante para a manutenção de uma boa comunicação. No entanto, em paradoxos lógicos, às vezes essa máxima não é preservada com intuito de em vez disso preservar a real intenção do comunicador. Um exemplo disso é o clássico paradoxo de Zenão sobre Aquiles e a Tartaruga (o discutiremos no capítulo 4), em que o filósofo cria esse paradoxo, cuja conclusão é facilmente refutável, para argumentar em favor das ideias de seu mentor.

Exceto a máxima de qualidade, as outras três máximas são reduzidas a dois princípios que baseiam dois tipos de implicaturas, são os chamados Princípio-Q e Princípio-R. O Princípio-Q é associado à primeira máxima conversacional de quantidade, que postula que se faça a contribuição comunicacional tão informativa quanto requerida. Já o Princípio-R se baseia na segunda máxima de quantidade, que versa sobre não prover mais informações que o necessário, incluindo-se nessa imediação as máximas de modo e de relevância.

---

<sup>42</sup> Do original “it is hard to see how any of the other maxims can be satisfied”.

## (42) Princípio-Q

Faça que sua contribuição seja o suficiente; diga o máximo que puder (dado o Princípio-R)

## (43) Princípio-R

Faça que sua contribuição seja necessária; não diga mais do que precisa (dado o Princípio-Q)

Deste modo a implicatura oriunda do Princípio-Q não inclui informações mais específicas, já as que são geradas a partir do Princípio-R contêm as informações mais detalhadas. Isso significa que os princípios restringem e definem um ao outro (HORN, 2006), de modo a produzir forças opostas sem que um invalide o outro. Segundo Horn (1984, 2006), desta forma há uma validação de uma economia de menor esforço e de uma necessidade comunicacional. Isso porque podemos considerar que o Princípio-Q é baseado no ouvinte, o que espera realizar um baixo esforço, e o Princípio-R se relaciona com o falante o qual tem a intenção de comunicar e, portanto, se preocupa com o modo, a relevância e, também, com economizar o que enuncia. De acordo com Michael Israel (2006) o Princípio-Q poderia ser classificado como um princípio que limita a fronteira mínima (*lower-bounding principle*), ou seja, que estabelece o limite mínimo do que pode ser dito e induz a implicaturas do limite de fronteira superior (*upper-bounding*). O ouvinte pode inferir que qualquer coisa que é dita não se sustenta. Por outro lado, o Princípio-R é *upper-bounding*, pois coloca um limite no que pode ser dito e leva a implicaturas de *lower-bounding* (o ouvinte pode inferir que o que foi dito representa meramente o mínimo do que se sustenta).

Vejamos então exemplos de implicaturas oriundas dos dois princípios:

(44) Se você terminar o texto, eu deixarei que assista TV.

+> Se você não terminar o texto, eu não deixarei que assista TV.

+> Se e somente se você terminar o texto, eu deixarei que assista TV.

+> Primeiro você deve terminar o texto, depois eu deixarei que assista TV.

Já a implicatura comunicacional oriunda de (44) tem base em R.

Já como exemplo de implicatura baseada em Q temos (45).

(45) Fred morava na rua três anos atrás.

+> Ele não mora mais na rua.

+> Ele morou na rua pelo menos há três anos.

+> Ele morou na rua no máximo há três anos.

Para Horn (1984, 2006) a interação que ocorre entre os dois princípios é o que ocasiona a implicatura, denominando-se Divisão do Trabalho Pragmático<sup>43</sup>, como Horn (2006, p. 16) explica:

Um grande fenômeno linguístico envolvendo a interação dos princípios Q e R é a divisão do trabalho pragmático. Dadas duas expressões de um mesmo campo semântico, uma forma não-marcada - mais breve e/ou mais lexicalizada - tende a ser associada particularmente uma implicatura R mais restrita de modo não-marcado, um significado estereotipificado, uso, ou situação, enquanto o uso perifrásico ou menos lexicalizado da expressão, tipicamente mais complexo ou prolixo, tende a ser uma implicatura Q-restrita para aquelas situações fora do estereotipo, para cada expressão não-marcada não seria usada apropriadamente.<sup>44</sup> (HORN, 2006, p.16, tradução nossa)

As implicaturas possibilitadas pelo princípio-Q são algumas das mais importantes dentro da perspectiva de Horn. Elas são inferências pragmáticas que se constituem por elementos que o autor sistematizou como escalas, as quais excluem as informações que podem ser acarretadas literalmente através de dados semânticos. Para o autor as ICGs podem ser associadas aos operadores escalares, os quais permitem cancelar as inferências do tipo implicaturas escalares com base-Q. Ele mostra o quadro que apresentamos a seguir para exemplificar como é combinado o que é dito e o que é implicado e aponta que uma leitura de um só lado e a de dois lados se tornam ambíguas.

---

<sup>43</sup> Do original "Division of Pragmatic Labor".

<sup>44</sup> Do original "One robust linguistic phenomenon involving the interaction of Q and R principles is the division of pragmatic labor. Given two expressions covering the same semantic ground, a relatively unmarked form – briefer and/or more lexicalized – tends to be R-associated with a particular unmarked, stereotypical meaning, use, or situation, while the use of the periphrastic or less lexicalized expression, typically more complex or prolix, tends to be Q-restricted to those situations outside the stereotype, for which the unmarked expression could not have been used appropriately."

Quadro 3 – Combinação do que é dito e implicado

	One-sided <sup>45</sup> →	Two-sided <sup>46</sup>
a) Pat tem <b>3</b> filhos.	“...pelo menos 3...”	“...exatamente 3...”
b) Você comeu <b>um pouco</b> do bolo.	“...um pouco não tudo...”	“...um pouco, mas não tudo...”
c) É <b>possível</b> que ela vença.	“...pelo menos...”	“...mas não é certo...”
d) Ele é um ingênuo <b>ou</b> um bobo.	“...e talvez ambos”	“...mas não ambos”
e) Está <b>morno</b> .	“...pelo menos morno...”	“...mas não quente”

Fonte: Tradução e adaptação nossa para quadro de Horn (2006, p.10).

A implicatura da leitura two-sided é a considerada como a interpretação padrão, ou seja, não necessita de nenhum contexto para ser alcançada. Já a mostrada na leitura one-sided requer alguma informação extra para ser validada por não estar contida nos operadores escalares. Nos cinco exemplos dispostos no quadro vemos distintos modos de possibilitar uma implicatura escalar baseada no princípio da quantidade. Quando em (a) o comunicador diz que Pat tem 3 filhos, o numeral 3 nos leva a inferir que ela tem exatamente a quantidade de 3 filhos, mas, com o acréscimo de contexto é bastante aceitável a ideia de que talvez ela tenha pelo menos 3 filhos e que, na verdade, possui o total de 5. Como em “Pat tem 3 filhos do primeiro casamento e 2 do segundo”. É dado então que a leitura one-sided possibilita uma implicatura mais fraca que a provida pela leitura two-sided, mas, ainda assim, as duas interpretações são possíveis.

Outro destaque interessante para os exemplos do quadro é o de que a escala ocorre entre palavras de um mesmo campo semântico, como em (e) Está morno. A leitura padrão ocorre utilizando a negação de um vocábulo que deve ser colocado em um extremo da escala lexical: “Não está quente”. No entanto, é possível inferirmos o declarado na leitura one-sided: “Está no mínimo morno”. Horn (2006) mostra, porém, que é possível, sabendo que na verdade está quente, que alguém retruque com a seguinte sentença “Você tem razão, não está morno. Está muito quente!”. Ou seja, não somos providos pelo comunicador de quantidade suficiente

<sup>45</sup> Leitura unilateral.

<sup>46</sup> Leitura bilateral.

de informação, mas, não podemos dizer que ele esteja enunciando um argumento falso. É por isso que Horn afirma que “O papel central da implicatura escalar na linguagem natural é ilustrado por um sistemático padrão de lacunas lexicais e de assimetrias.”<sup>47</sup> (HORN, 2006, p. 10, tradução nossa).

As implicaturas escalares são dadas através de escalas informativas. Abaixo trazemos mais ilustrações, baseadas em exemplos providos por Horn (1984, p. 73).

(46)

(a) Maria tinha dois gatos.

(b) Geraldo lavou algumas roupas.

Os exemplos (46a) e (46b) possibilitam dois tipos de leitura: em a podemos entender que Maria tinha pelo menos dois gatos ou tinha a quantidade exata de dois gatos; em b podemos compreender que Geraldo lavou todas as roupas (algumas se não todas) ou lavou algumas roupas, mas não a totalidade. Essas implicaturas escalares, amplamente estudadas por teóricos da pragmática inferencial, são relacionadas à máxima griceana de quantidade e são possibilitadas por oposições ocorridas no léxico, como na divisão do trabalho pragmático.

### 3.5 Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas

A teoria inferencial abordada por Levinson (2000) é uma importante representante dos estudos neogriceanos. Nela o teórico faz mais uma contribuição para os estudos do significado ao tratar as Implicaturas Conversacionais Generalizadas (doravante ICG), propostas por Grice (1967), as quais são o tipo de implicaturas que não dependem de contexto específico. Levinson destaca que não pretende organizar uma teoria do significado completa, como, segundo ele, se propõe a Teoria da Relevância, a qual lida com a inferência somente como uma questão de relevância. Isso porque as ICGs são uma pequena parcela do significado e, desta forma, a Teoria das ICGs tem o intuito de ser uma teoria linguística apenas e não “uma teoria geral da competência pragmática humana”<sup>48</sup> (2000 p. 21-22, tradução nossa). Neste estudo, a implicatura está no resultado da generalização da interpretação *default*, também chamada de interpretação preferida, ou seja, ocorre

<sup>47</sup> Do original “the central role played by scalar implicature in natural language is illustrated by a systematic pattern of lexical gaps and asymmetries”.

<sup>48</sup> Do original “a general theory of human pragmatic competence”.

no uso da linguagem (nível pragmático) relacionado ao nível semântico. Nesta perspectiva de Levinson, a noção griceana de que uma teoria para o significado e a comunicação tem dois níveis de significação é considerada equivocada.

Para Levinson (1995, 2000) é preciso um terceiro nível de significado além dos já estabelecidos significados da sentença (*sentence-meaning*) e do significado do enunciado (*utterance-token-meaning*). O primeiro nível é o que lida com a instituição de significado na construção da estrutura de expressões complexas e o segundo com o mesmo enunciado, mas com as diferentes significações conforme o contexto específico. Levinson sugere que a ideia de três camadas para avaliar a comunicação é usada em outras teorias como nos estudos de atos de fala, no qual Austin (1962) distingue ato locucionário, ato ilocucionário e ato perlocucionário. A terceira camada de significação é chamada por Levinson de significado *utterance-type*, o qual estaria em um nível intermediário que é onde se localizam implicaturas do tipo escalares e outras implicaturas possibilitadas convencionalmente. Esse é o nível "Sistemático da inferência pragmática baseada não em cálculos diretos sobre a intenção dos falantes, mas em expectativas gerais sobre como a linguagem é normalmente usada"<sup>49</sup> (LEVINSON, 1995, p. 93; 2000, p. 22, tradução nossa). Assim, é neste nível que, segundo Levinson, a estrutura linguística e do significado se relacionam, ou seja, têm influência tanto no nível semântico quanto no nível pragmático.

Dentre os oito tipos de implicaturas definidos por Grice (1967) é relevante distinguir as implicaturas conversacionais generalizadas e as implicaturas conversacionais particularizadas (doravante ICPs). As generalizadas são as que ocorrem sem a necessidade de contexto específico, ao contrário das particularizadas, que requerem esse recurso para acontecer. Vejamos o exemplo provido por Levinson (2000, p. 16-17) para tentar demonstrar a diferença entre esses dois tipos de implicatura:

(47)

Contexto 1

A: "Que horas são?"

B: "Alguns convidados já estão partindo."

ICP: 'deve ser tarde'

---

<sup>49</sup> Do original "systematic pragmatic inference based not on direct computations about speaker-intentions but rather on general expectations about how language is normally used".

ICG: 'nem todos os convidados já estão partindo.'<sup>50</sup>

(48) Contexto 2

A: "Onde está John?"

B: "Alguns convidados já estão partindo."

ICP: 'Talvez John já tenha ido embora.'

ICG: 'Nem todos os convidados já estão partindo.'<sup>51</sup>

Nesses dois exemplos, vemos o enunciado B ("Alguns convidados já estão partindo") em dois diferentes contextos para responder duas perguntas distintas, e, portanto, fornecem-se diferentes implicações. A ICP está relacionada à máxima de relevância, fornecendo implicaturas dependentes do contexto. Neste caso, no diálogo (47), relacionada ao tempo, pois o enunciado A ressalta um questionamento sobre o horário. Já na interação (48) a ICP é uma implicatura sobre a presença de John, visto que o contexto construído com a pergunta é sobre esse indivíduo. No entanto, quando falamos das ICG, as inferências realizadas em ambos os exemplos são idênticas, pois, como sabemos, esse tipo de implicatura independe do contexto e, neste caso, indicam que nem todos os convidados foram embora. Levinson (*ibid*, p. 17) indica que todo o enunciado do tipo "Alguns x são G" possibilitam a interpretação padrão "Nem todo x é G".

Nos estudos da pragmática inferencial, é frequente o foco em máximas conversacionais como as de Grice, todavia os estudos posteriores, geralmente, têm estreitado o número de categorias. Como é o caso da Teoria da Relevância de Sperber e Wilson, na qual apenas uma máxima, a da relevância, é considerada e transformada em supermáxima. Na teoria das ICGs, há embasamento em três heurísticas que, partindo de algumas máximas conversacionais griceanas, possibilitam selecionar as inferências possíveis.

(...) Para aumentar a informatividade de uma mensagem codificada, a qual exclui um número n do estado das coisas, e, assim, supera o limite da taxa de codificação, tudo o que precisamos são algumas heurísticas que servirão

<sup>50</sup> "Context 1 A: What time is it? B: Some of the guests are already leaving. ICP: It must be late. ICG: Not all of the guests are already leaving."

<sup>51</sup> Do original "Context 2 A: "Where's John?" B: "Some of the quests are already leaving." ICP: 'Perhaps John has already left.' ICG: 'Not all of the guests are already leaving.'"

de regras para excluir alguns estados possíveis, produzindo incrementações de conteúdos como  $n+m$ .<sup>52</sup> (LEVINSON, 2000, p. 31, tradução nossa)

A teoria de Levinson é classificada em três partes que equivalem às três heurísticas que estão relacionadas às máximas griceanas: heurística -Q, heurística -I e heurística -M.

A primeira heurística -Q diz que "O que não está dito, está dito"<sup>53</sup> e está ligada à máxima conversacional de quantidade, a qual trata da quantidade de informação fornecida. Para Levinson (2000) a escolha de uma alternativa em um contraste escalar fraco impossibilita o uso de uma mais forte, como por exemplo na expressão "alguns" (mais fraca) e "todos" (mais forte). Levinson destaca, porém, que essa heurística só funciona em uma situação de contraste ou com opções restritas de expressões.

Levinson (ibid, p. 76) define para cada uma de suas heurísticas uma máxima relativa ao falante e um corolário do receptor. Para a primeira heurística Q, ele postula como máxima não proferir um enunciado que seja informativamente mais fraco do que seu conhecimento de mundo permita, a menos que dando esta informação você vá contra o princípio I, sobre informatividade. Já quanto ao corolário do receptor, ele diz que se deve esperar que o falante tenha proferido o enunciado com a informação mais forte e consistente de que ele tem conhecimento.

Como conjuntos de contrastes nesse tipo de heurística, o autor apresenta o conjunto escalar ("todos", "alguns"), as escalas negativas ("nenhum", "nem todos"), as escalas sem acarretamento ("desde que -p-q", "se -p-q"), escalas sem acarretamento e conjuntos sem acarretamento (como em escalas de cores), bem como as oracionais (ibid, p. 36). Esses conjuntos de contraste podem gerar implicaturas Q como as que veremos abaixo.

(49) Algumas alunas foram bem na prova.

+> 'nem todas'

(50) Nem todas alunas foram bem na prova.

+> 'algumas foram'

---

<sup>52</sup> Do original "(...) to increase the informativeness of a coded message which itself rules out some number  $n$  of states of affairs, and thus to overcome the limit on the rate of encoding, all we need are some heuristics that will serve to rule out some further possible states, yielding an increments content  $n+m$ ".

<sup>53</sup> Do original "what isn't said, isn't".

(51) Cinco alunas foram bem na prova.

+> 'não seis'

(52) Uma aluna tentou colar na prova.

+> 'ela não conseguiu'

(53) As provas foram impressas em papel branco.

+> 'não amarelo ou azul'

A segunda heurística - I é a que se relaciona com a máxima griceana de quantidade e postula que "o que está simplesmente descrito está estereotipicamente exemplificado"<sup>54</sup>. O que essa heurística tenta mostrar é que a expressão deve se referir ao significado mais "comum" ou usual, ou seja, uma interpretação default ou preferida. Tal heurística está diretamente ligada à máxima conversacional griceana de quantidade, principalmente à segunda submáxima, sobre não extrapolar a quantidade de informação necessária para que a comunicação seja bem-sucedida (GRICE, 1967).

O princípio I tem como máxima do falante o que Levinson (2000, p. 114) chama de Máxima da Minimização, que versa sobre proferir a menor quantidade possível de informação linguística, mas que esta seja suficiente para possibilitar o objetivo da comunicação. Já no corolário do receptor consta a regra de enriquecimento. Esta sugere que o ouvinte deve aumentar o conteúdo comunicativo proferido pelo comunicador para encontrar a situação que deve ser a esperada pelo falante. Abaixo, mostramos alguns exemplos de inferências que seguem o princípio I:

(54) João e Maria construíram uma casa.

+> 'Construíram juntos'

(55) Se você limpar seu quarto, eu lhe dou cinco reais.

+> 'Se você não limpar, não lhe darei'

+> 'Se e somente se você limpar, eu lhe darei cinco reais.'

Levinson (ibid, p. 119) afirma ainda que as inferências do tipo I podem ser contrapostas às do tipo Q, já que as Q são mais fortes. Para mostrar isso, ele destaca características das inferências I, como sendo inferências para interpretações específicas e o que está implicado podendo ser visto como uma parte

---

<sup>54</sup>Do original "what is simply described is stereotypically exemplified".

do que foi proferido. Também é atributo dessa categoria ser regulada por hipóteses de estereótipos e não fazer ligações com o que poderia ter sido dito.

A terceira e última heurística é a M, a qual está em relação com a máxima griceana de modo ou de maneira, mais especificamente no tocante às submáximas que orientam que o enunciado não seja proferido de modo obscuro ou prolixo. Essa heurística informa que "O que está dito de uma forma anormal, não é normal; ou mensagem marcada indica situações marcadas"<sup>55</sup> e se relaciona com a heurística- I. Isso significa que quando usamos uma forma usual de uma expressão a inferência a ser feita é a mais geral possível e o inverso deve ocorrer quando utilizamos uma expressão não-usual, a qual requer uma interpretação diferente da comum.

A máxima do falante que constitui, juntamente com o corolário do receptor, o princípio M é sobre indicar uma situação não usual ou não estereotípica, usando uma expressão marcada que contraste com sua correspondente mais usual. O corolário do receptor, no princípio M, se refere à forma em que as situações são indicadas. Ou seja, se é proferido um enunciado com uma situação anormal, será dito em um modo não usual. Da mesma forma quanto a mensagens marcadas e situações marcadas (ibid, p. 136). Vejamos alguns exemplos de inferências que podem ser realizadas com o princípio M:

(56) Maria tinha conhecimento para passar na prova.

+> 'mas não passou'

(57) Maria girou a chave e o barulho começou.

+> 'os dois eventos podem ser coincidência'

As três heurísticas possibilitam diferentes formas de implicaturas, considerando a força comunicacional de cada enunciado em um formato de interpretação preferida. Apesar disso, Levinson (ibid, p. 39) trata de um problema de projeção, que se origina de inferências contraditórias ocasionadas pelas diferentes ICGs. Para tentar solucionar essa questão, ele sistematiza uma ordem dos tipos de inferências que seriam prioritárias, de acordo com as interpretações padrões. Primeiro viriam as implicaturas do tipo Q, seguidas da M e por último as do tipo I, isso porque, segundo o linguista, as inferências possibilitadas pelos princípios Q e M

---

<sup>55</sup> Do original "What's said in an abnormal way, isn't normal; or marked message indicates marked situation".

são basicamente oriundas de fatos linguísticos. Desta forma, por serem metalinguísticas, Levinson crê que é possível presumir o que não foi de fato dito. As da categoria I, contudo, referem-se de informações pré-conhecidas sobre o mundo ou suposições estereotípicas.

Quadro 4 – Comparação de tipos de ICGs

<b>Terminologias Correspondentes</b>			
Levinson (2000)	Q	M	I
Grice (1967)	Q1	M1 e M2	Q2
Horn (1984)	Q	Q	R
<b>Propriedades de cada tipo</b>			
Inferência negativa	Sim	Sim	Não
Base metalinguística	Sim	Sim	Não
<b>Contraste entre...</b>			
Semanticamente forte/fraco	Sim	Não	n/a
Formas aparentemente sinônimas	Não	Sim	n/a

Fonte: Adaptação de quadro 1.1 de Levinson (2000, p.41)

O quadro 4 nos mostra uma comparação entre as ICGs de três das teorias abordadas por nós neste capítulo. Sobre a perspectiva do Levinson (2000) das propriedades que constam no quadro de comparação das ICGs são interessantes destacar as questões da inferência negativa e da metalinguagem. A inferência negativa é a ideia de que as implicaturas do tipo Q e M são negativas em sua essência porque o comunicador provavelmente está evitando uma inferência pragmática mais forte como uma Q ou até mesmo uma M. Assim, Levinson assume que esses dois tipos de implicaturas são metalinguísticos, já que “elas podem apenas recuperar através de referência qualquer coisa que possa ter sido dita além, mas que não o foi”<sup>56</sup> (2000, p.40-41, tradução nossa).

<sup>56</sup> Do original “they can only be recovered by reference to what else might have been said but was not”.

No próximo capítulo, apresentaremos as noções assumidas por nós para fenômenos aparentemente absurdos da linguagem, contradição e paradoxos, bem como exemplos dos mesmos.

### **3.6 Resumo do Capítulo**

Neste capítulo, apresentamos importantes estudos da pragmática inferencial, incluindo a que serviu como base (Teoria das Implicaturas), ou como ponto de partida, por todas elas terem um viés lógico. Portanto, relaciona-se com as ideias que mostramos em “Inferências no Caminho da Lógica”. Ou seja, é clara a importância dos conceitos da Lógica Clássica para as teorias inferenciais da linguagem. Além disso, a parte anterior deste trabalho traz o início da relação de estudos da Lógica com o uso da linguagem, o que é visto pelo trabalho de Strawson em “On Referring”.

Iniciamos o terceiro capítulo com um breve histórico não-problemático dos estudos da Pragmática para chegarmos à definição a ser assumida por nós neste trabalho. Como o conceito levantado por Levinson (1983/2007) de uma Pragmática cujos estudos tratam sobre capacidades linguísticas, tanto em relação a linguagem quanto ao contexto, que sirvam tanto para a língua em geral quanto para línguas específicas para descrever como elas são compreendidas. Isso nos leva a pensarmos na questão inferencial que utilizamos na comunicação.

Depois, distribuimos em quatro seções as Teorias que consideramos mais expressivas na perspectiva dos estudos inferenciais da Pragmática. Relembrando, os primeiros conceitos que trazemos são os de Grice e sua Teoria das Implicaturas. O autor mostra que a comunicação ocorre não apenas por codificação e decodificação, mas também por processos inferenciais. Para ele, é preciso que os interlocutores assumam, pelo menos minimamente, um Princípio de Cooperação, o qual é regido por categorias máximas conversacionais que guiam a interlocução para que não haja sobressaltos, sendo estas: quantidade, qualidade, modo e relevância. Quando essas máximas aparentemente não são respeitadas, deliberadamente ou não, podemos observar uma inferência do tipo implicatura. Esses e outros conceitos são a base para as teorias que vimos nas seções seguintes; há quem refute e quem aprimore a ideia de Grice, mas seus fundamentos são primordiais para todos os autores que abordamos neste terceiro capítulo.

Na seção seguinte, apontamos conceitos da teoria pós-griceana, proposta inicialmente por Sperber e Wilson, da Teoria da Relevância. Nela, eles concordam com a ideia de Grice de que a comunicação ocorre não apenas pelo o que é dito em uma expressão linguística, mas também o que é implicado, considerando a intenção do falante. Este, produz uma expectativa comunicativa em sua audiência, mas, na TR, isso se dá através de estímulos ostensivo-inferenciais. A ideia de que é preciso um Princípio de Cooperação é refutada por esses autores. Isso porque a Teoria da Relevância é um estudo que se origina na psicologia cognitiva e, portanto, o que direciona a comunicação é a mente humana, e não a cooperação em si. Deste modo, a única máxima conversacional que os teóricos desta corrente consideram é a de relação, pois são os diferentes graus de relevância que determinam a inferência. Nesse sentido, tem-se como um dos princípios da teoria a ideia de que a mente humana busca a informação com maior relevância possível. Os aspectos apresentados nos conceitos apresentados na seção 3.3 parecem interessantes para pensarmos nos fenômenos da contradição por, aparentemente, se tratarem de possibilidades que requerem um alto custo de processamento cognitivo. É pertinente pensarmos sobre isso porque, segundo os autores, esse custo precisaria viabilizar uma grande quantidade de efeitos contextuais para que o esforço realizado valesse a pena.

Em seguida, vimos os trabalhos dos neogriceanos Horn e Levinson. O primeiro que apresentamos é o Horn, o qual propôs uma redução na quantidade de máximas conversacionais. Para ele a máxima da qualidade deve ser assumida como pressuposta no processo comunicativo já que as pessoas que participam da interação provavelmente possuem o desejo que o processo tenha sucesso, mesmo que este não seja garantido. As outras máximas são agrupadas em dois princípios: o -Q e o -R. O primeiro é relacionado à quantidade de informação dada pelo comunicador, a qual deve ser suficiente para a compreensão, e o segundo traz a ideia de que não se deve extrapolar a quantidade de informação provida e, também, agrupa a ideia de modo e de relevância das máximas conversacionais apresentadas por Grice. Horn, assim como o Levinson, traz uma ideia de implicaturas escalares, as quais serão pertinentes para refletirmos sobre contradição e paradoxo.

Levinson é o outro teórico neogriceano que abordamos neste capítulo. Como vimos, ele propõe a TICG, a qual considera que a implicatura é forma mais ampla da interpretação preferida, que ocorre em uma relação semântico-pragmática. Essa

teoria compreende apenas uma parte das implicaturas possíveis por não acreditar em uma teoria que se proponha a linguagem de modo muito abrangente. Apesar disso, nós a consideramos, juntamente com as ideias de Horn, pertinente para ser avaliada como estudo possível para pensar as ocorrências linguísticas que nos intrigam neste trabalho.

Todos esses autores e suas teorias variantes nos possibilitarão alcançar nossos objetivos, através de cálculos de inferências e de contraste de conceitos, para avaliar como as teorias linguísticas selecionadas mostram e explicam os paradoxos, contradições e, até mesmo, tautologias. No próximo capítulo, procuraremos estabelecer o que são esses fenômenos da linguagem a que nos referimos.

#### 4 USOS DE LINGUAGEM APARENTEMENTE ABSURDOS

Neste capítulo, versaremos sobre contradição e paradoxos, fenômenos que, na linguagem natural, supostamente são falsos ou vazios em termos de proposição (GOLDSTEIN, 2012), se considerarmos o que a postura da Lógica tradicional assume. Pretendemos aqui lidar com os conceitos de contradição e de paradoxos, estabelecendo se há algum ponto de concordância, de divergência ou, até mesmo, de igualdade entre tais fenômenos. Nossa hipótese, já referida na introdução, é a de que existe um núcleo comum entre os dois fenômenos, mas para explicarmos isso é necessário apresentarmos os conceitos em questão. Com essas noções estabelecidas, poderemos, enfim, no capítulo 5 deste trabalho, analisar de que maneira esses fenômenos podem ser abordados em uma perspectiva da Lógica Informal, ou seja, de uma Lógica da linguagem natural, e da Pragmática inferencial. Dessa forma, como já mencionamos, poderemos estabelecer quais conceitos das teorias linguísticas selecionadas que permitem observarmos os fenômenos aqui tratados de maneira mais clara.

É importante ressaltar que nosso trabalho não é sobre Filosofia da Linguagem, mas, para qualquer tese que vincule questões de Lógica Clássica ao pensamento pragmático nas linhas de autores como Wittgenstein, Strawson e Grice, parece inviável não retratar ou discutir aspectos que, embora mais comuns à Filosofia, estabelecem fundamento para a discussão que nos propomos na avaliação de teorias pragmáticas.

Além disso, quando em Behle (2014) iniciamos nossos estudos sobre paradoxos clássicos, detemo-nos em inferências não apenas pragmáticas, mas também semânticas. Quanto à questão pragmática, focamo-nos, naquele momento, na Teoria das Implicaturas de Grice, que, como já apontamos no capítulo anterior, serve, até certo ponto, como base teórica para as teorias linguísticas que avaliamos nesta presente pesquisa. O trabalho apresentado em Behle (2014) será resgatado na seção 4.2, no que tange à recapitulação de conceitos de paradoxos lógicos. Destacamos que, nas análises do trabalho atual, nosso objeto deixa de ser o paradoxo em si, mas a sua relação com a contradição, focando essencialmente no valor das teorias linguísticas para explicá-los. Trata-se, portanto, de um embate metafórico entre tais teorias, nossa principal contribuição com esta tese.

Dividimos este capítulo em dois momentos. A primeira seção trata de um resgate da noção de contradição, já mencionada no segundo capítulo, com o objetivo de, no presente momento, a inserirmos como fenômeno da linguagem natural. A segunda seção discorre sobre o paradoxo em si, com conceitos e exemplos dos diferentes matizes desse artifício não apenas filosófico e argumentativo, como também linguístico. Iniciamos, em seguida, com nossa retomada da ideia de contradição, aproximando-a de uma perspectiva da linguagem e relacionando-a, de antemão, à questão do paradoxo.

#### 4.1 Contradições

No segundo capítulo deste trabalho, observamos alguns conceitos lógicos básicos para compreender o modo como a Lógica e a Linguística podem ser aproximadas em uma interface. Dentre as noções que apresentamos, está a de contradição lógica, a qual retomaremos nesta seção por ser de interesse primordial para nosso objeto de pesquisa ou, pelo menos, na construção de parte dele<sup>57</sup>.

O Princípio de Não-contradição, por exemplo, é uma das questões necessárias para a avaliação de paradoxos na linguagem natural. Em outras palavras, duas proposições contraditoriamente opostas não podem ser simultaneamente verdadeiras e nem falsas (observamos isso no capítulo 2 ao abordamos o quadrado das oposições – Figura 1). Se uma delas é verdadeira, a outra tem que ser falsa. Aristóteles em *Metafísica* é o principal defensor do Princípio da Não-contradição, fortemente debatido até hoje, especialmente pela Filosofia Analítica.

Assim como nos estudos da Lógica, a contradição ocorre de modo equivalente na linguagem natural, ocorrendo nesta como uma incompatibilidade entre mais de uma proposição que possibilite conclusões contrárias umas às outras, isso é, de modo que as contradiga. Essa noção é bastante trabalhada dentro da

---

<sup>57</sup> Na linguagem natural, fazemos uso constante de elementos contraditórios, tanto que, nos textos comuns de jornais, gramáticas e dicionários, encontramos diferentes classificações para esses elementos como figuras de linguagem: antíteses, paradoxos, oxímoros e quismos. As diferenças dessa rotulação são bastante tênues e, apesar de ser uma intrigante diferenciação, não fazem muito sentido para nossa pesquisa. O que parece mais interessante para nós, que nos propomos a falar de contradição e de paradoxos como fenômenos distintos, para refletir sobre onde esses fenômenos se localizam como conjuntos.

Lógica desde, pelo menos, as reflexões de Aristóteles e o Princípio da Não-contradição como vimos no capítulo 2 desta tese. Retomamos aqui em (58).

(58)

(a) Princípio da Não-contradição: duas proposições opostas não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e nem concomitantemente falsas.

(b)  $\neg(p \wedge \neg p)$

Deste modo podemos assumir que a contradição é uma propriedade da Lógica e que, dentro dessa visão, deve ser evitada, pois uma proposição exclui a outra. Goldstein (2012) ressalta o trabalho de Wittgenstein (1953) no *Tractatus* em que contradições e tautologias não são proposições, isto é, não transmitem informação, já que nada se origina do nada. Em suas palavras “((x) (x ∈ R & ¬(x ∈ x)) é uma contradição, então não podemos derivar isso de uma conclusão falsa ou inaceitável; nada segue disso”<sup>58</sup> (GOLDSTEIN, 2012, p. 183-184, tradução nossa).

Porém, filósofos como Cirne-Lima (1996) afirmam que a contradição não está tão claramente definida, como se deveria esperar, pois são grandes as chances de o sujeito da proposição mudar em tempos e aspectos diferentes. Cirne-Lima ressalta:

(...) há perguntas que, em determinadas circunstâncias, devem ser respondidas, em verdade, por um “sim e não”, ao mesmo tempo. À pergunta, se a rosa é vermelha, deve ser respondido “sim e não”, pois se faz necessária uma ulterior determinação dos aspectos sob os quais ela é vermelha e dos aspectos sob os quais ela não é vermelha. (CIRNE-LIMA, 1996, p. 17-18)

Um dos estudiosos que apontam certa estranheza no princípio da não-contradição é Graham Priest (2006), o qual se orienta pelo dialeteísmo, ou seja, se aproxima da ideia destacada na menção de Cirne-Lima que fizemos acima. Essa teoria se apresenta fora da agenda de uma Lógica tradicional, orientando-se na dita Lógica Paraconsistente. Nela, há o que chamam de verdadeiras contradições, isso é, que tanto  $p$  quanto  $\neg p$  podem ser verdadeiras. Priest faz, inclusive, uma relação com a Pragmática griceana quanto à questão que trouxemos, no capítulo anterior, sobre a noção de crença e intenção dos comunicadores (GRICE, 1957).

(...), afirmar uma contradição é se comportar de modo a tentar fazer com que a audiência acredite em uma contradição, ou, pelo menos, acredite que o falante acredita nisso (por reconhecer a intenção do falante ao fazer isso).

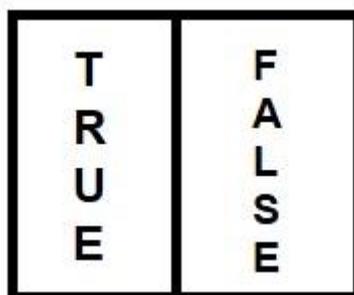
<sup>58</sup> Do original ““(x) (x ∈ R & ¬(x ∈ x)) is a contradiction, so we cannot derive from it a false and unacceptable conclusion; nothing follows from it”.

No entanto, isso poderia ser objetado por ser impossível acreditar em uma contradição. Porém, é impossível querer que alguém acredita nisso ou acreditar que alguém acredita.<sup>59</sup> (PRIEST, 2006, p. 96, tradução nossa)

No entanto, Priest (ibid, p.96) conclui que grande parte das pessoas não possui crenças consistentes e que dificilmente alguém manterá sua convicção ao perceber sua incongruência, pelo menos não de maneira consciente. Portanto, parece improvável que um indivíduo aceite de modo racional a contradição, pelo menos sem se deter no entendimento assertivo. Priest, assim, entende a dificuldade de se assumir que alguém aceitará um argumento contraditório lucidamente, embora pontue que há algumas situações em que isso é passível de acontecer.

Doris Olin afirma que contradições são argumentos da forma "A & ¬A" e parece achar o mesmo dos paradoxos, sendo um sinônimo do outro (OLIN, 2003, p. 21). Ela destaca a ideia de Priest, de que o dialeteísmo é uma boa forma de lidar com fenômenos "desconcertantes" e muitas vezes "confusos" que são os enunciados contraditórios ou paradoxais (sem distinção entre os termos). A autora também explicita de modo bastante claro que na Lógica Clássica<sup>60</sup> uma declaração precisa ser ou verdadeira ou falsa, sem que haja a possibilidade de ser ambas ou nenhuma das opções. Já nessa perspectiva de Lógica paraconsistente, a declaração pode ser verdadeira, falsa ou verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Em outras palavras, as duas abordagens consideram ser impreterível que a sentença tenha um valor de verdade, mas difere na possibilidade de que uma sentença seja verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Para ilustrar, Olin apresenta as imagens a seguir.

Figura 4 – Possibilidade de valores de verdade (Lógica Clássica)



Fonte: Doris Olin (2003, p. 22)

<sup>59</sup> Do original "(...), to assert a contradiction is to behave in such a way as to try to get an audience to believe a contradiction, or at least to believe that the speaker believes it (by recognizing the speaker's intention to do just that.) But, it could be objected, it is impossible to believe a contradiction. Thus, it is impossible to intend to get someone to believe one, or to believe that one believes one".

<sup>60</sup> Doris Olin (2003) atribui o termo "ortodoxo" para a Lógica Clássica e "radical" para a Lógica Paraconsistente.

Figura 5 – Possibilidades valores de verdade (Lógica Paraconsistente)

1	3	F A L S E
2	4	
T R U E		

Fonte: Doris Olin (2003, p. 22)

A figura 4 e a figura 5 demonstram a diferença de possibilidades dos valores de verdade para as duas lógicas mencionadas. Enquanto para a Lógica Clássica temos apenas dois valores (como já vimos no capítulo anterior) – verdadeiro e falso –, na Lógica Paraconsistente podemos considerar três valores – somente verdadeiro, somente falso e verdadeiro e falso. Segundo Olin (2003) essa segunda visão parece bastante interessante e resolveria a questão de diversos paradoxos, apesar de apresentar alguns problemas como a noção de aceitar e rejeitar uma declaração, a invalidade de regras clássicas de inferência e a exigência de que alguma premissa possa excluir uma das possibilidades.

Como então manter a questão da contradição da Lógica Clássica? Strawson (1952) compreende a questão com o Princípio da Contradição, mas consegue corroborar com esse conceito da Filosofia Analítica, cuja perspectiva segue a ideia de Cirne-Lima quanto à cor das rosas. Strawson aborda a contradição em dois aspectos distintos, pois ocupa-se tanto de um sentido mais amplo quanto de um mais estrito. Nisso, o filósofo traz a ideia de inconsistências entre proposições, em que se localiza a diferença entre contrário e contraditório para, então, chegar a uma Teoria de Incompatibilidade. Vamos nos basear na situação dada por Strawson para entenderemos a questão das inconsistências e, por consequência, da contradição.

(59)

(a) O gato tem mais de 7kg.

(b) O gato tem menos de 7kg.

Assumimos que os enunciados (a) e (b) são proferidos por pessoas distintas e se referem ao mesmo gato. Neste caso, (a) estaria contradizendo (b), ou seja, (b) é inconsistente em relação a (a). Agora, adicionamos um terceiro enunciado (c) em (59) dito por um terceiro comunicador.

(c) O gato tem exatamente 7kg.

O enunciado (c) é inconsistente em comparação tanto ao (a) quanto ao (b), pois contradiz a ambos. Além disso, se o falante de (b) houvesse produzido não-(a) (Não é verdade que o gato tem mais de 7kg), ainda assim não-(a) é inconsistente em relação a (a), mas de um modo diferente de B e A. Para Strawson (1952) o fenômeno que ocorre entre (a) e não-(a) é uma contradição, enquanto o possibilitado por (b) e (c) pode ser visto apenas como um contrário.

Dizer que duas afirmações são contraditórias é dizer que elas são inconsistentes em relação uma a outra e que nenhuma afirmação é inconsistente em relação a ambas. Dizer que duas afirmações são contrárias é dizer que elas são inconsistentes em relação a cada uma delas, enquanto é deixada aberta a possibilidade de alguma afirmação ser inconsistente em ambas.<sup>61</sup> (STRAWSON, 1952, p. 17, tradução nossa)

Com isso Strawson conclui que o que ocorre nos contrários é um termo fora dos limites do predicado, mas que se mantém em um intervalo passível de ser considerado inconsistente em relação ao anterior. No entanto, se há uma proposição que extrapola esse limite, não há como gerarmos um argumento cujas premissas sejam ambas inconsistentes. De modo que o princípio da contradição ou da não-contradição não necessariamente observa a determinação dos predicados, que advém da construção do princípio em si e assim se mantém.

Considerando a História da Filosofia, agora que já mostramos diferentes noções de contradição, podemos dividir os filósofos, como modo de ilustração, em dois grandes grupos no que concerne à noção de contradição. De um lado, os dialéticos na esteira de Platão, que argumentam que o jogo dos opostos é o fundamento e método de se pensar. De outro lado, os analíticos, que seguem aristotelicamente que a análise é a forma legítima de se fazer ciência do pensamento. De forma mais esquemática, o quadro abaixo, baseado em Cirne-Lima (1996), representa os principais filósofos que discutem a questão da contradição.

---

<sup>61</sup> Do original "To say of two statements that they are contradictories is to say that they are inconsistent with each other and that no statement is inconsistent with both of them. To say of two statements that they are contraries is to say that they are inconsistent with each other, while leaving open the possibility that there is some statement inconsistent with both".

Quadro 5 – Filósofos e a Contradição

	<b>Dialéticos</b>		<b>Analíticos</b>
<b>Idade Média</b>	Scotus Eriúgena		Tomás de Aquino
	Nicolaus Cusanus		Duns Scotus
			Ockham
<b>Século XIX</b>	Fichte		Trendelenburg
	Schelling		Von Hartman
	Hegel		Frege
	Marx		
			<b>Opositores a Hegel</b>
			Schopenhauer
			Kierkegaard
			Nietzsche
<b>Século XX</b>			<b>Razão Fragmentada</b>
			Heidegger
		Jaspers	
		Sartre	
		Wittgenstein	

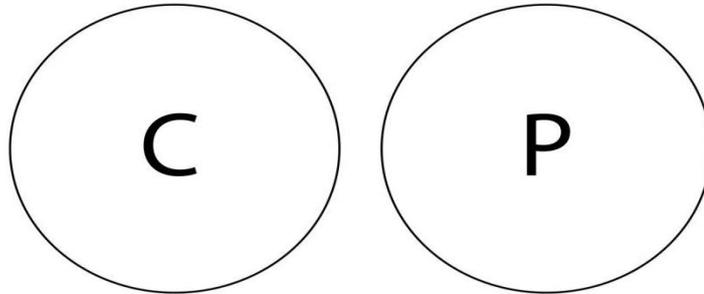
Fonte: Autoria nossa, baseada em Cirne-Lima (1996)

É bastante usual observarmos pessoas que utilizam os termos "contradição" e "paradoxo" como sinônimos, inclusive essa semelhança aparece em muitos dicionários, ou seja, possibilitando que um termo substitua o outro. Também é comum ouvirmos a expressão "isso é paradoxal" para inúmeras situações contraditórias ou apenas absurdas ou estranhas. Veremos na próxima seção alguns conceitos de paradoxos, bem como alguns exemplos deles tanto em paradoxos clássicos, em noções da Lógica tradicional, quanto em expressões bastante passíveis de serem observadas em ocorrências cotidianas.

Desse modo, apenas para efeito de argumentação, se avaliarmos contradições e paradoxos como conjuntos, poderíamos pensar em três possíveis cenários ilustrados nas imagens seguintes, os quais apresentam potenciais localizações, ou hipóteses, do "contraditório" para os dois fenômenos. A primeira delas (figura 6) é a ideia de que contradições e paradoxos são conjuntos separados

e sem relação um com o outro, sendo C o conjunto de contradições e P o conjunto de paradoxos.

Figura 6 – Conjuntos Independentes

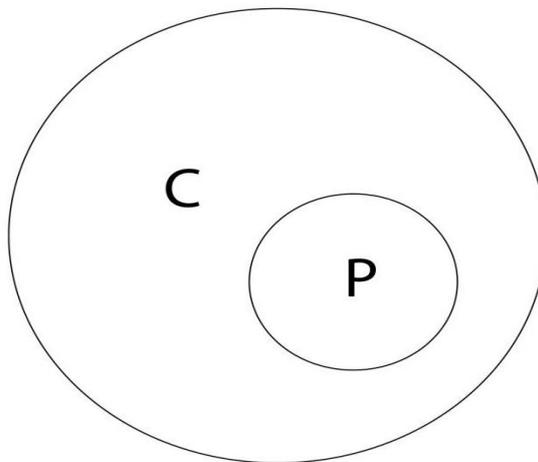


Fonte: Autoria nossa

Como antecipamos, é improvável, para não dizer impossível, que os dois conceitos não tenham ligação. Isso porque a ideia de paradoxo pressupõe a existência de uma contradição (muitas vezes de autocontradição, como em paradoxos da família do Paradoxo do Mentiroso, o qual veremos na próxima seção) e, dessa forma, podemos excluir essa possibilidade.

Na figura 7, observamos o conjunto dos paradoxos contido no conjunto das contradições.

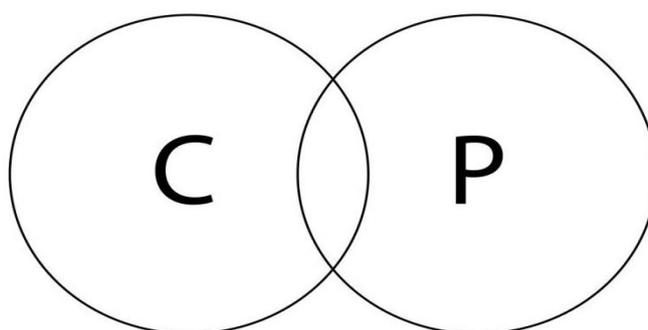
Figura 7 – Conjunto Contido



Fonte: Autoria Nossa

A ideia de que os paradoxos estão dentro da noção de contradição parece bastante plausível, pois o senso comum muitas vezes traz a o paradoxo como sinônimo de contradição. Neste sentido, todos os paradoxos seriam contradições, mas nem todas as contradições seria paradoxos. A outra opção é a apresentada pela figura 8.

Figura 8 – Conjuntos em Intersecção



Fonte: Autoria Nossa

Nessa possibilidade nos é apresentada a ideia de que contradições e paradoxos são dois conjuntos em intersecção. Desse modo, algumas contradições podem ser paradoxos e alguns paradoxos, contradições. Assim, precisaríamos assumir que alguns paradoxos não são contradições, diferente do que nos mostra a ideia apresentada pela figura 7. A expectativa de que paradoxos são um conjunto contido em um outro conjunto maior, no caso o das contradições, como na apresentada na figura 8, é atraente como salientamos anteriormente; o pensamento de que todos os paradoxos são uma contradição é muito recorrente.

No entanto, veremos na seção 4.2 que o fenômeno do paradoxo nem sempre emerge de uma contradição clássica, mas também de noções relativas a ideias contraditórias e até mesmo questionamentos do senso comum. Nesse sentido, acreditamos ser interessante a noção de incompatíveis, como observamos anteriormente na visão de Strawson (1952), principalmente se pensarmos como teorização para a ideia de racionalidade mais ampla da contradição na linguagem. Isso é, numa abordagem mais flexível da lógica para expressões da linguagem natural, como uma questão de aceitabilidade da Lógica Informal (WALTON, 1986; COSTA, 2009, 2016). Assim, além de assumirmos a possibilidade de amplitude do

fenômeno linguístico aqui tratado para, nessas ocasiões, vê-lo como condição do paradoxo, afirmamos que a figura 8 é a que melhor representa nossa concepção da relação entre contradição e de paradoxos.

Resolvida a questão sobre a contradição e a localização dos paradoxos, vamos apresentar os conceitos, classificações e exemplos do que abarcamos como fenômeno do paradoxo. Essa exposição será feita na próxima seção deste trabalho, na qual ficará mais clara a ideia de que a contradição clássica não é um sinônimo direto para ocorrências do tipo paradoxos (os quais, para frisar, também podem conter uma contradição como na forma tradicional da Lógica).

## **4.2 Paradoxos**

Nesta seção, trataremos do fenômeno do paradoxo, apresentando conceitos que nos possibilitam entender o que pode ser chamado de paradoxo e como essa relação de ideias e proposições aparentemente absurdas é desenvolvida e formulada. Apontaremos aqui, também, alguns paradoxos importantes tanto para os estudos da Lógica e da Filosofia, quanto para a linguagem em si. Esse trajeto se faz relevante porque, apesar de primordialmente os paradoxos serem usados em prol da Filosofia e da Lógica, é na linguagem que o fenômeno se constitui, pois é na expressão linguística que o argumento se concretiza. Além disso, no cotidiano, mesmo com as infinitas possibilidades de construções linguísticas a serem enunciadas pelos falantes das diferentes línguas, temos a opção de realizarmos paradoxos na linguagem natural, ainda que essas sejam, em um viés lógico, aparentemente inadequadas para a efetivação de uma comunicação ótima. Apesar de o paradoxo ser um absurdo ou uma incoerência no ponto de vista lógico, na linguagem pode soar normal, ou pelo menos não parecer estranho. É neste capítulo, assim como já iniciamos abordando a questão da contradição na seção anterior, que refletimos sobre o fenômeno dos paradoxos no viés lógico e na viabilidade de realização linguística.

O conceito de paradoxo, grosso modo, não difere muito entre as pessoas que estudam o tema, o que varia entre os pesquisadores são as sutilezas sobre uma noção mais abrangente e sobre possíveis classificações para o fenômeno. Inclusive, observamos que a importância dos paradoxos é um consenso entre todos aqueles

que se preocupam em desvendar esse tipo de fenômeno. Sua magnitude ocorre, principalmente, devido aos proveitosos avanços que esses fenômenos proporcionam nos debates filosóficos. Sainsbury destaca que paradoxos “são associadas às crises no pensamento e com avanços tecnológicos”<sup>62</sup> (1995, p. 1, tradução nossa), pois através deles é possível desmitificar ideias ou até mesmo defendê-las, proporcionando grandes elucubrações entre os que se propõem a refletir sobre sua instituição.

Um exemplo já clássico do emprego de paradoxos na defesa de convicções é o uso de paradoxos por Zenão de Elea, o qual os utilizava para combater oponentes das concepções de seu mestre Parmênides. Grande parte deles se estrutura contra a pluralidade, a divisibilidade e a mobilidade, através de argumentos que, apesar de possibilitar as reflexões pretendidas, se mostram um tanto quanto absurdos se considerarmos o mundo real. Como ilustração de paradoxo desenvolvido por Zenão, podemos citar o do *Aquiles e a Tartaruga*, no qual o filósofo argumenta contra a noção de mobilidade. O desenvolvimento dele é o seguinte: Aquiles e a Tartaruga decidem apostar uma corrida e, como o herói é mais veloz, é dada uma vantagem para o réptil; este poderá sair de um trecho A na frente. Quando Aquiles alcançar o ponto A, a tartaruga se encontraria no B e assim seguiriam sucessivamente. Então, mostra-se que Aquiles nunca alcançaria o animal porque, quando o primeiro chegasse em A, o segundo estaria em B e assim sucessivamente. Filósofos como Aristóteles refutaram o paradoxo com explicações matemáticas, como a resolução por série convergente. No entanto o próprio discípulo de Platão concorda com a relevância do paradoxo desenvolvido por Zenão. Para percebermos o mérito deste tipo de ocorrência, basta saber que Sorensen compara a importância deles para a Filosofia ao estudo dos números primos para a matemática, pois, para o filósofo, “Eles constituem os pontos de partida básicos para a especulação disciplinada”<sup>63</sup> (2003, p. xi, tradução nossa).

Como ressaltamos anteriormente, não há muita divergência na noção do fenômeno abordado, pois são minúcias que diferem os conceitos e a forma com que o paradoxo é observado. Já que o conceito de paradoxo não é uma concordância absoluta, por se distinguir em alguns pontos, entre os estudiosos da área, como entender, então, o que é esse fenômeno? Para Sainsbury é “uma conclusão

---

<sup>62</sup> Do original “are associated with crises in thought and with revolutionary advances”.

<sup>63</sup> Do original “they constitute the basic points of departure for disciplined speculation”.

aparentemente inaceitável derivada de um raciocínio aparentemente aceitável de premissas aparentemente aceitáveis”<sup>64</sup> (1995, p. 1, tradução nossa). Deste modo, há duas formas de ver o paradoxo: ou a conclusão é realmente inaceitável ou há um problema nas premissas que não pode ser encontrado à primeira vista. Segundo Sorensen (2003), grande parte dos filósofos pensam como Sainsbury e levam bastante em conta a importância do argumento para o paradoxo. Inclusive há quem considere, como Mackie (1973), que o argumento com todos os seus componentes é o paradoxo. Entretanto, Sorensen (2003) aponta que o paradoxo não precisa emergir do argumento como um todo, ele pode ser desenvolvido em até mesmo apenas uma parte do argumento, ele compara isso com a ilustração de que as partes de uma rosa ainda podem ser chamadas de rosa. Acreditamos que as visões amplas são as mais adequadas para um estudo de viés linguístico como o nosso por se focar no argumento em si, seja como um todo ou uma de suas partes. Isso é, que não necessariamente todo o argumento precise ser o paradoxo, visto que, na linguagem usada no cotidiano, nem sempre todas as partes do argumento evocam a ideia aparentemente absurda.

Outro conceito bastante caro a nós sobre a definição de paradoxo vem de Gareth Matthews (1980) em relação ao tratamento lógico para o fenômeno. Ele define que um paradoxo é uma declaração que entra em conflito com uma verdade conceitual. Nesse sentido, percebemos o paradoxo não como uma contradição lógica ou como somente argumentos inválidos, já que para assumir pelo menos uma noção de contraditório ou de uma contradição mais ampla é necessário sair um pouco do sistema lógico em que ele está proposto. Compreendemos isso como um modo de validar a Lógica Informal para os paradoxos, ou seja, uma forma de tratar a questão aliando a linguagem natural e a Lógica Clássica, tornando esse tipo de ocorrência linguística mais abrangente.

Sorensen aponta ainda, no sentido de amplificação da origem do conceito, que o fenômeno é como uma espécie de enigma; pois, para ele, os paradoxos se originaram de histórias do folclore e de jogos verbais antigos, principalmente entre os filósofos gregos. Ele traz como exemplo a esfinge que usava enigmas para desafiar as pessoas que passavam por ela, sem que pudessem descobrir a resposta

---

<sup>64</sup> Do original “an apparently unacceptable conclusion derived by apparently acceptable reasoning from apparently acceptable premises”.

de modo muito fácil e por isso o monstro codificava as suas adivinhas<sup>65</sup>. No entanto, de maneira distinta das adivinhas, os paradoxos não precisam de subterfúgios em sua construção. Sorensen diz que “a questão de um paradoxo não precisa esconder seu significado atrás de ambiguidades e metáforas. Ele pode se dar ao luxo de ser exposto porque o enigma acontece ao sobrecarregar a audiência com muitas boas respostas”<sup>66</sup> (2003, p. 4, tradução nossa). Nesse sentido, o paradoxo parece emergir de argumentos mais simples e claros, na medida em que um paradoxo pode ser considerado assim, pois não precisa de recursos alheios aos expostos nos argumentos para ser evidenciado, bastando a forma lógica e a expressão linguística. Sorensen também concorda que um paradoxo pode ser desfeito caso haja uma condição prévia que não seja suficiente para manter a conclusão. Esse aspecto evidencia a ideia de que os paradoxos ocorrem naturalmente na linguagem natural, tanto ao não produzir quebras na compreensão dos interlocutores quanto ao possibilitarem inferências, já que esses são canceláveis.

Voltando um pouco na cronologia, Quine (1976) conjectura paradoxos de uma maneira similar à ideia de Sainsbury (1995) quanto ao argumento, porque para ele se trata de uma conclusão que tem aparência de ser sem sentido, mas cujas premissas geralmente a validam. No entanto, ele acredita que essa definição não é suficiente para expressar a noção de paradoxos e por isso completa que “o argumento que sustenta o paradoxo pode expor o absurdo de uma premissa equivocada ou algum pré-conceito previamente reconhecido como central para a teoria da Física, da Matemática ou do pensamento”.<sup>67</sup> (QUINE, 1976, p. 1, tradução nossa). Contudo, nem todos os paradoxos seguem rigidamente essa formulação e, por isso, Quine criou uma tipologia com três categorias, nas quais eles seriam divididos entre os verídicos, os falsídicos e as antinomias.

Quine sustenta que os paradoxos verídicos são aqueles cuja conclusão é aparentemente falsa, mas que, ao observarmos mais atentamente, percebemos que, na verdade, o absurdo ou a falsidade são apenas uma ilusão. Quine (1976) exemplifica, principalmente, com dois famosos paradoxos, o primeiro deles sendo

---

<sup>65</sup> A famosa esfinge, parte leão e parte mulher, apresentada por Sófocles propôs para Édipo o seguinte enigma “qual o ser que de manhã tem quatro pés, ao meio dia tem dois e a noite três?”.

<sup>66</sup> Do original “The poser of a paradox need not drape its meaning behind ambiguities and metaphor. He can afford to be open because the riddle works overburdening the audience with too many good answers”.

<sup>67</sup> Do original “the argument that sustains a paradox may expose the absurdity of a buried premise or of some preconception previously reckoned as central to physical theory, to mathematics, or to the thinking process”.

sobre o protagonista de “The Pirates of Penzance”, Frederic, e o segundo o tradicional paradoxo do barbeiro. O paradoxo de Frederic versa sobre sua idade, pois, ele, em 21 anos, teve apenas 5 aniversários, informação que pode parecer completamente sem sentido. No entanto, se considerarmos o conhecimento prévio de que o calendário ocidental possui um ano bissexto a cada quatro anos, não fica difícil perceber que Frederic nasceu no dia 29 de fevereiro e, portanto, podemos aceitar como verdade que seu aniversário ocorreu poucas vezes. O que vemos no desenvolvimento desse paradoxo é que as premissas aparentemente levam a uma conclusão absurda, mas, na verdade, após avaliação, vemos que a conclusão é verdadeira.

Outro paradoxo que Quine utiliza para ilustrar sua taxonomia é o paradoxo do barbeiro, difundido por Russell no início do século XX<sup>68</sup>. Nesse paradoxo, nos é informado que em determinado vilarejo há um barbeiro que barbeia a todos e somente aqueles homens que não barbeiam a si mesmos. A pergunta que evidencia o paradoxo é quem barbeia o barbeiro? As premissas apresentadas nessa história não parecem evidenciar nenhum problema de verdade, mas vejamos abaixo as duas pistas apresentadas no paradoxo como Quine destaca:

(60)

(a) todos os homens deste vilarejo são barbeados pelo barbeiro se o homem não barbeia a si mesmo. E ainda,

(b) o barbeiro barbeia a si mesmo se e somente se ele não barbeia a si mesmo.

Deste modo, não importa se você acredita que o barbeiro faz sua própria barba ou se outra pessoa o faz, a confusão permanece. O filósofo afirma que na verdade a fonte do nosso problema está no fato de as premissas nos fazerem acreditar na existência de tal vila e de tal barbeiro em uma conclusão por redução ao absurdo. De maneira que devemos considerar as informações dadas ou como verdadeiras ou como falsas, mas, mesmo que as aceitemos sendo uma ideia sem sentido, não há nada que nos indique que devemos negá-las.

É então que Quine utiliza a sua tipologia de paradoxos, enquanto o paradoxo sobre a idade de Frederic não deixa dúvidas quanto a sua veracidade, e, portanto, considerado como um paradoxo do tipo verídico, já o do barbeiro é um tanto quanto

---

<sup>68</sup> Quine informa que, apesar de muitos acreditarem que este paradoxo foi formulado por Russell, o autor é desconhecido e Russell apenas o difundiu.

controverso. Isso porque este último também pode ser enquadrado como verídico, caso aceitemos as premissas de sua estrutura como verdadeiras. No entanto, assim como no caso do ano bissexto, se não concordarmos com as premissas e afirmarmos que não existe a possibilidade da existência de tal vila e de tal barbeiro para a situação determinada, é preciso admitir que o paradoxo do barbeiro esteja entre a categoria que o filósofo chama de falsídica. Quine (1976) deixa claro que não considera os paradoxos falsídicos uma falácia, isto é, ele não os elimina da nomenclatura de paradoxos. No entanto, ressalta que “em um paradoxo falsídico, sempre há uma falácia no argumento, no entanto a proposição dada parece e é absurda”<sup>69</sup> (ibid. p. 3, tradução nossa).

A terceira categoria definida por Quine para os paradoxos é a da antinomia, a qual ele separa das classes dos paradoxos verídicos e dos falsídicos. Ocorre que, nos paradoxos do tipo antinomias, há a produção de uma autocontradição dentro da estrutura do paradoxo, considerando que o receptor aceite as formas de raciocínio determinadas pelas premissas. Deste modo, autor afirma que a antinomia “estabelece que algum padrão de raciocínio implícito e confiável deve ser explicitado para então evitar a retomada”<sup>70</sup> (ibid, p. 5, tradução nossa). Como um dos grandes exemplos desta classe temos o paradoxo semântico de Grelling-Nelson, no qual se expressam valores autorreferenciais para a frase “se aplica a ele mesmo”<sup>71</sup>.

Rescher (2001, p. 174) afirma que o desenvolvimento deste paradoxo vem de predicados ou de adjetivos heterológicos, ou seja, não auto descritivos. Assim o enigma é observado em “o predicado ‘heterológico’ é heterológico se e somente se não o é”<sup>72</sup> (ibid, tradução nossa). Neste caso, o paradoxo parece ser evidenciado na dúvida sobre se heterológico não seria por princípio auto descritivo e, portanto, autológico. A ideia desse paradoxo, segundo Quine, quando aplicado a adjetivos, é bastante comum e difícil de evitar. Podemos pensar, por exemplo, quando lidamos com adjetivos de cores. Como em “o adjetivo ‘roxo’ é verdadeiro se e somente se o objeto for roxo”.

Doris Olin (2003) também trabalha com categorias de paradoxos divididos entre verídicos e falsídicos. É importante destacar que a estudiosa corrobora a

<sup>69</sup> Do original “in a falsidical paradox there is always a fallacy in the argument, but the proposition purportedly established has furthermore to seem absurd and to be indeed false”.

<sup>70</sup> Do original “establishes that some tacit and trusted pattern of reasoning must be made explicit and henceforward be avoid of revised”.

<sup>71</sup> Do original “not true of self”.

<sup>72</sup> Do original “the predicate ‘heterological’ is heterological (and thus self-applicable) iff it is not so”.

noção de Quine sobre o conceito de paradoxos, mas ela sente a necessidade de refinar a definição para “um paradoxo é um argumento que parece não conter falhas, mas do qual a conclusão é aparentemente falsa”<sup>73</sup> (OLIN, 2003, p. 6, tradução nossa). Ela mostra que dessa forma três elementos são importantes de destacar no paradoxo: raciocínio correto, premissas verdadeiras e conclusão falsa. No entanto, ela admite que nem todos paradoxos se enquadram exatamente nessa definição, principalmente porque alguns deles levam a mais de uma conclusão e, por isso, então, ela decide dividir o fenômeno em dois tipos: tipo 1 e tipo 2.

A primeira forma de paradoxo é a do tipo 1, a qual Olin (2003) indica que ocorre quando há apenas um argumento, cujas premissas são aparentemente verdadeiras e possuem uma conclusão absurda, como no famoso paradoxo de movimento desenvolvido por Zenão de Eleia, *Aquiles e a Tartaruga*, o qual abordamos no início desta seção. Nesse paradoxo, em forma de narrativa, os dois personagens apostam uma corrida e é dada a tartaruga a vantagem de começar a corrida antes, pois, segundo a história, quando o herói começasse a correr ela já teria atingido um espaço A e essa distância aumentaria de modo que o paradoxo, por redução ao absurdo, conclui que Aquiles nunca a alcançaria. Em Behle (2014) já vimos que esse paradoxo é resolvido na matemática através do estudo de séries convergentes, exibindo a inconsistência dessa conclusão.

A segunda forma é a do paradoxo tipo 2, que, grosso modo, são aqueles paradoxos que possuem dois argumentos e duas conclusões distintas. No entanto, Olin (2003) explica que um dos argumentos deste gênero parece estar correto, pois as premissas verdadeiras levam a uma conclusão A e, no entanto, no outro argumento as proposições também são consistentes e ocasionam uma consequência B. Só que ao avaliarmos as duas conclusões é possível percebê-las como inaceitáveis ao serem comparadas entre si. Vejamos o exemplo abaixo, baseado nos fornecidos pela pensadora (2003, p. 7).

(61)

99% dos porto-alegrenses são saudáveis.

Joana é porto-alegrense.

A Joana é saudável.

---

<sup>73</sup> Do original “a paradox is an argument that appears flawless, but whose conclusion nevertheless appears to be false”.

99% dos professores têm problemas cardíacos.

Joana é professora.

B Joana tem problemas cardíacos.

As premissas do exemplo (61) são aparentemente verdadeiras e nos levam a conclusões A e B também aceitáveis quando observadas isoladamente, visto que as premissas dos dois argumentos possibilitam, de certa forma, uma generalização, e ocasionam, de acordo com a filósofa, um raciocínio indutivo para chegar a essas conclusões. Apesar disso, quando comparamos as duas conclusões percebemos que são inconsistentes porque é impossível que uma mesma pessoa possa ser considerada saudável e ter, ainda assim, problemas cardíacos<sup>74</sup>.

Outro paradoxo que Olin (2003) considera como participante do tipo 2 é o paradoxo do táxi, no qual avalia as chances de uma testemunha ocular não estar certa ao determinar a cor de um táxi envolvido em um acidente, dentre carros verdes e azuis. A autora formula esse paradoxo da seguinte maneira: em *Greenville* há 100 táxis, sendo 85 deles verdes e 15 azuis. Após um acidente em que o automóvel envolvido era azul, um observador é submetido a um teste o qual demonstra ser 80% o grau de confiabilidade de sua memória para relatar sobre cores em situações semelhantes. O paradoxo está na probabilidade de o táxi acidentado ser mesmo azul. É bastante provável que a testemunha esteja certa da cor em questão dada a taxa de acerto do cidadão, mas, se a pessoa tivesse que relatar 100 acidentes parecidos, seu número de acertos seria de apenas 80. Dessa forma as duas possibilidades são bastante possíveis e assim se apresenta o paradoxo.

Ser do tipo 1 ou do tipo 2 não impede que um paradoxo seja categorizado como verídico ou falsídico, como apontado na classificação de Quine. Para que um paradoxo do tipo 1 seja verídico é preciso que a conclusão seja verdadeira, enquanto que no paradoxo tipo 2 é impreterível que ambas as conclusões sejam verdade. Olin ressalta, contudo, que “a verdade da(s) conclusão(ões) não fornece(m) uma garantia lógica de que o raciocínio seja impecável e nem que as premissas sejam verdadeiras”<sup>75</sup> (2003, p. 13, tradução nossa). Ao contrário da categoria dos paradoxos verídicos, a dos falsídicos contém aqueles que trazem uma

<sup>74</sup> No entanto, Penz (comunicação pessoal, 2019) acredita que a pessoa pode ter saúde em ótimas condições, mas ter problemas cardíacos ao mesmo tempo, como, por exemplo, por uma doença genética. Isso poderia autorizar um falante a declarar que x é saudável, apesar da condição y.

<sup>75</sup> Do original “the truth of the conclusion(s) does not provide a logical guarantee that the reasoning is impeccable, nor that the premisses are true”.

conclusão falsa, quando do tipo 1. Já quando é do tipo 2, sendo uma das conclusões avaliadas como inverídica, o paradoxo entra nessa classe.

A autora ainda distingue os paradoxos entre não controversos e controversos, mas destaca que isso não quer dizer que não haja polêmica quanto às suas conclusões. O que faz um paradoxo do tipo 1 ser não controverso é a existência de uma ideia coletiva sobre se sua conclusão é verdadeira ou falsa. De modo semelhante, o que nos permite dizer que um paradoxo do tipo 2 não é controverso é a unidade de ideias sobre a possibilidade de ambas as conclusões dele ser verdadeiras ou falsas. Deste modo, apresentando as classificações usadas por Olin, adaptamos os dados do quadro de paradoxos exibido pela autora (2003, p. 14), excluindo os paradoxos não apresentados por nós nesta seção.

Quadro 6 – Categorias de Paradoxos

<b>Paradoxo</b>	<b>Tipo</b>	<b>Categoria</b>	<b>Controvérsia</b>
Barbeiro <sup>76</sup>	tipo 1	Verídico/Falsídico	Não controverso
Aquiles e a Tartaruga	tipo 1	Falsídico	Não controverso
Frederic	tipo 1	Verídico	Não controverso
Mentiroso	tipo 1 e tipo 2	Verídico	Controverso
Táxi	tipo 2	Falsídico	Controverso

Fonte: Adaptado de Olin (2003, p. 14)

Quanto à resolução dos paradoxos, alguns autores como Sainsbury (1995) e Rescher (2001) trazem a noção de graus de paradoxalidade. Para Sainsbury esses níveis poderiam ser colocados, como ilustração, em uma escala de 1 a 10 conforme a realidade estaria oculta no argumento do paradoxo ou mais explícita. Quanto mais fraca a resolução do enigma, mais perto de 1 ele seria classificado e aqueles dispostos perto do ponto 10 na escala são os que o autor considera mais controversos e profundos. Como exemplo de um paradoxo de nível 1, o filósofo traz o Paradoxo do Barbeiro, pois, para ele, não é difícil perceber como a narrativa não

<sup>76</sup> Consideramos aqui o paradoxo do Barbeiro como verídico, apesar da classificação dada por Olin (2003), para manter a perspectiva que assumimos em Behle (2014).

tem como ser aceita ao analisarmos a conclusão<sup>77</sup>. Na outra ponta da gradação, o autor indica o Paradoxo do Mentiroso por necessitar de grande debate para chegar a uma conclusão. Essa noção se aproxima da classificação de Olin para paradoxos controversos e não controversos.

Rescher (2001) especifica ainda mais os níveis de paradoxalidade possíveis que indicam, de certa forma, como a solução ou não de um paradoxo poderia ser entendida. Para ele é imprescindível diferenciar esses níveis do grau de dificuldade de um paradoxo, enquanto um trata de validação e aceitabilidade, o outro lida com a complicação de determinação, como podemos ver em suas palavras:

Deve-se notar que a dificuldade de um paradoxo é algo bastante diferente do que nível de paradoxalidade. Isso é uma maneira de mostrar o quão complicada é determinar a viabilidade e a prioridade comparativa necessária para se chegar a uma solução. Esta é uma questão de obstáculos conceituais e epistêmicos que é preciso superar para prover uma validação racional para a aceitabilidade particular de determinações e avaliações de prioridade que provêm as bases da resolução de um paradoxo.<sup>78</sup> (RESCHER, 2001, p. 58, tradução nossa)

O filósofo alemão formula então três níveis de paradoxalidade de acordo com a forma de solução que o paradoxo pode apresentar: dissolução, resolução decisiva ou resolução disjuntiva indecisa<sup>79</sup>. Os paradoxos que podem ser resolvidos através de dissolução são considerados por Rescher como sem significação, falsos ou equivocados, pois a inconsistência pode ser recuperada, a qual pode ocorrer através de dissolução interpretativa, dissolução por prova ou dissolução lexical. O estudioso vê como exemplo desse nível de paradoxalidade o paradoxo de movimento, de Zenão de Eleia, como o de Aquiles e a Tartaruga, o qual, conforme já vimos, tem sua inconsistência evidenciada por provas matemáticas.

Os outros dois níveis se baseiam no fato de que as delimitações das premissas são essenciais para o paradoxo, mas implausíveis se as considerarmos no contexto. Se pudermos eliminar algumas poucas dessas ideias inverossímeis

---

<sup>77</sup> Parece-nos interessante, como comparação, ressaltar que dentre os filósofos estudados para este trabalho temos pelo menos um representante de cada forma de ver o paradoxo do Barbeiro: enquanto Quine ressalta a possibilidade da história ser tanto verídica quanto falsídica, Olin a analisa como verdadeira e Sainsbury como falsa.

<sup>78</sup> Do original “It must be noted that the difficulty of a paradox is something quite different from its level of paradoxicality. For this is a matter of how complicated it is to make the determinations of viability and comparative priority needed for arriving at a solution. This is a matter of the conceptual and epistemic hurdles one has to overcome to provide a validating rationale for the particular acceptability determinations and priority assessments that provide the basis for paradox resolution”.

<sup>79</sup> Dos termos originais: “dissolution”, “decisive resolution”, “indecisively disjunctive resolution”.

para resgatar a consistência do paradoxo, consideramos como uma resolução decisiva. Mas, se rejeitarmos algumas poucas dessas premissas como possibilidades alternativas, consideramos essa forma de resolução como uma resolução disjuntiva indecisiva (RESCHER, 2001, p. 57-58). Quanto à ilustração para paradoxos do nível com resolução indecisiva, o autor usa o Paradoxo da Existência, para o qual é preciso uma resposta disjuntiva. Como exemplo, dado por Rescher, que vemos mais abaixo em (62), de paradoxo com resolução decisiva encontra-se o Paradoxo de Explicação Cósmica, em que, entre algumas premissas, há uma contradição em B e E ocasionada pela premissa A.

De certo modo, nosso trabalho, ao lidar com a questão do paradoxo e da contradição no nível linguístico, por avaliar as teorias pragmáticas, se aproxima dessa ideia de níveis de Rescher (2001). Isso parece plausível por ter que tratar a aceitabilidade das expressões e não apenas a veracidade delas, já que, como assume Costa (2001), para alcançarmos as possíveis resoluções para inconsistências é preciso aferir o nível semântico e o nível pragmático, observando a racionalidade na forma lógica e enquanto ato comunicativo. Ou seja, considerar a veracidade no contexto do processo comunicativo, com a linguagem em uso, e não apenas as condições de verdade em uma ideia de verdadeiro ou falso.

(62)

- A: Todas as características da natureza têm uma explicação natural.  
 B: Portanto, a natureza como um todo, o universo, tem uma explicação natural satisfatória. (...)  
 D: (...) Ao explicar a natureza como um todo casualmente, não podemos envolver suas partes ou características, pois isso fomentaria uma circularidade viciosa.  
 E: Portanto, não podemos dar a explicação natural satisfatória para a natureza como um todo.<sup>80</sup> (RESCHER, 2001, p. 64, tradução nossa)

Além de classificar o nível de paradoxalidade sobre como os paradoxos podem ser resolvidos, Rescher (2001) também os divide de acordo com como o paradoxo surge e conforme o seu conteúdo. Essas características são interessantes, pois nos ajudam a delimitar os enigmas que podem ou não ser convenientes para cada propósito de estudo. A primeira observação e, provavelmente, a mais importante é a etiológica, por se tratar da origem do paradoxo, ou seja, o motivo

<sup>80</sup> Do original "A 'Every feature of nature has a natural explanation.' B 'Therefore: nature-as-a-whole, the universe, has a satisfactory natural explanation' (...) D '(...) In explaining nature-as-a-whole causally we cannot involve its parts or features, since this would make for a vitiating circularity.' E 'Therefore: we cannot give a satisfactory natural explanation of nature-as-a-whole'."

para que a paradoxalidade aflore. O autor destaca sete propriedades diferentes, mas admite que podem ocorrer de modo simultâneo ou que possam ser insuficientes. As categorias etiológicas de Rescher (2001, p. 71) são a falta de sentido, falsidade, vagueza (hipótese equivocada, a qual comprometa a clareza do sentido ou do conceito, para o autor, mas podemos pensar no paradoxo de Sorites), ambiguidade ou equívoco, inaceitabilidade, pressuposição sem justificativa, status de verdade não apropriado, hipóteses insustentáveis e conflitos de valores.

Quanto à divisão de paradoxos de acordo com o assunto que apresentam (RESCHER, 2001, p. 72-73), para o autor há cinco classes de enigmas. Os paradoxos filosóficos, os quais tratam de morais paradoxais, paradoxos metafísicos e os da Filosofia teológica. Os paradoxos da física, como o paradoxo de *Aquiles e a Tartaruga*, são colocados juntos aos paradoxos epistêmicos, que são aqueles que lidam com noções de conhecimento ou de crença. Já os da matemática são os paradoxos que lidam com a teoria de conjuntos, paradoxos numéricos (que considerem ordenação e contagem), paradoxos geométricos e probabilísticos. Além disso, há os paradoxos que definitivamente também interessam a nós na área da linguagem: os paradoxos semânticos. Esses tratam de noções de verdade e falsidade, mas também de referência, e, por isso, podem ser paradoxos orientados pela verdade ou pela referência. O famoso Paradoxo do Mentiroso e suas várias versões são exemplos de paradoxos semânticos por tratarem da questão de autorreferência<sup>81</sup>. Falaremos um pouco mais deles nos próximos parágrafos.

O Paradoxo do Mentiroso<sup>82</sup> não é na verdade apenas um paradoxo, mas, de acordo com Beal, Glanzberg e Ripley (2017), sim de uma família de paradoxos que, com argumentos semelhantes, levam a uma conclusão absurda.

O enigma é geralmente chamado 'o paradoxo do Mentiroso', embora isso nomeie, na verdade, uma família de paradoxos que são associados a um tipo intrigante de sentença. A família é apropriadamente chamada de paradoxo, já que eles parecem levar a conclusões incoerentes, como 'tudo é verdade'. De fato, o Mentiroso nos permite alcançar algumas conclusões

---

<sup>81</sup> Esta perspectiva que coloca os paradoxos do mentiroso dentro do escopo dos paradoxos semânticos, de certo modo, difere do apresentado por Behle (2014), mas parece bastante adequado por ser um problema clássico de auto referência.

<sup>82</sup> Não é de nosso interesse, neste trabalho, apresentar exaustivamente todas as formas do conjunto de paradoxos do Mentiroso e nem como ocorrem suas várias soluções ou falta de soluções, pois o trazemos aqui para ilustração.

de base lógica e alguns princípios óbvios que as vezes são contados como princípios lógicos.<sup>83</sup> (BEAL, GLANZBERG, RIPLEY, 2017<sup>84</sup>, tradução nossa)

Uma das primeiras aparições do paradoxo do Mentiroso é o que se costuma chamar de Paradoxo de Epimenides, um cretense. A ele é atribuído o enunciado “Os cretenses sempre mentem<sup>85</sup>.” No entanto, Sorensen (2003, p. 94) afirma que há a possibilidade de que Epimenides estivesse sendo irônico e, portanto, se considerarmos assim, não seria um paradoxo. Em todo caso, ignorando esse fato, o paradoxo surgiria de modo a possibilitar a conclusão contraditória de que “Alguns cretenses não mentem”. Isso porque se a frase fosse verdadeira, então teríamos que considerar a mesma frase como falsa. Mas, se a considerarmos como falsa, Sorensen acredita que teríamos que a ver por seu valor de verdade. “Se um enunciado diz apenas o que se refere à realidade, então é verdadeiro. Portanto, L é verdadeiro se for falso, mas é falso se for verdadeiro”<sup>86</sup> (2001, p. 95, tradução nossa).

Quine (1976, p. 7) foi um dos filósofos que se dedicou a pensar um pouco sobre o Mentiroso, sendo a versão que ele utilizou a seguinte:

(63) Esta frase é falsa.

Além disso,

(64)

(a) A próxima frase é verdadeira.

(b) A frase anterior é falsa.

Para Quine o problema do Mentiroso é uma antinomia pura, pois as próprias sentenças carregam a falsidade e, portanto, a autocontradição. Como no Paradoxo de Grelling-Nelson, que vimos anteriormente, pois trata de “ser verdadeira em si mesma” ou “falsa em si mesma”, ou seja, heterológica. De qualquer forma, Quine não acredita que se pudéssemos eliminar a autorreferência como em “A frase anterior é falsa’ é falsa” não acabaríamos com o paradoxo. Ele demonstra isso, reformulando o paradoxo sem termos demonstrativos em “‘Produz falsidade quando

---

<sup>83</sup> Do original “The puzzle is usually named ‘the Liar paradox’, though this really names a family of paradoxes that are associated with our type of puzzling sentence. The family is aptly named one of paradoxes, as they seem to lead to incoherent conclusions, such as: “everything is true”. Indeed, the Liar seems to allow us to reach such conclusions on the basis of logic, plus some very obvious principles that have sometimes been counted as principles of logic”.

<sup>84</sup> Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/liar-paradox/>>.

<sup>85</sup> “The cretans always lie” (Tradução nossa).

<sup>86</sup> Do original “If a statement says only what corresponds to reality, then it is true. Therefore, L is true if false and false if true!”.

anexado a sua própria citação' produz falsidade quando anexado à sua própria citação" <sup>87</sup> (Quine, 1976, p. 7, tradução nossa).

Sainsbury destaca que no Paradoxo do Mentiroso, como em alguns outros, se envolve o conhecimento de valor de verdade e, no caso com que estamos ilustrando, é desse valor que a paradoxalidade surge. O autor (1995, p. 100) sugere que "(...) talvez a solução consista em aplicar qualquer conhecimento não-paradoxal na elaboração de uma noção de verdade que possamos ter e considerar no paradoxo do Mentiroso"<sup>88</sup>. Glanzberg (2001) vê o paradoxo do mentiroso como um problema de dependência de contexto. Isso porque ele considera que alguns paradoxos podem ser enigmas lógicos, mas que também podem ir além disso, no sentido de procurar solucionar o paradoxo encontrando o que nos possibilita identificar possíveis inconsistências aparentes e o que as faz ser aparentes. Glanzberg acredita que pode solucionar alguns paradoxos através de proposições e de contexto, considerando o problema filosófico do paradoxo.

Desde Behle (2014) começamos a procurar a identificar como a paradoxalidade surge e de que modo, às vezes, podemos entender os paradoxos por um ponto de vista da linguística inferencial, inclusive lidamos com a noção griceana de Princípio de Cooperação e a quebra da máxima de modo e de qualidade no Mentiroso.

Neste trabalho, como já dissemos, queremos aprofundar essa noção ao expandir a análise para outras teorias inferenciais da pragmática, mostrando os conceitos mais adequados delas que nos permitem lidar com a noção de contrariedade e paradoxalidade em paradoxos que enfrentamos no cotidiano e em enunciados plausíveis do nosso dia-a-dia. No que se refere à linguagem natural, em conversas corriqueiras, alguns paradoxos que seguem estruturas, de certa forma, parecidas com os paradoxos clássicos e lógicos são observadas. Enunciados, por exemplo, em que o argumento traz uma contradição nele mesmo, em forma de paradoxo. Para análise, que procuramos aproximar mais da linguagem natural, usaremos alguns enunciados adaptados das classes de paradoxos desenvolvidas por Florentin Smarandache<sup>89</sup> (1999), sem, no entanto, problematizar a visão lógica

---

<sup>87</sup> Do original "Yields a falsehood when appended to its own quotation' yields a falsehood when appended to its own quotation".

<sup>88</sup> Do original "(...) perhaps the remedy consists in applying to knowledge whatever non-paradoxical elaboration of the notion of truth we can extract from consideration of the Liar Paradox".

<sup>89</sup> Estruturas e exemplos adaptados do texto "Linguistic Paradoxes and Tautologies".

do autor; escolhemos-los, contudo, pois sua estruturação parece interessante e adequada para nosso trabalho. Ressaltamos, porém, que não o trataremos como um *corpus* para análise, mas como uma fonte de produção de enunciados que servem para ilustrar nossa avaliação de teorias inferenciais da Linguística. O próprio autor explica que desenvolveu as classes de paradoxos, com base na Lógica matemática, com o intuito de prover exemplos linguísticos do fenômeno, bastando apenas, às vezes, algumas adaptações gramaticais a fim de tornar o enunciado mais fluído e aceitável na linguagem natural.

O estudioso propõe dezenove formas para enunciados aparentemente paradoxais em língua inglesa, as quais adaptamos aqui para a língua portuguesa por estarem consonantes à nossa concepção dos fenômenos por nós descritos neste trabalho. As categorias formuladas pelo filósofo são as que citamos a seguir em (65) e os termos que devem ser substituídos, segundo o autor, são atributos, nomes ou verbos e, quando precedidos de “não-“, indicam seu antônimo. Se o <atributo> for “bonito”, <não-atributo> é “feio”. Além disso, quando sucedidos por uma apóstrofe, como em <atributo’>, indica um sinônimo para <atributo>.

(65)

- (A) Tudo é <atributo>, o <não-atributo> também.
  - (B) <não-nome/atributo/verbo> é melhor que <nome/atributo/verbo>.
  - (C) Somente <nome/atributo> é verdadeiramente um <não-nome/atributo>.
  - (D) Isto é tão <atributo>, que parece um <não-atributo>.
  - (E) Há algum <nome> em que é <atributo> e <não-atributo> ao mesmo tempo.
  - (F) Há algum <nome> que <verbo> e realmente <não-verbo> ao mesmo tempo.
  - (G) Este <nome> é suficientemente <não-nome>.
  - (H) <não-verbo> as vezes significa <verbo>.
  - (I) <nome> sem <nome>.
  - (J) <nome> dentro/sem o <não-nome>; <não-nome> no <nome>.
  - (K) O <atributo> do <não-atributo>.
  - (L) <verbo> o que <não verbo>.
  - (M) Vamos<verbo> por <não-verbo>.
-

(N) <nome> do <não-nome>.

(O) <não-atributo> é <atributo>.

(P) Um <não-nome> <nome>.

(Q) Tudo tem um <atributo> e um <não-atributo>.

(R) <verbo> que <não-verbo>.

Essas classes nos ajudam a produzir argumentos como os que apresentaremos aqui<sup>90</sup>. Com a (A), podemos exprimir “Tudo é possível, inclusive o impossível” ou “É tão perto, ainda assim tão longe”. Já com estruturas como as de (B) temos como exemplo “Às vezes não falar é o melhor discurso” ou “Nenhuma notícia é uma boa notícia”. Para (C) temos “Somente um rumor é uma verdadeira fofoca” e “Somente a ficção é verdadeiramente real”. Já para (D), “Isso é tão verdade que parece mentira” e “Isso é tão simples que parece difícil”. (E) nos possibilita enunciados como “Há leis que são boas e ruins ao mesmo tempo” e para (F) “Há algumas pessoas que jogam e quem não jogam ao mesmo tempo”. (G) “Um sábio pensa mesmo quando não está pensando” e (H) “Este barulho é suficientemente barulhento”. (I) “Não falar as vezes significa falar” e (J) “O estilo sem estilo”. Em (K) podemos ter sentenças como “O movimento na imobilidade” ou “A imobilidade no movimento”. Na classe (L) temos “A sombra da luz” e “A música do silêncio” e na (M) “Ver o que ninguém consegue ver”. Para (N) podemos pensar como ilustração “Vamos justificar o injustificável” e para (P) “Os benefícios de não ter benefício”. Em (P) temos “O bom é ruim” e “Não cometer um erro é um erro”, em (Q) “Uma impossibilidade possível”, em (R) “Tudo tem um nascimento e uma morte” ou ainda “Tudo tem um lado bom e um lado ruim” e, ainda, “Ser o que você não é” e “Esperar o inesperado”.

Assumimos essas sentenças como possíveis de serem proferidas por um falante qualquer, as quais possuem contradições lógicas (numa perspectiva clássica) latentes na construção do argumento, mas que, em uma perspectiva pragmática, podem ser aceitas, de modo que, muitas vezes, o receptor não as ache estranhas durante um processo comunicativo, e a conversa provavelmente flua normalmente. É possível, ou pelo menos muito provável, que o receptor estranhará algumas das proposições caso se detenha a pensar na sentença especificamente, mas o contexto da conversa permitirá o entendimento.

---

<sup>90</sup> Todos foram traduzidos e adaptados de Smarandache (1999).

Nesta seção, procuramos mostrar um pouco do que são paradoxos e, também, apontar como estamos utilizando-os em estudos de inferências linguísticas. Então faremos as análises em uma perspectiva inferencial para alcançarmos nosso principal objetivo ao qual nos propomos para esse trabalho. Essas investigações, em um ponto de vista da linguagem natural, serão apresentadas no próximo capítulo deste trabalho.

### **4.3 Resumo do Capítulo**

Neste capítulo, detivemo-nos em conceitos e exemplos que nos permitiram compreender um pouco mais sobre o que são os fenômenos da contradição e dos paradoxos. Recorremos a uma abordagem lógica e filosófica e nos propusemos a ilustrá-los com a linguagem natural, visto que nosso trabalho não é filosófico, mas sim linguístico.

Iniciamos o capítulo com uma retomada da ideia de contradição, já observada, em parte, no capítulo 2 desta tese, quando apresentamos as três regras do pensamento e, portanto, trouxemos o princípio da não-contradição. Recuperamos, na seção 4.1, que a contradição vem na forma lógica ( $p \wedge \neg p$ ), ou seja, a verdade de uma premissa  $p$  e a falsidade da mesma premissa formam uma contradição e, pelas leis do pensamento, não seria uma ocorrência racionalmente possível. Essa ideia, que parece bastante clara, não se mostra unânime entre os estudiosos do assunto.

Mostramos ideias como a da Lógica Paraconsistente em que é possível que uma premissa e a negação dela mesma sejam ambas verdadeiras ou ambas falsas ao mesmo tempo. Isso se dá porque são estabelecidos três valores para a condição de verdade e não apenas verdadeiro ou falso como nos traz a Lógica Clássica. Apresentamos também a ideia de Strawson sobre o contraditório e os inconsistentes, que suprime a noção dos três valores de verdade e resgata a tese clássica de Princípio da Não-contradição sem deixar de questioná-lo. Essa ideia conclui que os contrários ocorrem em um ponto fora dos limites estabelecidos para o predicado, mas dentro de um intervalo que possamos considerar inconsistente se comparado ao predicado anterior. Essa perspectiva de limites do predicado e de inconsistentes se aproxima mais do nosso intuito neste trabalho, o qual se propõe a

aproximar uma lógica mais tradicional e linguagem, resultando em uma especulação da Lógica da Linguagem Natural.

Nesta mesma seção, iniciamos um debate para localizar os paradoxos em relação à contradição. Tínhamos como hipótese que os paradoxos seriam uma espécie de contradição. No entanto, nos parece que nem todos os paradoxos são contradições, assim como nem todas as contradições são paradoxos, de modo que é mais adequado pensarmos essa interação como uma intersecção entre os conjuntos dos dois tipos de ocorrências na linguagem.

Na seção seguinte, focamo-nos na questão dos paradoxos. Para isso trouxemos conceitos de filósofos como Quine, Sainsbury, Sorensen e Olin. Como utilizamos anteriormente, resgatamos as palavras de Sainsbury (1995, p. 1, tradução nossa) sobre que o paradoxo é “uma conclusão aparentemente inaceitável derivada de um raciocínio aparentemente aceitável de premissas aparentemente aceitáveis”<sup>91</sup>. Conduzimos a seção mostrando algumas formas de classificar os paradoxos, com a confirmação ou não da validade da conclusão, com o assunto do paradoxo, com a quantidade de argumentos. Diferentes maneiras de sistematizar o fenômeno que nos ajudam a compreender sua ocorrência.

Para visualizarmos essa teorização, ilustramos com paradoxos clássicos da Lógica, como o Paradoxo do Barbeiro e o Paradoxo do Mentiroso, e com outros formulados pelos estudiosos, por exemplo, o Paradoxo do Táxi. Todos esses paradoxos são relevantes para o pensar lógico-filosófico, mas também para nosso estudo na Linguística, já que se servem da linguagem natural para a concretização de seus argumentos. Assim, tanto os paradoxos citados (e outros), paradoxos proporcionados pelas formalizações propostas por Smarandache (1999) – que mostramos na seção 4.2 –, quanto ocorrências percebidas no cotidiano serão exemplos adequados para atingirmos nosso principal objetivo com esta tese.

No próximo capítulo, relacionaremos os conhecimentos que apresentamos nesta e nas partes anteriores deste texto para avaliarmos quais tópicos das teorias da pragmática inferencial selecionadas são adequados ou inadequados para avaliar registros que podem ser vistos como aparentemente absurdos na linguagem natural.

---

<sup>91</sup> Do original “an apparently unacceptable conclusion derived by apparently acceptable reasoning from apparently acceptable premises”.

## 5 APARENTES IRRACIONALIDADES E ESTUDOS PRAGMÁTICOS

Nos capítulos anteriores apresentamos os conceitos e as reflexões que servirão de base para nossas análises constantes nessa quinta parte da pesquisa. Acreditamos que essa construção, iniciada no capítulo 2, possibilita mostrar o modo como foram encadeadas as teorias linguísticas com a Lógica e os fenômenos da linguagem supostamente absurdos que tratamos aqui. Com esse percurso será possível realizarmos as avaliações adequadas das teorias inferenciais da Linguística com ocorrências de contradição e de paradoxos na linguagem natural.

Interessante lembrar que o entendimento de que registros desses tipos de fenômeno na linguagem são sem sentido partem desde, pelo menos, a compreensão das leis do pensamento, as quais resgatamos aqui.

(66) Princípio de identidade

“Platão é o professor de Aristóteles”.

(67) Princípio de não-contradição

“O professor não é o professor”.

(68) Princípio do terceiro excluído

“Ele é um bom professor ou um mau professor”.

A não observância desses princípios ocasiona violações racionais nas estruturas lógicas e, também, muitas vezes, no significado linguístico no que tange à questão de valor de verdade. Não é de nosso interesse romper com os paradigmas da Lógica Clássica, mas sim trabalharmos com o entendimento de uma Lógica Informal, a qual também considera a bivalência das condições de verdade, apesar de extrapolar para possíveis condições de aceitabilidade na linguagem. Teorias como a Teoria das Implicaturas, basilar para os fundamentos que conjecturamos nesta pesquisa, a Teoria da Relevância e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas e o estudo de Horn (1984) permitem essa aproximação teórica por não se desvincularem dos padrões da Lógica.

No entanto, como reiteramos diversas vezes neste trabalho, no cotidiano, as quebras lógicas são realizadas na linguagem sem que, geralmente, se cause ruptura de compreensão no processo comunicativo. Possivelmente, como alega Priest (2006), o comunicador não faria uso dessas formas linguísticas se percebesse a contradição e, talvez, o paradoxo. Apesar disso, como bem nos mostram as teorias

da Pragmática linguística, também é possível que esse uso seja uma escolha intencional para provocar um efeito de sentido no interlocutor.

Exporemos então, nas seções que seguem, os exames e reflexões pretendidos para chegarmos qual ou quais estudos e teorias selecionados são os que mais se adequam para tratarmos de absurdos lógicos na linguagem natural.

## 5.1 Metodologia

Como já mencionamos ao longo deste trabalho, nosso objetivo maior é o de observar quais critérios das teorias e estudos da pragmática inferencial destacados no capítulo 3 nos permitem avaliar ou não aparentes absurdos na linguagem natural como os fenômenos expostos no capítulo 4 deste texto. Isso significa que nossa tese é essencialmente teórica, bem como o são as apreciações a que nos propomos. Deste modo, é interessante destacarmos como metodologia teórica a ideia de perspectiva de Costa (2007), o qual propõe a Metateoria das Interfaces. Nela, é avaliado que a intersecção de diferentes áreas ou subáreas deve propiciar um novo objeto teórico, que se utiliza de noções dos campos distintos e que os provenha com vantagens ou com um potencial de aplicação.

Claramente, não pudemos abordar todos os aspectos das teorias selecionadas e, portanto, em nossa análise, nos utilizaremos, principalmente, dos citados no capítulo 3, os quais selecionamos por serem os mais destacados de cada um desses estudos teórico-linguísticos.

As ocorrências serão analisadas tanto pelos conceitos das teorias linguísticas quanto por outras noções mencionadas durante o trabalho, as quais constroem a relação entre a Lógica e a Linguística tão pertinente em nossa reflexão. A escolha dos exemplos analisados se deu de certa forma aleatória, já que servem apenas como mote para avaliarmos os conceitos em si e, também, para escrutinarmos a construção da contradição e do paradoxo na linguagem. Colocaremos, em anexo, uma seleção não extensa, mas mais ampla de modelos dentre os quais elegemos os que foram avaliados na seção seguinte.

Os dados em linguagem natural vieram de diversas fontes, como as desenvolvidas através das fórmulas dos paradoxos de Smarandache (1999), paradoxos clássicos ou reconhecidos – que apresentamos na seção 4.2 –, enunciados da internet e, buscamos também, entradas do *corpus Multi-Genre*

*Natural Language Inference* (ADINA; NIKITA; SAMUEL, 2018), cuja notação inclui contradições. Cada enunciado selecionado será avaliado pelas teorias arroladas, utilizando-se apenas aqueles conceitos que já foram mencionados. Adicionaremos, em anexo, alguns outros exemplos que também poderiam ser utilizados para pensar nas teorias em questão.

## 5.2 Análise dos fenômenos aparentemente absurdos

Nesta seção, apresentamos cinco diferentes exemplos nos quais aplicaremos os conceitos teóricos que mostramos e discutimos durante o trabalho. Com isso aferimos a capacidade das teorias de permitirem a interpretação das expressões ao dissolver o paradoxo e, também, a eficácia delas para explicar os fenômenos linguísticos que apontamos. Assumimos, em um primeiro momento, que as inferências que permitem ou não entender as expressões das contradições e dos paradoxos estão ligadas ao receptor da mensagem e as que possibilitam ressaltar a ideia de contradição e de paradoxo remetem ao comunicador.

### 5.2.1 Contradição de racionalidade ampla e paradoxo comunicacional

Começaremos nossas análises com o enunciado (69), retirado de um *meme* da *internet*, o qual aparentemente alcança sua intenção comunicativa justamente por fazer uso de um jogo de palavras de certa forma absurdo.

(69) Vou espalhar amor só de raiva.

O enunciado (69) apresenta explicitamente uma contradição lexical, se considerarmos o uso de dois termos cujos significados convencionais das palavras suscitam noções opostas (“amor” e “raiva”). Outro fator que demonstra o aparente sentido contraditório de causa e de consequência é o fato de os dois termos terem seus significados diretamente relacionados um ao outro. Isso, de certo modo, ocasiona uma quebra de expectativa por propiciar uma relação não esperada pelo receptor da mensagem. As investigações que faremos nesse exemplo (69) são primordialmente suscitadas pela evidente noção de contradição; mas não apenas disso, devemos ressaltar que um paradoxo pode ser evidenciado nessa oposição.

Retomando Costa (2016), podemos considerar que a condição comunicativa do enunciado que nos leva à situação paradoxal, sobre como distribuir amor enquanto o sentimento é de raiva, se dissolve pela possibilidade de considerarmos a aceitabilidade e não apenas as condições de verdade.

Iniciamos a avaliação desta forma de proposição registrada em (69) sob uma perspectiva de implicaturas com base-Q e com base-R apresentadas por Horn (1984, 1991, 2006). Como já sabemos, Horn propôs uma diminuição das categorias de máximas conversacionais griceanas, assumindo-as como princípios para as bases das implicaturas para explicitar essa minimização. Isso assim se dá porque essa abordagem teórica parte da ideia de que a máxima de qualidade é pressuposta. Portanto, devemos pensar que o comunicador que enuncia (69) está por essência mantendo a verdade, pelo menos no que tange à sua intenção comunicativa. As outras categorias de máximas conversacionais são agrupadas em dois princípios. Lembramos abaixo os princípios para essas implicaturas, os quais já mostramos na seção 3.4, em (42) e (43), os quais retomamos aqui em (70) e (71) que são relacionados entre si.

(70) Princípio-Q – Faça que sua contribuição seja o suficiente; diga o máximo que puder (dado o Princípio-R).

(71) Princípio-R – Faça que sua contribuição seja necessária; não diga mais do que precisa (dado o Princípio-Q).

Considerando esses princípios, trazemos aqui algumas implicaturas possíveis para o enunciado (69).

(72) +> A pessoa está com raiva.

(73) +> A pessoa vai espalhar amor.

Admitimos as inferências pragmáticas (72) e (73) apenas como apoio servido pelo enunciado, já que Horn admite elementos pragmáticos como a prosódia, do qual não dispomos na situação em destaque. Em seguida, admitimos as implicaturas com base-Q que, na abordagem em questão, são relacionadas com o receptor do processo comunicativo e estão direcionadas à máxima de quantidade, que indica que a informação provida deve conter todos os dados necessários para o entendimento. Concebemos que em (69) esse princípio é seguido pelo locutor, pois ele provém as informações necessárias para que o ouvinte possa inferir o significado, mesmo que indireto. Podemos ver isso nas implicaturas com base-Q abaixo.

(74) +> Ele vai espalhar amor *pelo menos* por raiva.

(75) +> Ele vai espalhar amor *não é certo que apenas* por raiva.

O ouvinte é capaz de inferir as implicaturas (72) e (73) acima mencionadas, resgatando o significado da expressão linguística pretendido pelo locutor. Dessas podemos extrair as possíveis implicaturas com base-Q (74) e (75), as quais explicitam possibilidades escalares do entendimento. Sendo que a (75), por ser uma leitura *two-sided*, ou seja, bilateral, é mais forte que (74), isso por abranger uma gama maior de possibilidades, mostrada, por exemplo, com a inserção de uma premissa como esta dada em (76) '(...), mas também por compaixão'.

Empregamos agora o princípio-R, o qual considera a segunda máxima de quantidade griceana, que indica sobre não prover mais informações que o necessário, e, além disso, inclui as máximas conversacionais de modo e de relação. Diferentemente do que observamos nas ICGs dadas por Q, acreditamos que as relacionadas ao comunicador preenchem apenas parcialmente os quesitos requeridos pelo princípio-R, o que é importante de refletir porque são as implicaturas regidas pelo princípio-R que restringem as de base-Q. Observamos (77) e (78).

(77) +> Vou espalhar amor porque sinto raiva.

(78) +> Como sinto raiva, vou espalhar amor.

O comunicador, pelo que notamos, não exprime, como requerido, informações além do que o necessário para a compreensão, pois é nítido pela expressão linguística que ele “sente raiva” e que “vai espalhar amor”. Entretanto vemos que, o modo e a relevância, outras das categorias de máximas conversacionais que o princípio-R abarca, não são respeitadas. O modo de (69) é incoerente por causa da contradição oriunda do léxico ‘amor’ e ‘raiva’ e a violação da necessidade de não ser obscuro reflete diretamente na concepção de ser relevante, ou seja, pertinente à comunicação. Nos parece que a violação do princípio realizada pelo falante evidencia a contradição lexical, desencadeando o paradoxo comunicacional para provocar um efeito para o receptor. No entanto, a violação aparente do princípio não compromete a compreensão possibilitada pelo processo inferencial do receptor em relação à mensagem no enunciado.

A ideia dessa contradição do enunciado (69) não é definida como na tradicional formulação do princípio da contradição da Lógica Clássica porque não podemos assumir  $p \wedge \neg p$  de modo estrito, já que ‘raiva’ não é o mesmo que ‘não-amor’. ‘amor’ e ‘raiva’, no espectro do quadrado de oposições (figura 1) são

contrários. No entanto, é preciso lembrar que estamos considerando a linguagem natural em um aspecto informal da Lógica. Até porque, conforme apresentamos em Matthews (1980) na seção 4.2, temos que ideia do paradoxo não pressupõe argumentos inválidos e assim para recuperarmos a noção de contradição é preciso sair um pouco do sistema lógico em que ele é proposto. Entendemos que assim somos capazes de avaliar essas questões pretendidas neste trabalho sob a abordagem da Lógica Informal, apresentando-se em suma como um aspecto de aceitabilidade conforme Campos (2009, 2016) pontua. Além disso, como não queremos nos afastar da Lógica Clássica, é possível pensarmos em mantermos o princípio original, ao adotarmos a ideia de Strawson (1952) sobre a questão dos contrários<sup>92</sup>, o qual indica que a contrariedade pode ocorrer entre expressões diferentes que tenham sentido contraditórios. Assim, observamos contradições diferentes das apontadas pelo quadrado de oposições (figura 1) como uma contradição de racionalidade mais ampla. Com isso em mente, ponderamos sobre a noção de escalas avaliadas tanto por Horn (1984, 2006) quanto por Levinson (2000) (este vê a escala em questão como uma pseudo-escala).

Deste modo, a implicação que aferimos aqui é raiva  $\rightarrow$  amor, pois, mesmo que ‘raiva’ não seja equivalente lógico a ‘não-amor’, há inúmeros contextos que nos levam a entender que alguém que sente raiva de outra pessoa não necessariamente não o ama. A Divisão do Trabalho Pragmático sugere que o uso de uma expressão marcada Q implica um significado marcado. Em outras palavras, essas expressões em escalaridade possibilitam as inferências.

Então, ao considerarmos uma implicatura escalar, na visão de Horn (1984, 2006) para (69), ‘amor’ e ‘raiva’ participam de uma mesma escala em diferentes pontos. Em uma escala distinta, no quadro 1, quinta linha, (seção 3.4) Horn mostrou a ideia de escala para “Está morno” em comparação a “não está quente”. Quando separamos (69) em duas premissas (79) “vou distribuir amor” e (80) “só de raiva” as implicaturas escalares possibilitadas por (79) poderiam ser como as seguintes:

(81)  $\rightarrow$  “... um pouco de amor”.

(82)  $\rightarrow$  “... e não ódio”.

---

<sup>92</sup> Strawson (1952) diferencia contraditório e contradição ao mostrar sua resolução para o impasse quanto à noção do princípio de não-contradição da Lógica Clássica. Vimos isso na seção 4.1 quando tratamos do fenômeno da contradição. No entanto, por estarmos lidando com a linguagem natural, não faremos uma problematização sobre a distinção dos dois termos. Consideraremos o valor das premissas somente quanto à sua significação semântico-pragmática, mas, ainda assim, avaliando-o dentro de uma forma lógica.

Sendo que em (81) temos uma leitura *one-sided*, esta é mais fraca do que a implicatura em (82), *two-sided*, que, de certa forma, não invalida (81) por não anular o sentido dela. Importa, porém, que (80) não se aproxima de uma possibilidade de implicatura para (79), isso é, há uma quebra de expectativa para o receptor do enunciado. Isso nos leva novamente à violação do princípio-Q por não manter a máxima de relevância. A ocorrência da lacuna de expectativa acontece porque o que a sentença (80) afirma é o contrário do que as implicaturas de (79) pedem, já que estas indicariam uma negação do que aquela expressa. É possível resgatar, em partes, a implicatura com a noção ampla de contradição somente considerando os dois princípios (Q e R) um em relação ao outro, já que a máxima de relevância griceana auxilia a recuperação do significado.

Parece-nos, portanto, que as implicaturas com base-Q e com base-R possibilitadas por (69) ocorrem em consonância umas com as outras. No entanto, vemos a possibilidade de mostrar como, através das inferências, a questão absurda é resolvida no entender do receptor, como parcialmente alcançada. O significado da expressão linguística é obtido, mas sabemos que o entendimento seria diferente se o meme fosse avaliado como um todo. Quanto à utilização dos conceitos propostos pelo autor demonstrar como acontece a ideia de contradição e o paradoxo dados em (69), observamos como suficiente.

Como já mostramos ao abordarmos o capítulo 3, sobre as teorias pragmáticas, Levinson (2000) difere um pouco de Grice (1967, 1989) sobre como as inferências pragmáticas, ou implicaturas, ocorrem. Na teoria griceana as implicaturas seriam observadas pelas aparentes violações de uma ou mais das quatro categorias de máximas conversacionais ligadas ao Princípio de Cooperação. Já na TICG de Levinson, esse movimento se dá através de restrições chamadas de heurísticas, as quais são o reconhecimento da intenção que vem da habilidade do ser humano de buscar a interpretação em determinados conjuntos de premissas considerados pela racionalidade. As três heurísticas postuladas pelo linguista se baseiam nas categorias conversacionais da Teoria das Implicaturas de Grice, as quais retomamos abaixo:

(83)

1ª heurística (Q) - o que não é dito, não o é.

2ª heurística (I) - o que é expresso de forma simples, é estereotipicamente exemplificado.

3ª heurística (M) - o que é dito de forma anormal, não é normal.

Voltemos então ao enunciado (69). Ele certamente causa certa estranheza pelo nível do significado-da-sentença, ou seja, em um viés semântico. Isso porque o esperado pelo receptor ao ouvir a informação “vou espalhar amor...” seria o de completar a proposição com situações do tipo “só de feliz” ou “só de animado” e não com “só de raiva”. Dessa maneira, pode-se dizer que há uma quebra na expectativa do ouvinte, a qual ocorre aqui na categoria da máxima conversacional de modo, na qual se espera clareza e não a obscuridade do que é comunicado. Essa máxima se relaciona diretamente à heurística M, pois é dito de forma anormal e, portanto, não é normal. Isso significa uma escolha pelo comunicador diferente da *default*, ou seja, da esperada pelo padrão linguístico da forma de se expressar. A Heurística-Q assume um conjunto contrastante de expressões semanticamente distintas; e a Heurística-M, de expressões formalmente distintas. A principal questão aqui é na intenção do falante ao enunciar (69), o que para Levinson é a de provocar uma implicatura e, neste caso, pode ser um modo de modalizar a fala. Deste modo, é possível pensarmos que a intenção informativa é a de tornar menos agressiva ao invés de simplesmente dizer que está com raiva. Levinson (2000) adota um nível intermediário para a interpretação de ICG, distinguindo-se da análise de dois níveis de Grice (condições de verdade e significado inferido). Por isso, é possível o entendimento acima.

É interessante atentarmos que, apesar de (69) ser uma ocorrência linguística sintaticamente bem-formada, possui também uma complicação semântica, que é solucionada, em parte, pela pragmática. Nesse sentido, compreendemos que a nossa ideia é corroborada pela teoria proposta por Levinson (2000), que sugere que as inferências permitidas por relações do campo semântico são hipóteses fracas e que, por isso, são mais claras aliadas a um contexto específico. Assim, esse registro da linguagem natural, pode ser considerado uma contradição semântica e um paradoxo comunicativo. Considerando a noção de Levinson (2000) sobre a compreensão em três níveis de linguagem, presumimos que ela se aplica satisfatoriamente sobre a intenção do comunicador.

Sabemos que a TICG se restringe a observar somente as ICGs, no entanto, nossa proposta é avaliar se os conceitos dados pelas teorias linguísticas podem ser usados de forma mais ampla para pensar em paradoxos e em contradições. Neste caso, a TICG parece não suprir totalmente o objetivo de explicar como ocorre a

intenção do falante com a expressão em (69), possibilitando somente refletir sobre a construção da contradição a partir da restrição dada pela heurística M, por lidar com o modo que o enunciado é dito. De modo, até certo ponto, semelhante ao que observamos na análise com os conceitos de Horn, visto que Levinson (2000) mantém a mesma percepção fregeana de que o uso da linguagem é a questão de negociar demandas e licenciar inferências.

A terceira teoria a que nos propomos avaliar é a Teoria da Relevância, desenvolvida por Sperber e Wilson (1986, 2005), a qual apresentamos na seção 3.3. Como já observamos, essa é uma teoria pós-griceana e, portanto, apesar de se originar em conceitos propostos por Grice, se distancia da teoria inicial.

Conforme os estudos da TR, o contexto não está totalmente dado antes do processo comunicativo, sendo construído durante a interlocução através das inferências realizadas somadas a suposições antigas, formando então o ambiente cognitivo do indivíduo. Uma das características distintas da noção primordial é a necessidade de um *input* ostensivo-inferencial, e não apenas inferencial. Ou seja, podemos avaliar as inferências possibilitadas por estímulos além dos verbais. Desse modo, no caso de (69), retirado de um *meme* visual, a imagem também auxilia no processamento da inferência. Já citamos antes, mas, para lembrar, a ilustração contém a sentença (69) acompanhada do desenho de uma ciclista sorridente com um cesto por onde caem corações. A interação do significado da sentença e do estímulo visual possibilita ao receptor inferir o significado pretendido pelo comunicador, tornando as suposições mutuamente manifestas pelo potencial ostensivo do estímulo sensorio-perceptual. Assim, como na perspectiva da TR é possível assumir que a comunicação falhe mesmo com as melhores condições, parece-nos que o receptor não aceitaria a relevância do estímulo manifesto em (80).

Outro aspecto em que a TR diverge da teoria de Grice é a noção de que comunicador e receptor devem estar envolvidos cooperativamente. Retomando o que vimos na seção dedicada à Relevância, Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005) acreditam que não é uma cooperação pressuposta o que direciona a comunicação, mas a mente humana que busca o *input* mais relevante e o maior benefício de efeitos contextuais com um menor custo cognitivo. Essas ideias estão dispostas nos Princípios Cognitivo e Comunicativo de Relevância (1995, 2005). Portanto, nessa perspectiva, assumimos que a mente do receptor, caso este esteja em dúvida quanto ao direcionamento de sentido da contradição de (69), buscará o significado

que requeira o menor esforço cognitivo possível, aliando as inferências disparadas pela imagem e as possibilitadas pela proposição para dissolver a contradição. Consideramos então (84) uma inferência possível para o estímulo ostensivo-inferencial dado pela imagem e retomemos as inferências (72) e (73).

(72) +> 'A pessoa está com raiva'.

(73) +> 'A pessoa vai espalhar amor'.

(84) +> 'A menina está feliz'.

A construção do ambiente cognitivo durante o processo comunicativo ocorre, como já sabemos, adicionando as novas inferências com ideias e perspectivas que os interlocutores já possuíam. Essa noção de contexto da relevância parece, neste caso em (69), orientar a expectativa do receptor para não se deparar com a estranheza que o enunciado pode provocar em um ambiente cognitivo mútuo.

A soma dessas inferências nos leva a outro conceito interessante que a TR emprega, que é o de explicatura (Sperber; Wilson, 1986, 1995; CARSTON, 2006). A explicatura é uma espécie de implicatura mais explícita, ou o enunciado enriquecido, como em (85), explicatura de (69).

(85) Vou distribuir amor [carinho] só de [porque] estou com raiva.

A explicatura (85) de (69), se refletirmos apenas sobre a sentença e não no objeto comunicativo como um todo, também não basta para dissolver a contradição. Assim, podemos dizer que a relevância, única máxima conversacional mantida na TR e elevada à categoria de supermáxima, não é a mais adequada já que é preciso a realização de muito esforço cognitivo para atingir o significado pretendido. Apesar disso, dependendo do alcance do benefício alcançado, conforme o contexto do processo comunicativo em si, podemos aceitar a obtenção de uma relevância ótima (CAMPOS, 2008).

Então qual é a vantagem do comunicador ao escolher uma sentença cuja contradição é tão aparente? Podemos conjecturar que é o efeito propiciado por tal contradição para tornar o estímulo ainda mais atraente e relevante em meio à imensa gama de imagens com mensagens disponíveis na internet, ideia a qual é bastante plausível em uma perspectiva dos teóricos da relevância como em Yus (2011), que aplica os conceitos da TR em plataformas da internet.

O que pudemos perceber dos estudos inferenciais abordados para examinar o exemplo (69) é que nas abordagens neogriceanas a contradição no sentido de racionalidade ampla é ressaltada pelas implicaturas que se originam do modo que o

enunciado é proferido, visto que consideram apenas o contexto da expressão linguística. Com isso, queremos dizer que ambas as teorias parecem adequadas para avaliar a construção do fenômeno da contradição em si. Vemos que a TR, para (67), viabiliza evocarmos a ocorrência aparentemente absurda através da análise inferencial dos níveis de implicatura e de explicatura. A resolução da ideia a princípio absurda proposta pelo enunciado também é adequada pela TR por causa da amplitude de estímulos que a teoria considera para a construção do ambiente cognitivo e que, assim, permite que o receptor resgate as inferências necessárias para que a intenção comunicativa do comunicador seja bem-sucedida.

### 5.2.2 Paradoxo em aparente contradição de racionalidade ampla

O próximo exemplo, no qual faremos o embate das três teorias, vem da classificação de paradoxos proposta por Smarandache (1999) que apresentamos na seção de nosso trabalho destinada a refletir sobre o fenômeno paradoxal. Cada uma das fórmulas sugerida pelo teórico vem acompanhada de alguns exemplos em inglês. Para a análise que faremos aqui, selecionamos um dos exemplos cuja tradução é comumente utilizada no cotidiano de nativos de língua portuguesa do Brasil sem que cause estranheza em quem a ouve.

Fórmula: <N> de <não-N><sup>93</sup> (SMARANDACHE, 1999, n.p.)

(86) O bem que vem do mal<sup>94</sup>.

A expressão em (86) remete, em termos de significado, a um conhecido provérbio que diz “Há males que vêm para o bem”. Essa expressão, apesar de apresentar pontos opostos de um mesmo campo semântico, não demonstra uma contradição explicitamente, pelo menos não como a Lógica Clássica a expressa. A noção mais ampla de contradição, se comparada a alguns dos outros exemplos que traremos neste capítulo, é igualmente diferente, pois não há na estrutura da afirmação algo que modele a contradição. A ideia do contraditório está, assim como no exemplo o qual analisamos anteriormente, na relação do nível semântico e do nível pragmático, nos quais o paradoxo ocorre ao refletirmos sobre o ‘bem’ se originar do ‘mal’.

<sup>93</sup> Do original: <N> of the <Non-N>.

<sup>94</sup> Do original: “The good that comes from bad”.

Antes de iniciarmos nossa avaliação das teorias pragmáticas em (86), é interessante observar que o vemos claramente na ideia de paradoxo de autores como, por exemplo, Quine (1976) e Olin (2003). Inclusive, dentro de uma das classificações que os dois filósofos concordam, classificamos o paradoxo em (86) na qualidade de paradoxo verídico. Isso porque, assim como o de Frederic (o qual vimos na seção 4.2), as conclusões possíveis são verdadeiras. Podemos afirmar também que, diferente do paradoxo de Frederic, no qual as premissas eram aparentemente verdadeiras e a conclusão aparentemente falsa, na assertiva em (86) observamos o oposto. No entanto, ambos se assemelham quando tanto as premissas quanto as conclusões são provadas como verdadeiras após verificarmos as suas condições. Isso porque, assim como Frederic pode ter feito poucos aniversários, mas tem mais idade, por ter nascido em 29 de fevereiro, é possível que boas situações podem vir de situações ruins.

Começamos a investigar (86) pela perspectiva proposta por Horn (1984, 2006) sobre implicaturas geradas com base-Q e com base-R. Ao considerarmos a noção do princípio-Q sobre a quantidade de informação dada ser tão informativa quanto necessária, podemos supor do enunciado as seguintes implicaturas Q para (86):

(87) +> 'Nem todo bem vem do mal'.

(88) +> 'Algum bem vem do mal'.

Essas implicaturas, realizadas com relações universais e particulares, conforme o quadrado das oposições (figura 1), evidenciam a ideia de que não há uma contradição real nesse paradoxo, pois nenhuma das implicaturas possíveis se contradizem. Isso corrobora nossa sugestão, dada em 4.1, do qual o conjunto em que se localizam a contradição e o em que estão os paradoxos encontram-se em intersecção e não um contido no outro, como é possível pensar devido ao grande número de paradoxos que são desenvolvidos por contradição.

Devemos lembrar que o paradoxo em (86) como proposto na fórmula de Smarandache (1999) faz a relação do <nome> com o <não-nome>. Isso considera que o 'bem' e o 'mal' estão em uma mesma linha de significação e, assim, mostra a polaridade da escala usada. Assim, confirmamos a escala <bem, mal>, na qual 'bem' é o polo positivo e 'mal' o negativo, retomando a ideia de contraditório que evoca o paradoxo. Essa gradação dos nomes ao pensarmos nas implicaturas-Q escalares não nos permite implicaturas como (89) e (90).

(89) +> ‘O mal que vem para o bem’.

(90) +> ‘O bem que vem para o mal’.

A impossibilidade de (89) e (90) ocorre porque apesar de as ideias serem opostas não acarretam uma a outra justamente por uma ser negativa e outra positiva.

As implicaturas-R possibilitadas pelo paradoxo em questão se alicerçam principalmente na ideia griceana constante na segunda máxima de quantidade sobre não haver mais informação linguística do que o necessário. Isso leva também à máxima de relação, sobre ser produzidos enunciados econômicos. Portanto,

(91) +> Situações boas que vêm do bem.

(92) +> O bem que vem de situações ruins.

A relação das ICGs proporcionadas pelos princípios dados em Horn (1984) evidenciam o paradoxo proposto com o uso da fórmula de Smarandache (1999) por manterem a ideia de certo modo estranha. A resolução de (86) não necessita ser explicada, pois, como mencionamos, esse é um paradoxo verídico e, portanto, sua conclusão e premissas são verdadeiras. Além disso, retomando a classificação de paradoxos controversos e não controversos (OLIN, 2003), (86) constaria na categoria de não controversos e, assim, não há motivos para o investigarmos como falsídico.

Analisaremos o paradoxo em (86), agora, sob a perspectiva da TICG, de Levinson (2000). Como sabemos, nessa abordagem, as implicaturas-Q são resultantes da heurística-Q, a qual se aproxima da noção de implicatura-Q dadas por base-Q tratadas por Horn, (1984, 2006), pois ambas lidam com a primeira máxima da categoria de qualidade (GRICE, 1967). Desse modo, podemos assumir as implicaturas (87) e (88) também na perspectiva de Levinson. A expressão ‘nem todos’, na implicatura (87), consta em uma escala negativa com ‘nenhum’ e a ‘alguns’, em (88) forma escala com ‘todos’. Isso significa que o uso de um dos termos invalida a implicatura com sua contrapartida na escala, pois um implica a negação do outro. Desse modo, é impossível a implicatura (93) ‘Todo o bem que vem do mal’, pois essa ideia não faz parte do significado da proposição.

Ainda considerando as implicaturas-Q e os conjuntos de contraste para Q, resgatamos as implicaturas (89) e (90) que fazem uso de um conjunto de não acarretamento {bem, mal...}, ou seja, um necessariamente implica a negação de um dos outros nomes constantes no conjunto. Com as noções propostas para esse tipo

de implicatura na TIGG, continuamos a afirmar, como fizemos na análise da teoria anterior, que as implicaturas (89) e (90) não são possíveis para o exemplo em questão. Além disso, faz sentido pensarmos na manutenção de nossa conclusão também para as implicaturas-R (91) e (92), pois a segunda heurística possibilitaria as mesmas implicaturas por resgatarmos uma interpretação bastante conhecida do termo em uma generalização dele. Com isso observamos também a manutenção do princípio da informatividade por buscar uma boa forma de comunicação e que seja econômica. Percebemos também a impossibilidade de mais uma implicatura que rompe com a heurística-I, em (94), bem como uma possível implicatura-M, em (95), ao pensarmos na maneira como a expressão (86) é realizada.

(94) +> ‘ao contrário do estereótipo de que o bem vem do bem’.

(95) +> ‘o mal não era completamente mal’.

A implicatura em (95) se origina pela heurística-M que se relaciona às máximas gricenas de modo sobre evitar expressões obscuras e prolixidade. A ICG do tipo M em (95) é permitida no paradoxo (86), justamente por ressaltar a estranheza de que o ‘bem’ não deveria vir do ‘mal’, mas da maneira como o fenômeno é proposto interpretamos que o mal pode não ser completamente mal.

É indispensável lembrar que, de acordo com Levinson (2000), as implicaturas possibilitadas em Q e M são mais fortes que as em I por proporcionarem interpretações metalinguísticas. Dentro do gênero de Q, as implicaturas escalares são as mais inconsistentes, de forma que as interpretações dadas em (87) e (88) são as preferidas e, portanto, as demais não invalidam o surgimento do paradoxo nem da compreensão de (86).

Antes de avaliarmos o modo como a TR (SPERBER; WILSON, 1986, 1995) possibilita a reflexão do paradoxo apresentado em (86), frisamos que a contradição não é apresentada na expressão e, por isso, o mecanismo dedutivo não deve encontrar problemas quanto a essa questão. Ou seja, uma regra lógica compatível com a proposição também o será para a dedução.

Lembramos que, na TR, o ambiente cognitivo é construído durante o processo comunicativo ao adicionar uma nova suposição, possibilitada pelo enunciado proferido, às velhas, assumidas por ideias e conhecimentos já possuídos. Assumindo essa possibilidade que a teoria nos dá, de considerar não apenas propriedades linguísticas, vamos propor um cenário para o enunciado (86): João

viajaria nesta manhã, mas dormiu demais e perdeu o voo. Logo que acordou, soube que o avião em que estaria caiu no oceano.

(96)

João: O voo que perdi caiu.

Maria: O bem que vem do mal.

Nesse exemplo (96), cuja expressão do paradoxo serve como resposta de Maria ao comentário em que João explica o ocorrido, temos como afirmar que o ambiente cognitivo dos interlocutores é mutuamente manifesto. O mesmo aconteceria caso João não exprimisse nenhuma informação linguística, mas que Maria tivesse conhecimento de que ele deveria estar naquele avião. Com esse preambulo dado, acreditamos que (97) e (98) são inferências pragmáticas, fortalecidas pelo acréscimo contextual dada pelo enunciado de Maria, realizadas por João visto que os princípios de relevância são mantidos.

(97) Para Maria é negativo eu ter perdido o voo.

(98) Para Maria é positivo eu não estar no voo que caiu.

As implicaturas (97) e (98), possibilitadas pelo viés da TR, evidenciam o paradoxo (86) enunciado aqui por Maria. Isso também fica evidente ao pensarmos no nível de explicatura ((99) 'O bem [não estar no voo] que vem do mal [ter perdido o voo]'). Esse resgate que as inferências possibilitam para (96) também aconteceria de forma similar em outros cenários que permitissem essa expressão paradoxal que não apresenta uma contradição clássica.

Com a análise proposta nos parágrafos acima para (86), compreendemos que as três teorias investigadas apontam conceitos suficientes para que o paradoxo verídico seja ressaltado, sem que, no entanto, a interpretação do enunciado seja afetada.

### 5.2.3 Paradoxo de contradição clássica com dois argumentos

Passamos agora a pensar sobre um paradoxo que apresenta dois argumentos e duas conclusões que se contradizem, o qual Olin (2003) chama de paradoxo tipo 2, como vimos na seção 4.2 deste trabalho. Para isso, retomaremos o exemplo que demos naquela oportunidade (61), baseado em um modelo oferecido pela autora.

(100)

(a) 99% dos porto-alegrenses são saudáveis e Joana é porto-alegrense → Joana é saudável.

(b) 99% dos professores têm problemas cardíacos e Joana é professora → Joana tem problemas cardíacos.

As premissas que constroem os argumentos (100a) e (100b) são aparentemente válidas e as conclusões<sup>95</sup> que se originam delas, por generalização, também. No entanto, considerando que nos dois argumentos o mesmo sujeito é tratado, isto é, Joana, o paradoxo se evidencia, pois tanto  $A \rightarrow B$  quanto  $B \rightarrow A$  são impossíveis ao mesmo tempo. Isto é, não há como considerar verdadeiro o fato de Joana ser saudável e ter problemas cardíacos, pois a ideia de ter complicações no coração subjaz à de que a pessoa é 'não-saudável' e vice-versa. O paradoxo é claramente dissolvido se assumirmos a falsidade de pelo menos uma das conclusões, o que não seria de todo incoerente já que as premissas iniciais de ambos os argumentos se constituem de uma universalização do conteúdo informado. Apresentaremos agora como as teorias pragmáticas que estamos avaliando lidariam com o fenômeno apresentado nesta situação.

Consideramos a questão de Horn (1984, 2006) sobre as implicaturas com base-Q e com base-R, assumimos a manutenção da máxima de qualidade do enunciado por quem produz a informação. Podemos observar as seguintes implicaturas com base-Q.

(101) +> 'não 100% dos porto-alegrenses são saudáveis'.

(102) +> 'a maioria dos porto-alegrenses é saudável'.

(103) +> 'nem todos os porto-alegrenses são saudáveis'.

(104) +> 'alguns porto-alegrenses não são saudáveis'.

(105) +> 'não 100% dos professores têm problemas cardíacos'.

(106) +> 'a maioria dos professores não tem problemas cardíacos'.

(107) +> 'nem todos os professores têm problemas cardíacos'.

(108) +> 'alguns professores não têm problemas cardíacos'.

Essas implicaturas com operadores escalares são possíveis considerando o princípio que traz a noção de quantidade de acordo com a qual a contribuição deve ser o suficiente para possibilitar os objetivos da interação comunicativa. Além disso ainda são restringidas pelo princípio-Q, o qual indica a necessidade de se prover

---

<sup>95</sup> Consideramos a conclusão de (a) como A e a de (b) como B.

apenas os dados necessários e que requeiram menor esforço do ouvinte para a compreensão. É possível que a escolha da afirmação original ter sido fornecida por um dado estatístico (99%) e não por operadores escalares positivos ou negativos provavelmente não é casual. Assim como Horn (1984, 2006) ao apontar que uma escolha lexical pode ocorrer em detrimento de outra por minimização de esforço do comunicador. Em todo o caso, as implicaturas proporcionadas em (101) até (108) carregam um alto grau de informatividade, já quem mantém a proposição dos enunciados.

Além disso, cada argumento apresenta as duas premissas em uma ideia de adição, evidenciando a conjunção 'e' e mostrando a possibilidade da conclusão ser alcançada por *modus ponens* ( $p \wedge q \rightarrow q$ ). Até aqui, percebemos que, lidando com os dois argumentos isolados, as noções dadas pelos princípio-Q e princípio-R corroboram (ou, pelo menos, não invalidam) com o valor de verdade dos componentes apresentados. Precisamos agora refletir se, ao aproximarmos as conclusões dos dois argumentos de (100) ( $A \wedge B$ ), a estranheza pode ser eliminada pelas implicaturas, ou se o paradoxo continua ocorrendo.

(109) Joana é saudável e Joana tem problemas cardíacos.

Na ideia de Horn (1984, 2006) o conjunto que contrasta 'e' é <e, ou>, portanto, deveria ser possível a forma escalar abaixo.

(110) +> Joana é saudável ou Joana tem problemas cardíacos.

A ICG para (110), formada pelo entender do autor, é uma impossibilidade e, dessa forma, o paradoxo não existiria, já que a chance de interpretarmos que Joana pode não ser saudável e não ter problemas cardíacos é uma alternativa. Afirmamos isso, pois o 'ou' é a parte com conteúdo semântico mais fraco da escala assumida e, assim, o receptor não poderia inferir de 'e' a possibilidade de 'ou'. Isto é, se Joana tem A e tem B, pressupõe-se que o comunicador não poderia informar que ela tem A e desconsiderar B (como o 'ou' pode indicar em uma ideia de alternativa). Portanto, a implicatura (110) não parece ser uma implicatura verdadeira para (109), pois o conteúdo pragmático não é o mesmo nas duas proposições. Isso ocorre porque o contraste <e, ou> impossibilita implicaturas por conjunção do polo oposto da escala. No entanto, em registros linguísticos como o paradoxo em (100), uma situação interessante se apresenta, pois, a implicatura (110), que é inaplicável em um processo escalar, é justamente a que evidencia um enunciado que segue o princípio da não-contradição. (110) apresenta uma proposição aceitável tanto em nível lógico

quanto em nível pragmático, ou seja, a existência de uma contradição lógica faz com que a comparação de 'e' e 'ou' apenas ressalte a ideia de oposição de A e B em (109).

Assim, permitimo-nos ponderar que os conceitos teóricos de Horn, que tratamos aqui, não possibilitam uma análise satisfatória para desvendar o significado do paradoxo proposto. Inclusive, seria estranho obtermos uma resposta distinta quanto a isso, pois uma possível interpretação da expressão que une as conclusões de (100), cujos atributos não são os mesmos e que não podem coexistir em um mesmo mundo, não é válida. Outro ponto que podemos concluir desta análise é o de reconhecermos que a impossibilidade de aferir a implicatura escalar para uma expressão conjuntiva com ideias controversas evidencia a conclusão absurda que forma o paradoxo. Ressaltamos, porém, que as noções avaliadas se mostraram bastante adequadas para confirmar validade do desenvolvimento dos argumentos isolados, comprovando o valor de verdade de ambos. Podemos também afirmar que a discrepância das implicaturas possíveis pela aplicação do conjunto de contraste, o qual mantém a contradição originalmente proposta, demonstra a pertinência da teoria para explicar o fenômeno avaliado.

Lembramos que Levinson (2000), na TICG, assume que os princípios de Horn são insuficientes, principalmente pelo princípio-Q às vezes tratar da estrutura da expressão e em outras do conteúdo. No entanto, para lidar com os argumentos isolados de (100), a análise que podemos propor com as heurísticas de Levinson não se diferencia muito da que acabamos de apresentar com base nos conceitos de Horn (1984). As possibilidades demonstrativas para a conjunção das conclusões A e B, pelo menos ao observarmos as implicaturas Q também não difere muito. Consideramos esse cenário por Levinson também tratar de conjuntos contrastivos de pares escalares para implicaturas de quantidade. A heurística que forma essas ICGs postula que "o que não é dito não é o caso" e reafirma a inaplicabilidade de um polo da gradação implicar na negação do outro. Assim, assumimos a impossibilidade de considerarmos a implicatura (110) para (109) também na perspectiva abordada na TICG.

Do mesmo modo, com outra perspectiva de conjuntos de contraste ocasionados por Q, além das escalas, é possível pensar um outro caminho para

chegar ao paradoxo, que é pelas implicações clausais<sup>96</sup>. Nelas o par que contrasta é algo como <desde- $p$ - $q$ , se- $p$ - $q$ > e assim uma situação como em “ $p \rightarrow q$ ” implica que “ $p$  é certo” e “se  $p \rightarrow q$ ” implica que ‘ $p$  é incerto’. Deste modo, utilizando a polaridade negativa do conjunto, vemos como implicaturas inaplicáveis para a proposição formada em (109).

(111) +> ‘Se joana é saudável então ela tem problemas cardíacos’.

(112) +> “Joana é saudável’ é incerto’.

Assim como percebemos pela incompatibilidade de (110), as opções clausais (111) e (112) também não podem ser implicaturas para (109) e, como já dissemos, isso evidencia a contradição que serve de gatilho para o paradoxo.

Além disso, outro conceito da TICG (LEVINSON, 2000) poderia mostrar a impossibilidade pragmática da união das duas conclusões, servindo, então, para evidenciar a ocorrência de um absurdo na significação. Essa ideia é a do Princípio da Informatividade, ligado à heurística-I, que vem da segunda máxima da categoria de quantidade griceana (1967), sobre utilizar a menor quantidade de informação necessária. Não estamos afirmando que o paradoxo em (109) não nos produza informações suficientes, mas, ao examinarmos a propriedade de especificidade das proposições fornecidas, observamos que o Princípio da Informatividade aparentemente não é seguido. Isso se torna evidente ao explicitarmos que não há uma isomorfia de denotações possíveis para os atributos A e B dos dois argumentos, pois ambos têm o mesmo grau de informatividade. Assim, não há uma proposição mais forte do que a outra e é justamente desse impedimento que se origina o paradoxo. Esse vislumbre ao analisar a heurística-I neste exemplo é adequado para ressaltar como o interlocutor observa a existência de uma ocorrência “absurda” no enunciado. No entanto, como sabemos, tal heurística não possibilita adentrarmos no nível da metalinguagem, e assim o paradoxo não é evidenciado na abordagem mais formal.

Sorensen (2003), como mencionamos no capítulo anterior, indica a possibilidade de dissolver o fenômeno ao cancelar uma das premissas que fomentam um paradoxo, ou seja, assumir que uma delas é inválida. Essa é uma alternativa para o receptor conseguir inferir pragmaticamente um significado aceitável, pelo menos no que podemos avaliar das teorias neogriceanas que

---

<sup>96</sup> O conceito de implicatura clausal é trabalhado por Gazdar (1979), mas retomado por Levinson (2000) que tratamos aqui.

estamos considerando. Horn (2018), porém, em trabalho mais recente, afirma ser possível aceitarmos a contradição lógica ao considerarmos propriedades pragmáticas como a prosódia e até com a questão da ironia<sup>97</sup>. Desse modo, poderíamos resgatar a intenção comunicativa do falante com uma Implicatura Conversacional Particularizada. A avaliação de Horn para o uso de contradições no dia a dia nos parece bastante adequada, mas nosso exemplo não possibilita examinarmos a prosódia, que não faz parte do escopo da teoria que nos propusemos a avaliar.

Avaliaremos agora o uso da terceira teoria pragmática, a TR, para pensarmos sobre o paradoxo em (100). Como já observamos, os argumentos isolados não apresentam nenhum impedimento para que o interlocutor interprete o significado e, ao pensarmos neles através da TR, o mesmo entendimento permanece; assim como nas teorias que utilizamos anteriormente. Inclusive, a TR valida a conclusão dos dois argumentos com seus dois princípios de relevância. Visto que as suposições dadas em A e B são inferências fortes, considerando as premissas em pauta. A explicação, pela teoria de Sperber e Wilson (1986, 1995), vem justamente dos princípios nela postulados, os quais apontam a busca da cognição humana pelo *input* mais relevante. Desse modo, a taxa de 99%, provida nos dois argumentos, seria o suficiente para justificar a conclusão de cada argumento.

Quando assumimos o paradoxo (100) em si, com as duas conclusões sob um mesmo contexto fornecido pelas premissas dos dois argumentos, a ideia contraditória aparece. Como vimos na seção 3.3, Sperber e Wilson (1995) já pensaram em como a cognição trata de situações linguísticas contraditórias e como tenta solucionar a questão. O mecanismo dedutivo faz com que a mente tente produzir efeitos contextuais para processar as informações dadas até que a ideia de contradição seja resolvida. Os autores, como vimos em 3.3, afirmam que, no viés da formal da Lógica, o mecanismo dedutivo para eliminar a representante mais fraca poderia utilizar recurso que consiste na introdução de conectivos conjuntivos, de disjuntivos ou de dupla negação. Ao recapitularmos o paradoxo nesta seção (anteriormente o vimos no capítulo 4), fizemos a introdução do conectivo conjuntivo e; o qual inclusive destacou o absurdo pragmático. No entanto, assim como Sperber

---

<sup>97</sup> Horn (2018) inclusive aponta como a contradição é usada no cotidiano com exemplos interessantes como no *meme* “Sorry not sorry”. O autor aponta também a grande quantidade de autocontradições que se valem da lei lógica da dupla negação, que ele afirma trazer uma impossibilidade lógica, mas com grande aceitabilidade no cotidiano.

e Wilson (1995) apontam, as regras de introdução permitem que o mecanismo dedutivo avaliar apenas a estrutura das regras lógicas. Deste modo, é interessante ressaltar, que essa regra de introdução explica a criação do paradoxo neste exemplo. Aparentemente não há, no ambiente cognitivo, um efeito contextual que possibilite resolver a contradição clássica aqui tratada ou, pelo menos, a mente não proverá uma solução rápida.

Algo diferente ocorre ao introduzirmos o conectivo disjuntivo *ou*, em que, assim como observamos nas análises que fizemos com as perspectivas neogriceanas, o paradoxo seria resolvido, pois as inferências possíveis da expressão disjuntiva não são compatíveis com a expressão conjuntiva original. A elucidação ocorre, como sabemos, porque fica evidente uma alternância entre as duas conclusões, de modo que a mente do receptor é obrigada a assumir duas conclusões incompatíveis, mas apenas uma das duas possibilidades seria acatada. Essa solução se distancia do entendimento da Lógica Clássica para o princípio da não-contradição, mas nos é permitido alcançar essa resposta porque espera-se que o mecanismo dedutivo criará suposições até que uma regra lógica seja compatível. No entanto, como já foi mencionado, na TR a contradição no conteúdo proposicional deve ser resolvida por regras de eliminação, como o *modus ponens*, mas observamos, que no exemplo tratado nesta seção, pelas duas proposições possuírem graus de força semelhantes, não há como eliminar a suposição contraditória mais fraca. Nesse aspecto, a TR se aproxima da Lógica da linguagem natural atuando no processo comunicativo, em busca de uma aceitabilidade. Visto que os autores assumem, em casos de proposições contraditórias de força equivalente, que os indivíduos realizam então uma procura consciente de evidências que os permita encontrar uma solução ou rejeitar as suposições por não possibilitarem nenhum efeito contextual relevante. Portanto, acreditamos que a TR funcione apenas em parte para explicar o resgate de inferências aceitáveis em paradoxos com contradição clássica.

A contradição lógico-pragmática que o paradoxo (100) possibilita dificilmente seria aceita por um interlocutor atento ao processo comunicativo no cotidiano porque a contradição evidencia uma provável, quase certa, impossibilidade. Podemos dizer que a busca da mente humana pelo estímulo mais relevante não seria bem-sucedida. No entanto, há, no receptor, uma expectativa de relevância, ou seja, ele espera que o estímulo fornecido pelo comunicador ao proferir um enunciado seja o

mais relevante. Certamente o uso da ideia contraditória provida do paradoxo pelo emissor é realizada com alguma intenção. Vemos como forte a suposição de que o estímulo tenha sido produzido com o intuito de causar confusão no receptor da mensagem.

Em suma, das três teorias com as quais nos propomos avaliar a ocorrência (100) apenas uma nos fornece evidências de como alcançar uma compreensão inferencial do paradoxo e, ainda assim, isso ocorre apenas em parte. É a TR por prever que o mecanismo dedutivo buscaria uma solução para a contradição apresentada. Assumir essa ideia abrangente de que o mecanismo dedutivo acrescentaria suposições até encontrar uma regra lógica conhecida que validasse a inferência tem uma complicação, pois a inferência que o ouvinte aceitaria não seria verdadeira para a proposição (109) dada pelo comunicador. Dessa forma, assumimos a incompatibilidade das três teorias para a interpretação de paradoxo cuja noção de contradição seja concatenada por conjunção conjuntiva. Vem a ser o caso que as teorias não conseguem resolver a contradição como postulada no princípio de não-contradição, no qual um argumento acaba por invalidar o outro, de modo um pouco diferente dos exemplos que vimos até agora. Quanto à evidência do desenvolvimento da contradição em (100), todas as teorias são adequadas para ressaltar o fenômeno.

#### 5.2.4 Contradição clássica com um argumento

Nossa próxima análise será realizada nas expressões (113a) e (113b), que foram retiradas do *corpus* MultiNLI – The Multi-Genre Natural Language Inference – (ANDINA; NIKITA; SAMUEL, 2018), sobre o qual já comentamos um pouco na seção sobre a metodologia deste trabalho. Esse *corpus* fornece pares de sentenças reais da linguagem natural com anotação do tipo em que se enquadram. No caso, (113a) e (113b) é uma dessas duplas que recebeu o rótulo de contradição<sup>98</sup> e faz parte de um contexto de viagem<sup>99</sup> em que uma mesma pessoa profere tanto (113a) quanto (113b).

(113)

---

<sup>98</sup> No anexo deste trabalho, inseriremos, como dissemos no início deste capítulo, alguns outros exemplos de expressões rotuladas, no *corpus* MultiNLI (ANDINA; NIKITA; SAMUEL, 2018), como contradição em que concordamos com a especificação.

<sup>99</sup> Informação fornecida pelo *corpus*.

(113a) "As orientações mais importantes são simplesmente para cima e subir, pois, no fim, a catedral e a fortaleza dominam o topo da colina, e para baixo, inevitavelmente, chega a um dos três portões do muro que leva para a nova cidade"<sup>100</sup> (tradução nossa).

(113b) "Vá para cima até um dos portões, pois todos o levarão para a catedral"<sup>101</sup>. (tradução nossa)

(113a) e (113b) nos remetem a uma contradição nos moldes clássicos como colocada no princípio da não-contradição, pois nos possibilita uma formulação do tipo  $(p \wedge \neg p)$ . Na primeira sentença (113a), o comunicador nos fornece a informação de que, para chegar à catedral é preciso ir "para cima" e para chegar aos portões é necessário ir "para baixo", indicando que ambos estão em um nível geograficamente intermediário entre o topo de colina e os portões da cidade nova. No entanto, em 113b, ao indicar a direção que deve ser seguida a alguém que tem a catedral como destino, orienta que a pessoa "vá para baixo" ao invés de "vá para cima". Dessa maneira, avistamos a contradição em uma ideia que pode ser expressa abaixo.

(114) "Você precisa ir para cima e, portanto, vá para baixo".

Vemos que podemos colocar o atributo "para cima" em contraponto com "para baixo" em um sentido de "não-para baixo"<sup>102</sup>, pois a negação de um pressupõe o outro, como na contradição clássica. Desse modo, na situação postulada em (114), podemos pensar que estamos lidando com a escala <para cima, para baixo>, mas que não há uma que possua força maior do que a outra. Considerando os princípios dados por Horn (1984, 2006), podemos justamente apontar a contradição por não sermos capazes de produzir uma implicatura com base-Q, como as dadas em (115) e (116).

(115) +> 'subir'

(116) +> 'chegar ao topo da montanha'

No entanto, as máximas conversacionais que alicerçam o princípio-R também não são respeitadas, ou seja, a necessidade de oferecer a quantidade adequada de informações, não ser obscuro e ser pertinente no que requer a conversação. Desse

<sup>100</sup> Do original "The most important directions are simply up and up leads eventually to the cathedral and fortress commanding the hilltop, and down inevitably leads to one of three gates through the wall to the new town".

<sup>101</sup> Do original "Go downwards to one of the gates, all of which will lead you into the cathedral".

<sup>102</sup> Essa ideia é um pouco diferente dos nomes trabalhados em outras de nossas análises, como em 'bem' e 'mal', já que, como dissemos naquele momento, 'bem' não implica 'não-mal' e assim como o 'mal' não necessariamente é 'não-bem'.

modo percebemos que a teoria de Horn não propicia as ICGs e, portanto, não nos fornece maneiras de resolver o sentido da contradição. Apesar da conclusão apresentada aqui ser estritamente como a da Lógica Clássica, assemelhando-se, aparentemente, à que apresentamos em (100), na qual era possível realizarmos implicaturas conforme as propostas por Horn, é preciso ressaltar uma sutil diferença entre o paradoxo (100) e a contradição desta análise: a generalização dada em (100).

Considerando a impossibilidade de realizarmos inferências do tipo implicaturas com base-Q e com base-R da expressão linguística, reconhecemos a teoria em destaque como satisfatória para apontar a existência do fenômeno absurdo para a linguagem.

Ressaltamos também que, ao assumirmos as ideias de Horn como estamos fazendo nessa parte da análise, já pressupomos, necessariamente, que a máxima conversacional de qualidade é mantida e, assim, o comunicador não está dizendo o que não acredita ser verdade. No entanto, a ideia griceana (1967) de que há ocasiões nas quais o falante opta por uma quebra da qualidade do enunciado para garantir sua intenção no processo comunicativo parece ocorrer neste exemplo. No caso do par (113a) e (113b) é possível que exista a intenção de confundir o receptor da informação, assim como é possível que ele tenha se equivocado em um dos dois enunciados. Independentemente do propósito das expressões, vemos como factível a possível violação da máxima de qualidade, contrariando, de certo modo, Horn. Tendo essa reflexão como base, somos autorizados a pensar que a máxima conversacional de qualidade nem sempre é zelada nas contradições.

Na análise que fizemos pelo viés de Horn – em (114) e (115), observamos não ser possível realizar implicaturas escalares e que apenas temos como evidenciar a contradição no sentido clássico. O mesmo ocorre ao utilizamos a perspectiva de Levinson (2000) na TICG, na qual esse tipo de implicatura está relacionado à heurística-Q. Além disso, mesmo uma implicatura clausal não é possível na expressão atual porque uma das partes da conclusão tem valor falso, impresso já no argumento apresentado. De modo distinto ao que ocorre em (100), no qual todas as premissas têm atestadas suas condições de verdade, e a contradição se dá apenas na junção das conclusões dos dois argumentos. Dessa forma, não podemos assumir as duas premissas como componentes para realizar a dedução de oposição da implicatura clausal.

Avaliando a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), lembramos que a contradição é captada pelo mecanismo de dedução produz novas suposições com o intuito de gerar efeitos contextuais até que a cognição resolva o conflito das informações dadas. Para isso, são adicionados conectivos ou regras de inferências, como *modus ponens*, até que a mente humana encontre uma forma lógica válida para as proposições dadas. Mesmo ao assumirmos outros conceitos da TR, notaremos que a contradição em (113a) e (113b) ressaltada em (114) não será resolvida por nenhum desses métodos, os quais, inclusive, apenas ressaltarão a contradição lógica, como em (115) “Você precisa subir *ou*, portanto, deve descer”.

Avaliando a contradição dada pela relação entre (113a) e (113b), consideramos, por se tratar de um *corpus* com registros reais de fala, que todos os envolvidos tenham o mesmo ambiente cognitivo a partir das suposições que se tornam mutuamente manifestas pelos enunciados. Parece-nos que o receptor não aceitaria o estímulo dado como relevante por não ter nenhuma forma lógica válida, em sua mente, que se aproxime de uma possibilidade de resolver a contradição. Não sendo possível, inclusive, que o ouvinte faça suposições sobre como interpretar o enunciado. Isso porque, já que os dois enunciados são realizados pelo mesmo sujeito, não há como pensarmos que a intenção comunicativa dele fosse a de enganar seu interlocutor, pois ele mesmo fornece a mesma informação de modos diferentes.

Resumindo, as análises das três teorias, para esta contradição lógica com um argumento, apontam que não é viável resgatar nenhuma forma possível de entendimento para o fenômeno neste caso. Apesar disso, por negatização dos conceitos, a contradição é mostrada em todas as teorias.

### 5.2.5 Paradoxo de Sorites

Agora, nos deteremos em outra forma de absurdo na linguagem, uma a qual muitas vezes não é detectada durante o processo comunicativo já que ocorrem por conta dos limites vagos de significado pouco ou não-definidos dos termos usados nos argumentos. Avaliaremos como as teorias pragmáticas que estamos lidando servem para tratarmos ou não de uma variação do tão conhecido paradoxo de

sorites. Antes disso, porém, expenderemos um pouco sobre o que é essa classe de paradoxos de vagueza.

O paradoxo de Sorites vem de Eubulides de Mileto, tendo o seu nome derivado da palavra grega *soros*, que significa 'monte', em uma referência à sua tradicional formulação sobre montes ou punhados de areia. Ólin (2003) e outros estudiosos afirmam que o raciocínio desenvolvido neste paradoxo é um encadeamento o qual mostra que a cada grão de areia tirado de um monte ainda nos permite pensar que continua sendo um monte de areia. Isto é, se tenho um monte de areia  $n$  e subtraio um grão ( $n - 1$ ), o mesmo ocorre com ( $n - 2$ ) e assim sucessivamente. O que nos leva a pergunta: qual a quantidade de grãos é preciso retirar para que não possamos mais considerar  $n$  um monte? Dessa forma, o paradoxo leva a conclusão de que apenas um grão de areia seria suficiente para considerarmos como um monte de areia.

São muitas elaborações que esse tipo de paradoxo possibilita, portanto nos deteremos aqui, como ilustração, na que versa sobre uma pessoa ser ou não careca. Da mesma forma que a tradicional variação do monte de areia, as premissas encadeadas são elaboradas refletindo sobre quantos fios de cabelo são necessários para considerarmos um indivíduo como totalmente calvo. O paradoxo, neste representante, se evidencia em perguntas como "Quantos fios de cabelo uma pessoa deve perder para ser considerada careca?" e "Quando um sujeito pode ser chamado careca?".

Esse paradoxo ocorre, assim como no caso do monte de areia, por ser complicado, poderíamos dizer quase impossível, sabermos quantos fios é o  $n$  da equação, sendo  $n$  um número natural, que torna possível assumirmos o valor de verdade ou de falsidade de para o predicado 'careca' que compõe o fenômeno lógico-linguístico que estimamos. Isso ocorre pela quantidade fios constituem o couro cabeludo. Não há dúvidas de que uma pessoa com a cabeça completamente preenchida por fios de cabelos não é careca, mas alguém com nenhum fio de cabelo é inegavelmente careca. No entanto, essas certezas não são garantidas para determinar se podemos associar o predicado 'careca' a um indivíduo que possua pouco cabelo nas têmporas (as popularmente chamadas "entradas"), com menos cabelo em cima da cabeça ou ainda com poucos fios, deixando o couro cabeludo ralo.

As premissas dessa classe de paradoxos podem ser dadas por uma série de condicionais, cujos sub-argumentos são alcançados através da regra lógica de inferências de *modus ponens*. Olin (2003) explica que a primeira parte do argumento é, de certo modo, incontestável e a sequência das premissas se mostra mais propensa a questionamentos. Outra forma de desenvolver o paradoxo é pelo método do argumento indutivo, como em (117).

(117)

(a) Se perde um ou dois fios, não é careca.

(b) Se perde cem mil fios é careca.

(c) Se perde  $n$  fios não é careca, também não o seria  $(n - 1)$  fios.

(d) Se perde  $n$  fios é careca, também o seria  $(n + 1)$  fios.

O que faz esse modo de paradoxo tão atraente é a ideia de vagueza entre um atributo  $A$  e um não-atributo  $\neg A$ . De acordo com Rescher (2001), cria-se uma zona difusa entre as distintas situações propiciadas por  $A$  e por  $\neg A$ , na qual tendemos a interpretar o termo nos dois modos. Isso ocorre pela dificuldade de determinar o limite de certos predicados como 'monte de areia', 'careca', 'vermelho', 'gordo', etc.

Petrillo (2005) aponta alguns modos utilizados para o julgamento do predicado sorítico. Há quem acredite que não há como tratar a ideia de vagueza em uma perspectiva da Lógica Tradicional; há que se proponha a examinar os limites argumento sorítico contestando ou rejeitando o valor de verdade de uma ou de mais premissas ou, até mesmo, considerando a conclusão falsa. Outros, como o próprio Petrillo, fazem uso do quantificador universal ( $\forall$ ) e do quantificador existencial ( $\exists$ ) para realizar sentenças qualitativamente vagas e assim dissolver o paradoxo usando termos como 'muitos', 'alguns', 'vários'.

Trazemos aqui um enunciado hipotético (118), o qual nos evoca a questão da vagueza e, ao desencadear o argumento sorítico por indução de (117) sobre a quantidade de fios que uma pessoa, no caso João, tem no couro cabeludo.

(118) João está careca.

(119)  $\rightarrow$  Careca não tem nenhum fio de cabelo.

(120)  $\rightarrow$  João não tem nenhum fio de cabelo.

(121)  $\rightarrow$  João tem menos cabelo do que o considerado normal.

A implicatura (119) apresentada acima está dentro da concepção da heurística-I (Levinson, 2000), a qual faz referência à segunda máxima de quantidade griceana, sobre não dar mais informação do que seja necessária para a

compreensão. Essa parece ser uma implicatura forte, mas já vimos que a falta de limite semântico para o predicado 'careca' nos permite afirmar com certeza o valor de verdade de "Careca não tem nenhum fio de cabelo". No entanto, ao pensarmos na implicatura (121) dada pela heurística-M, uma das inferências possíveis, sobre o modo como é dito, podemos perceber que (118) não é um enunciado claro desencadeando, assim, o argumento sorítico. Isso corrobora com a ideia de Levinson (2000) na TICG de que as ICGs ocasionadas pela heurística-M evidenciam inconsistências das dadas por I, de modo que, nessa relação, M traz a interpretação preferida, já que tanto Q e M se baseiam em evidências metalinguísticas e I em estereótipos relacionados a conhecimentos fora do enunciado.

Há a hipótese de o receptor participante no processo comunicativo que ouvir o enunciado (118) conhecer o João e saber o valor de verdade em (119), mas a dúvida suscitada em (121) ainda mantém o paradoxo "Quantos fios de cabelo alguém deve perder para ser considerado careca?".

No viés de Horn (1984, 2006), os princípios -Q e -R atuam de forma conectada, restringindo e definindo o significado, de modo a um não ter o poder cancelar o outro. Ao esquadriharmos a ocorrência em (118) as implicaturas em (119) e (120) são associadas à base-R e (121) à base-Q. Isso porque as regidas por R estão ligadas ao receptor, o qual espera a relevância do enunciado por não prover mais dados do que o necessário (incluindo, de certa forma, a heurística-I assumida por Levinson na TICGs). Já (121) está em base-Q por apresentar uma expressão mais complexa e fora do padrão esperado. No nosso entendimento, a relação de divisão do Trabalho Pragmático, na qual a implicatura com base-R restringe o significado de (120) não é a mais adequada para expressões cujo predicado tem uma atribuição vaga no que tange à questão do paradoxo. A economia de informações pode ser bastante interessante no processo comunicativo, já que, no cotidiano, assumimos uma escala entre as fronteiras do significado de careca (logo pensaremos na escala para o enunciado em questão). Todavia, não faz emergir a reflexão ocasionada pelo paradoxo apresentado como nos propomos a avaliar neste trabalho.

A questão do argumento sorítico possibilitada por termos cujos predicados não são claros nos remete a algumas ideias de teorias linguísticas com perspectiva da língua em uso, as quais vimos neste trabalho. Além disso, os limites da significação também são abordados por semanticistas formais como Gennaro

Chierchia e Sally McConnell-Ginet (1990), que não avaliam o paradoxo de sorites, mas lidam com a ideia de predicado de vagueza<sup>103</sup> na linguagem natural. Isso nos aponta que há estudos sobre o assunto em tratamento linguístico no nível semântico. Sabemos que não há nada que indique o contrário, mas consideramos necessário ressaltar a informação para relacionar aos níveis de significado descritos por Levinson (2000). Lembramos que o autor, de maneira um pouco diferente da usual, divide os significados em três níveis, isso é, além do *sentence-meaning* (significado da sentença) e do *utterance-token-meaning* (significado do enunciado), há o *utterance-type-meaning*, um nível intermediário de significação em que estão implicaturas como as do tipo escalares e outras inferências convencionais. Dessa forma, Levinson (2000) resalta a contribuição tanto da semântica, quanto da pragmática na formação de significação das implicaturas. Retomamos esses conceitos aqui porque o paradoxo de sorites, ou pelo menos o argumento sorítico, leva-nos a crer ser essencialmente uma questão de escala (como estudos semânticos já o fazem) e, logo, nos possibilita pensar em implicaturas escalares. Como nas implicaturas (122) e (123).

(122) +> João perdeu alguns fios de cabelo. → ... não todos.

(123) +> João possivelmente perdeu todos os fios de cabelo. → ... não necessariamente.

Horn (1984, 2006) faz alusão ao quadrado das oposições (figura 1) para mostrar as relações lógicas entre os operadores escalares. Nesse sentido, ainda no enunciado (118), se em 'ser careca' implica 'perder alguns fios de cabelo' podemos inferir quantitativamente que nem todos os pelos da cabeça foram perdidos (escala <'alguns', 'nem todos'>). Dessa forma, podemos utilizar a forma lógica  $p \rightarrow q$ . Temos ainda a implicatura escalar mais próxima do enunciado (118) que é (124).

(124) +> João não é cabeludo.

A implicatura (124) ocorre através de uma escala lexical de conjunto não vinculado ao operador lógico de consequência. Essa ideia da polaridade, como apontam os autores, possibilitam inferências fortes por substitutos compatíveis com as ideias constantes nos enunciados.

---

<sup>103</sup> Neste trabalho, não problematizamos a diferença entre ambiguidade e vagueza por não ser nosso foco, visto que temos como preocupação os fenômenos da contradição e do paradoxo que elas auxiliam a gerar.

Quando a pergunta que forma o paradoxo de sorites nos encaminha para a contradição <'careca', 'não-careca'>, como em outras contradições, o que vai minimizar a questão da vaguidade é a força pragmática e não o valor semântico do predicado. Neste quesito, a noção de Relevância, conforme a TR, pode participar de uma forma interessante na resolução do argumento sorítico, caso julgemos que a mente do indivíduo segue em busca da máxima relevância com menor custo cognitivo. Assumindo assim a intenção informativa e comunicativa do autor do argumento de veicular uma ideia do que é 'ser careca' aos interlocutores. Nesse caso, perder 10.000 fios de cabelo ou (n-1) fios continua sem indicar se João está ou não careca, pois o que assim determina seria o *input* ostensivo-inferencial que não se baseia apenas no estímulo do enunciado.

O tratamento que a TR oferece para enunciados contraditórios é a questão de o mecanismo dedutivo continuar adicionando novas suposições até que a contradição se resolva, encontrando uma regra lógica que a possibilite e que pertença ao processo em questão. Deste modo, cremos que é possível que essa dedução ocorra justamente como se dá um dos desenvolvimentos do paradoxo de sorites, por encadeamento de *modus ponens*.

No entanto, para visualizarmos a questão do enunciado em si, podemos, por exemplo, considerar como contexto que (118) foi enunciado por Pedro e que ele tem inveja do cabelo bem cuidado de João, mas que começa a perder alguns fios a mais do que o considerável comum. Ao encontrar Maria, que pergunta sobre como é a característica atual do cabelo de João, o qual ela não vê há bastante tempo, enuncia (118). A intenção informativa de Pedro irá se concretizar e a mente de Maria construirá seu ambiente cognitivo com a suposição possibilitada pelo estímulo ostensivo-inferencial do enunciado e com as outras suposições admissíveis de acordo com informações e conhecimentos que Maria já possuía. Caso as inferências dos envolvidos na interlocução não sejam as mesmas ou semelhantes, o ambiente cognitivo não se torna mutuamente manifesto e a comunicação pretendida é alcançada. Maria pode saber dos sentimentos de Pedro pela beleza do cabelo de João e compreender que, neste caso, 'careca' não significa ter quase nenhum fio de cabelo; talvez apenas não ter mais o couro cabeludo tão abastado como antigamente.

(125) +> João possui bastantes fios de cabelo em sua cabeça.

(126) +> João não está totalmente careca.

No entanto, apesar de essas possibilidades serem aparentemente bastante possíveis, na abordagem da TR seriam as mais fracas as quais Maria alcançaria, visto que, de acordo com os princípios que norteiam a Teoria, a mente buscaria o estímulo mais relevante de modo a acreditar que o comunicador não proferiria um enunciado que não considerasse verdadeiro.

É muito provável que a intenção de Pedro em (118) seja justamente a de fazer Maria crer que João já não tem a mesma forma física de quando era mais jovem. Neste caso, se Maria inferiu (125) ou (126) a comunicação pretendida por ele não foi bem-sucedida, pois, caso contrário, Maria poderia inferir também, completamente fora do escopo do paradoxo em questão, (127) +> Pedro tem inveja de João.

Ao considerarmos novamente o argumento sorítico dado em (117), como hipótese plausível de ocorrer na mente humana quando um predicado com limites semânticos não tão bem concebidos como em 'careca' é evocado, a TR parece não dar conta. Certamente seria um gasto cognitivo demasiado grande e, mesmo que o benefício seja alto, a contribuição não parece equilibrada para se atingir a relevância. Sabemos que o significado do termo é provavelmente parte do conhecimento de língua que o falante/ouvinte já possuem e, portanto, o custo de processamento não é elevado, mas apontamos a ideia aqui a fim de testar a teoria, como é o nosso foco principal.

Outro fator forte que pode alterar a balança entre custo e benefício na perspectiva da TR são os diferentes entendimentos que as pessoas possuem dos predicados vagos, tanto que possibilita o paradoxo em si. Portanto, mesmo que o contexto de (118) não seja o que demos como hipótese ou que Maria não duvida da relevância da intenção de Pedro, a compreensão do que é uma pessoa careca ainda perpassa pela sequência do paradoxo.

O contexto dado por nós para o enunciado (118) pode parecer tendencioso para avaliar o ambiente cognitivo mútuo dos envolvidos e a expectativa de relevância ótima. Trazemos aqui outros contextos que envolvem a mesma sentença em diferentes enunciados (como apontamos ao estudar conceitos dados por Strawson no capítulo 2). Vamos supor que João é um bebê e, portanto, é uma pequena quantidade de fios que determina o atributo de ser ou não ser careca.

(128) +> pode-se ver o couro cabeludo de João.

(129) +> João é um bebê comum.

(128) e (129) são possíveis como inferências de (118) porque é esperado que bebês tenham pouco cabelo e, portanto, não é difícil que as suposições assumidas por Maria para gerar as inferências sejam as mesmas que Pedro usou para produzir o enunciado. Aproveitamos essas novas inferências proporcionadas para mostrar o cancelamento permitido para tais.

(128') +> pode-se ver o couro cabeludo de João, pois seu cabelo é muito claro.

(129') +> João é um bebê comum, mas está com o couro cabeludo machucado.

Mais acima observamos, na apresentação do paradoxo em análise, que paradoxos de vagueza podem ser utilizados considerando a Lógica Clássica e outras, como as que utilizam os quantificadores  $\exists$  e  $\forall$ . Todavia, podemos perceber a necessidade de pensarmos na Lógica Informal conforme trabalhada por Walton (1989) e Costa (2009, 2016) para tratarmos de paradoxos, também de contradições, que são desenvolvidos por conta de atributos cujos limites não são bem definidos. Dado que vimos nas investigações que fizemos com as teorias inferenciais, o valor bivalente de verdade e de falsidade não bastam, mas não precisam ser anulados ou expandidos para uma trivalência caso assumamos a noção de aceitabilidade do enunciado. Dessa forma, por exemplo, não só as implicaturas escalares, as quais estão inseridas numa perspectiva tradicional da lógica (vide quadrado de oposições), como as inferências produzidas na perspectiva da TR. 'ser careca' porque perdeu ( $n - 1$ ) fios de cabelo ou 'não ser careca' por ( $n + 1$ ) são adequados em uma lógica da linguagem natural, na qual é possível inferir o significado com o uso de propriedades lógico-pragmáticas.

Em suma, as teorias e estudos avaliados explicam, cada um na sua perspectiva, como que o receptor resgate pelo menos uma inferência que o possibilite não estranhar a vagueza no processo comunicativo. Todas as abordagens que apresentamos também permitem evidenciar a vagueza e o paradoxo (ao encadear a ideia de vagueza) em pelo menos um de seus conceitos. Apenas ressaltamos, no viés de Horn, que a divisão pragmática do trabalho parece não funcionar neste nosso exemplo, pois não há como uma implicatura dada pelo princípio-R restringir uma possibilitada por Q, quando esta traz uma noção vaga.

### 5.3 Avaliação de teorias e estudos da Pragmática Inferencial

A partir das análises de nossa investigação teórica, retomamos aqui os resultados alcançados para discutirmos como as teorias pragmáticas contribuem para avaliarmos fenômenos aparentemente absurdos na linguagem como contradições e paradoxos. Em anexo a este trabalho inserimos alguns outros exemplos apresentados como contradição e como paradoxo para mostrarmos a ocorrência deles em outras ilustrações.

Inserimos aqui um quadro (quadro 7) no qual apresentamos um resumo das análises que fizemos. Com ele, temos o intuito de tornar a visualização dos resultados considerados mais clara e sistemática.

Quadro 7 – Avaliação de Teorias Pragmáticas Inferenciais para Contradição e Paradoxos

<b>Resolução do fenômeno</b>			
	<b>Base-Q e Base-R</b>	<b>TICG</b>	<b>TR</b>
<b>Contradição de racionalidade ampla</b>	Em parte	Em parte	Sim
<b>Paradoxo em aparente contradição de racionalidade ampla</b>	Sim	Sim	Sim
<b>Contradição clássica em paradoxo de dois argumentos</b>	Não	Não	Em parte <sup>104</sup>
<b>Contradição clássica em paradoxo de um argumento</b>	Não	Não	Em parte <sup>105</sup>
<b>Paradoxo de sorites</b>	Sim	Sim	Sim

<sup>104</sup> Em teoria o mecanismo dedutivo continuaria acrescentando suposições e procurando uma regra lógica válida, mas a contradição no sentido estrito não seria resolvida.

<sup>105</sup> Ver nota acima.

<b>Exposição do fenômeno</b>			
	<b>Base-Q e Base-R</b>	<b>TICG</b>	<b>TR</b>
<b>Contradição de racionalidade ampla em paradoxo</b>	Sim	Sim	Sim
<b>Paradoxo em contradição de racionalidade ampla</b>	n/a	n/a	n/a
<b>Contradição clássica em paradoxo de dois argumentos</b>	Sim	Sim	Sim
<b>Contradição clássica em paradoxo de um argumento</b>	Sim	Sim	Sim
<b>Paradoxo de sorites</b>	Não	Sim	Sim

Fonte: Autoria nossa com base nas análises realizadas

Com as conclusões que obtivemos de nossa investigação teórica, vamos observar como cada uma das teorias contribuiu ou não para examinarmos as ocorrências linguísticas propostas. Assim responderemos um dos nossos questionamentos de pesquisa sobre qual é o poder descritivo-explanatório de cada um dos recortes teóricos que trabalhamos.

Primeiro nos deteremos na teoria das implicaturas com base-Q e base-R de Horn (1984). Nesta perspectiva, notamos que as inferências possibilitadas pelo princípio-Q são as que auxiliam o resgate semântico-pragmático para o entendimento dos enunciados pelo receptor. Nos dois exemplos em que observamos conter uma contradição em espectro mais amplo do que o que teríamos pelo quadrado de oposições (figura 1) e, também, no que trata da vagueza é possível notar que a recuperação do significado da expressão pelo receptor ocorre pela divisão do trabalho pragmático, ou seja, na relação entre o princípio-Q e o princípio-R.

Identificamos, entretanto, que, no primeiro registro linguístico, tratado na subseção 5.2.1, o qual é um *meme* que nos fornece informações além do enunciado linguístico, as implicaturas conduzem a uma compreensão da intenção do

comunicador diferente da que teríamos ao apurarmos o contexto comunicativo como um todo, como podemos observar na análise realizada na perspectiva dos estudos de Horn (1984). Sabemos que o conjunto de conceitos propostos por Horn, no escopo abordado, não se propõe a avaliar fora do que está expressamente comunicado. Assim, cremos que, apesar de nos prover princípios e conceitos que permitem a compreensão do que está no dito e implicado, quando o princípio-R autoriza uma implicatura que ressalta um modo diferente do convencional, o significado pode não ser o mais fiel ao contexto. Isso não ocorre, por exemplo, no segundo paradoxo que vimos, no qual a contradição se dissolve totalmente com as implicaturas possibilitadas. Nas situações apresentadas em 5.2.3 e 5.2.4, em que há contradições clássicas, a intenção comunicativa do falante não parece ser interpretada pelo ouvinte na perspectiva avaliada, mas isso era esperado, já que as proposições se anulam ou são incompatíveis.

O desenvolvimento do paradoxo e a ideia de contradição foram evidenciados em todas as análises realizadas com a teoria em questão. Nos casos em que não há vagueza e contradição rígida, isto é, em termos do princípio da contradição, isso fica corroborado também com a relação propiciada pelas implicaturas Q e R. De forma oposta, obtemos a confirmação do absurdo nas expressões com contradição estrita justamente por negação do conceito, ou seja, o fenômeno linguístico fica evidente com as implicaturas realizadas. Ao lidarmos com um paradoxo que trata de vagueza, como o paradoxo de sorites, na seção 5.2.5, a divisão pragmática do trabalho não parece adequada. Isso porque, apesar de as implicaturas escalares possíveis, não é possível a restrição exigida pelo princípio-R, o que comprova a vagueza dos predicados, visto que esses, como já observado, não possuem um limiar de significação indiscutível.

A segunda teoria que usamos para pensarmos sobre a contradição e o paradoxo foi a TICG, desenvolvida por Levinson (2000). Essa teoria, de certa forma, por ser neogriceana, se aproxima bastante da perspectiva apontada por Horn e, por isso, as análises possibilitadas foram aproximadas. Nessa perspectiva apontada por Levinson, uma das principais explicações para que o receptor consiga compreender o que está implícito na expressão com fenômeno que parece ser absurdo é ligada à segunda máxima de quantidade de Grice (1967), ou seja, a heurística-Q. A heurística-M também possibilita implicaturas relevantes para o entendimento, mas, por suas implicaturas serem mais fracas que as de quantidade, assume-se que a Q

seja mais importante. Na primeira ocorrência, vimos que esse resgate só ocorre em parte por não considerar o contexto do *meme* como um todo e assim possibilitar uma inferência que parece ser diferente da esperada pelo comunicador. Na expressão dada em 5.2.2, percebemos também a influência da heurística-M, mas, de modo distinto ao que ocorre em 5.2.1, a estranheza é facilmente aceita pelo receptor, como esperamos de um paradoxo verídico.

Quanto à formação do enunciado contraditório ou paradoxal, a TICG também tem resultados semelhantes ao da teoria analisada anteriormente. No primeiro caso, são as implicaturas que remetem à quantidade e ao modo que possibilitam a manutenção do fenômeno tratado, isso é, as heurísticas-Q e -M. A obscuridade da expressão que associa o amor à raiva faz com que a estranheza da conclusão seja ressaltada. Também o paradoxo da vaguidade fica evidenciado pelas duas primeiras heurísticas propostas por Levinson, tanto pela forma em que a proposição é exposta quanto pela pertinência. No entanto, é a implicatura por Q, por contraste escalar, que fomenta o encadeamento do argumento sorítico. Na terceira análise, observamos que a contradição clássica fica evidenciada com a negatificação de implicaturas-Q que se mostram impossíveis. Também o princípio da informatividade propicia implicaturas incompatíveis com a proposição original, destacando a existência da contradição nos moldes clássicos.

É interessante pensar, porém, como, nas teorias neogriceanas, podemos observar que a contradição clássica pode ser compreendida por uma ICP como ocorreria em uma implicatura como a seguinte: 'o comunicador está enganado'. Horn, resalta que esse tipo de implicatura é sempre possível quando uma ICG não é alcançada e Levinson, apesar de mencionar as ICPs, se aprofunda apenas nas ICGs, como o próprio nome de sua teoria evidencia.

De acordo com o que observamos nas análises, a terceira teoria abordada, a Teoria da Relevância, nos moldes propostos por Sperber e Wilson (1986, 1995), corresponde ao conjunto de conceitos que mais permite, por conta de seu arcabouço teórico, que se tenha um conjunto de inferências, uma se sobrepondo às outras, quando necessário, para se chegar à uma conclusão, levando-se em consideração a noção de alto baixo custo. Como enfatiza Costa (2008, p. 20) "As pessoas, em seu dia a dia, tendem, de fato, a ser relevantes; mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício". Isso acontece por incluir diversos tipos de estímulos ostensivos-inferenciais como os visuais e outras

suposições já estabelecidas na memória enciclopédica, o que a princípio permite a compreensão da interpretação dos fenômenos linguísticos que tratamos nesta tese, notadamente contradição e paradoxo. Devido ao fato de que a cognição é orientada por uma busca pela relevância ótima, e, ainda, ao modo de funcionamento do mecanismo dedutivo, o qual continua a produzir suposições até encontrar uma que tenha uma regra lógica armazenada na mente do indivíduo. Porém sabemos que nem sempre a expectativa do comunicador é suprida pelas inferências realizadas pelo receptor da mensagem, principalmente por, algumas vezes, não compartilharem o mesmo ambiente cognitivo via suposições mutuamente manifestas. Em nosso trabalho, não encontramos nenhum exemplo latente que supra essa situação, mas apontamos que outros tipos de paradoxos podem ser averiguados a partir de outros entendimentos. Exceto no caso em que há uma contradição lógica é que os autores da TR não são capazes de afirmar um modo que explique como o receptor insere a inferência do estímulo suscitado pela expressão linguística. Isso assim se dá porque o mecanismo dedutivo realizará um alto custo de processamento cognitivo para encontrar tal forma lógica que contemple esse *input*. Como os autores avaliam que em algumas ocasiões o indivíduo pode criar novas suposições e assim excluir uma ou todas as proposições contraditórias com o uso de evidências do contexto. Contudo, nessas situações não há o benefício de nenhum efeito contextual. Consideramos, portanto, que a TR explica “em parte” por prever que a cognição humana procurará um modo de dissolver a contradição. Desse modo, é possível que o ouvinte realize a inferência, por meio da relevância contextual, de que o falante está equivocado ou querendo enganá-lo.

No entanto, como já destacou Levinson (2000), a TR é uma teoria bastante generalista e que, portanto, se propõe a explicar uma gama ampla de possibilidades linguísticas. Desse modo, pensamos que a TR se mostra muito adequada e maleável para pensarmos fenômenos que trazem absurdos, aparentes ou não, na linguagem, é interessante investirmos na perspectiva neogriceana de Horn e Levinson de pensar nas inferências e interpretações providas pelo enunciado em si. Isso porque a questão mais rígida proposta por esses autores parece mais compatível com as ocorrências admitidas por nós, já que estas se originam de modo mais formal.

O que pudemos perceber em todos os exemplos apresentados e analisados, exceto por aqueles que eram evidenciados por contradições em senso estrito neste

capítulo, é que requerem avaliação em uma perspectiva de uma lógica de caráter informal. Esse viés, como vimos, garante a interpretação pelo resgate de inferências não-triviais a partir dos argumentos em linguagem natural sem abandonar as noções lógicas tradicionais assumidas em contexto de racionalidade ampla. Desse modo, consideramos que nossa hipótese, em parte, foi alcançada. Não podemos ratificá-la totalmente porque, quando nos deparamos com contradição no sentido da Lógica Clássica, em nossas análises, não há como garantirmos que o receptor realize uma inferência válida para que a comunicação seja bem-sucedida. No entanto, sabemos que ao avaliarmos outras propriedades de efeitos retórico-pragmáticos (como atualmente é assumido por Horn (2018)) e outros traços contextuais (expandido pela TR), é possível que a contradição clássica permita inferências que possibilitem o resgate da intenção comunicativa do comunicador. Essas abordagens também fazem uso de uma lógica da linguagem natural, entretanto, avaliar essas outras características não fazem parte do nosso objetivo.

Observamos também que é a contradição e não o paradoxo que permite ou dificulta que as teorias pragmáticas explicitem o fenômeno linguístico que poderia causar estranheza no interlocutor. A capacidade de explicação que tais modelos propiciam está, portanto, vinculada à noção de contradição, tanto em sentido estrito quanto no mais amplo, mesmo quando um paradoxo é desenvolvido em cima disso.

Uma de nossas perguntas norteadoras era se é possível haver uma aparente irracionalidade em enunciados que são aceitos no contexto comunicativo. Concluimos que sim, mas que, fora das situações de contradição clássica, a irracionalidade é apenas aparente, posto que o comunicador provavelmente tem uma intenção ao realizar sua contribuição ao processo comunicativo da forma escolhida. Como vimos ao observarmos enunciados bastante prováveis de serem encontrados em situações comunicativas do cotidiano, os quais possivelmente não causariam “ruído” na interlocução ou proporcionariam algum efeito esperado pelo comunicador.

O mesmo não parece ocorrer com as contradições clássicas, pois as suas produções na linguagem parecem conter irracionalidade por parte do comunicador. Deste modo, é possível pensarmos que se trata de um equívoco quanto às informações dadas por ele. É possível também pensarmos que o enunciado tenha sido proferido racionalmente com a intenção comunicativa de causar estranheza ou de desconcertar o ouvinte. No que tange ao receptor a contradição em termos da

Lógica Clássica parece ser aceita ou aparentemente compreendida apenas em um engano por parte dele, possivelmente por falta de atenção. Porém, ressaltamos novamente que outras propriedades dentro da Pragmática, as quais não são parte de nosso escopo de pesquisa, possibilitam explicar como a contradição clássica também pode ser comunicada e compreendida racionalmente.

Assim já respondemos a outra de nossas perguntas: a Pragmática dá conta de tal irracionalidade no sentido clássico? A Pragmática no recorte que avaliamos em nosso trabalho não dá conta da falta de racionalidade de enunciados com contradição rígida. Dos conceitos abordados por nós, apenas a TR parece prover um subterfúgio para explicá-la, através da ideia de mecanismo dedutivo, mas a contradição clássica não é resolvida, ou seja, não possibilita um modo de o ouvinte recuperar a intenção informativa do comunicador. Isso é possível apenas, como já mencionamos, realizando uma inferência por contexto de relevância que indique a irracionalidade do próprio falante. No entanto, outros conceitos e teorias dentro do escopo da pragmática inferencial, como já destacamos, parecem dar conta da irracionalidade que fenômenos como a contradição ressaltam. Pensamos ser interessante avançarmos na investigação dessas outras propriedades em trabalhos futuros.

Outra pergunta que norteou nossa investigação era qual das teorias inferenciais mencionadas parece ser a mais adequada para esta aproximação entre ambas as lógicas e a pragmática na avaliação de paradoxos e contradições. No decorrer da pesquisa, percebemos que todas as teorias e estudos abordados podem contribuir com algo para a solução dos aparentes absurdos linguísticos que nos propusemos a examinar. Isso porque os modelos propiciam diferentes modos de tratarmos as contradições e o paradoxos. Fenômenos da linguagem como a contradição e o paradoxo, comuns no dia a dia, fogem um pouco ao escopo das teorias. No entanto, as teorias neogriceanas parecem nos permitir desenvolver uma explicação mais próxima em termos lógicos do que a TR, de modo que as avaliamos como sendo mais adequadas para as ocorrências “absurdas”. Por outro lado, a TR nos possibilita explicar melhor o resgate das intenções do falante.

## 6 CONCLUSÃO

No decorrer desta tese, pudemos observar que há diversas situações nas quais indivíduos usam ocorrências linguísticas que possuem contradições e/ou paradoxos tanto na estrutura da forma lógica quanto no conteúdo da mesma. É possível pensar que a utilização desses fenômenos, seja de modo consciente ou não, possa afetar a interpretação pelo ouvinte da intenção informativa e da intenção comunicativa do falante. No entanto, é possível afirmar que o uso desses tipos de ocorrência linguística nem sempre atrapalham o processo comunicativo e muitas vezes sequer são conscientemente percebidos pelos participantes da interlocução. Situações como essas nos fizeram observar como o estudo desses fenômenos são interessantes de serem examinados em uma perspectiva da linguagem, de forma similar ao que acontece há muito tempo na área da Lógica.

Como as ocorrências aparentemente absurdas da linguagem podem ser interpretadas pelos integrantes de uma troca comunicativa sem que haja expressão ou reconhecimento de estranheza, acreditamos que as teorias da Pragmática Inferencial eram as mais adequadas para nossa pesquisa. Nesse sentido, nosso objeto de estudo não foi a contradição e o paradoxo em si mesmos, mas as teorias pragmáticas. Isso porque nosso maior objetivo com essa pesquisa era o de verificar como as ocorrências aparentemente absurdas na linguagem podem ser avaliados linguisticamente em um contraponto entre a Lógica Tradicional e uma Lógica Informal da linguagem natural. Isto é, avaliar as teorias importantes da Pragmática para não lidar apenas em termos de verdade e falsidade, mas também com a racionalidade de propriedades como aceitabilidade e consistência dos enunciados.

As perguntas que nos nortearam para a construção desta pesquisa eram a) é possível haver uma aparente irracionalidade em enunciados que são aceitos no contexto comunicativo? b) a Pragmática dá conta de tal irracionalidade (no sentido clássico)? c) qual dos estudos inferenciais selecionados parece ser o mais adequado nesta aproximação entre ambas as lógicas e a pragmática na avaliação de paradoxos e contradições? d) Qual o poder descritivo e explanatório de tais estudos?

As teorias e estudos pragmáticos avaliados têm noções da Teoria das Implicaturas (GRICE, 1967) como ponto de partida. Todos eles se propõem essencialmente a tentar mostrar como as inferências são realizadas pelos indivíduos

e de que modo a comunicação é bem-sucedida. São eles: Implicaturas com base-Q e base-R (HORN, 1984), Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas (LEVINSON, 2000) e Teoria da Relevância (1986, 1995). Assumindo a inferência como um objeto teórico de natureza interdisciplinar e considerando a necessidade de um tratamento da linguagem natural para os fenômenos, realizamos este trabalho em metodologia teórica da Metateoria das Interfaces (Costa, 2007). Isso se justifica com a compreensão de que, apesar de as regras da Lógica Clássica ser o que suscitam a noção da contradição e do paradoxo, é a racionalidade mais ampla, avaliada pela da lógica da linguagem natural, o que nos permite entender a falta de estranheza gerada aos interlocutores no uso das expressões em questão.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos necessários para alcançarmos as respostas de nossos questionamentos. No primeiro deles, intitulado *Inferências no caminho da Lógica* apresentamos conceitos da Lógica Clássica importantes para a compreensão dos fenômenos da contradição e do paradoxo, bem como para mostrarmos as bases dos estudos linguísticos que avaliamos na tese. Este capítulo foi organizado em duas partes principais nas quais abordamos a Lógica Clássica e a ligação inicial entre a Lógica e estudos da linguagem.

Na exposição de noções da Lógica Clássica, incluímos conceitos como as regras que ditam o pensamento racional, nas quais se inclui o princípio da não-contradição. Esse princípio, como vimos, se relaciona diretamente aos fenômenos linguísticos como a contradição e o paradoxo, já que ao não ser seguido é que eles acontecem. Mostramos também o quadrado das oposições, que possibilita visualizarmos por seus vértices a formação de contradições clássicas e que, inclusive, foi utilizado em estudo linguístico de Laurence Horn que vimos em capítulo posterior. Na segunda parte do capítulo, desvelamos o caminho dos estudos lógico-linguísticos que chegam até o início da Pragmática refletimos sobre os autores Frege, Russell e Strawson. Frege e Russell para o desenvolvimento de paradoxos, como a elaboração do Paradoxo das Classes, e Strawson por apontar a questão de uso da sentença ao refutar a ideia de Russell sobre significado e referência.

Essas bases que realçamos da Lógica Clássica, no entanto, não bastam para tratarmos da linguagem natural. Por isso, adotamos a perspectiva da Lógica Informal de autores como Walton (1989) e Costa (2009, 2016), os quais consideram aspectos como o que é aceito como verdade na linguagem natural e não apenas com as condições de verdade, mas sem esquecer o formalismo.

O terceiro capítulo, *Inferências no caminho da Pragmática*, relaciona-se com o anterior em dois pontos principais: 1) todos os estudos inferências que abordamos tem um viés lógico e, assim, faz uso, de conceitos que abordamos no capítulo 2; e 2) a noção de inferência agora é vista pelo ponto de vista da Pragmática. Na primeira seção apresentamos um breve histórico-não problemático de estudos da Pragmática Clássica e da Pragmática Contemporânea. Assim, deixamos claro a perspectiva da área que assumimos nesta tese. Em seguida, discorremos sobre a Teoria das Implicaturas (GRICE, 1967), na qual é apresentada o conceito de modelo inferencial para a comunicação. Nessa abordagem a comunicação pressupõe um Princípio de Cooperação entre os interlocutores e que está ligado a quatro categorias de máximas conversacionais: qualidade, quantidade, modo e relação. Essa perspectiva teórica, como as outras que foram posteriormente apresentadas nesta tese, traz o entendimento de que a comunicação ocorre por processos inferenciais, o que indica que o receptor compreende não apenas o que está dito no enunciado linguístico, mas também o implicado.

As outras seções do capítulo 3, foram destinadas aos estudos e teorias da Pragmática Inferencial que posteriormente avaliamos para verificar como eles podem tratar dos fenômenos da contradição e do paradoxo na linguagem natural. A primeira teoria apresentada foi a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995). Essa teoria tem como ponto de partida a Teoria das Implicaturas griceanas, mas é da área da Psicologia Linguística. Vimos que, para os autores da Relevância, a comunicação não se dá apenas por estímulos inferenciais e que é a mente humana que direciona a comunicação por estímulos ostensivo-inferenciais. Nessa abordagem pós-griceana, são os diferentes graus de relevância que possibilitam as inferências realizadas no processo comunicativo.

Nas seções seguintes, observamos estudos de Laurence Horn (1984) sobre Implicaturas base-Q e base-R. Mesmo que estes não configurem uma teoria, acreditamos ser importante a avaliação dessas noções por serem bastante significativas na evolução teórica de Teorias neogriceanas, como as que apresentamos na seção das Teorias das Implicaturas Conversacionais (LEVINSON, 2000). Essas duas perspectivas mostram uma diminuição das máximas conversacionais griceanas em uma quantidade menor de princípios, considerando a máxima de qualidade como uma prerrogativa da troca conversacional. Na

concepção de Horn, no recorte abordado em nosso trabalho, as implicaturas seguem o Princípio-Q e o Princípio-R, o primeiro é ligado à primeira máxima conversacional de qualidade e o segundo à segunda máxima de qualidade e as máximas de modo e de relação. Para o autor, os dois princípios ocorrem de forma relacionada já que um define e restringe o outro. A perspectiva de Levinson traz três heurísticas ligadas às máximas conversacionais griceanas. A primeira delas é a heurística-Q, que remete a máxima de quantidade, a segunda é a Heurística-M, ligada a máxima de modo, e a terceira é a heurística-I, que trata da máxima de relação e a ideia de pertinência da informação dada.

No capítulo 4, nomeado *Usos de linguagem aparentemente absurdos*, apresentamos conceitos que nos permitiram compreender o que são os fenômenos da contradição e do paradoxo, os quais podem ser tratados pela Lógica e pela Linguística. Dividimos o capítulo em duas seções principais, sendo que a primeira foi dedicada a pensarmos sobre a contradição. Nela, retomamos conceitos dados no capítulo 1, como o princípio da não-contradição, para entendermos a contradição clássica. Discutimos nessa parte sobre nossa hipótese de que paradoxos são contradições e concluímos através de ilustração inspirada na Teoria de Conjuntos, que os paradoxos e as contradições são fenômenos em intersecção. Isto é, há uma parte dos paradoxos que são contradições e outros não.

Na segunda seção, reservada aos paradoxos, discorremos sobre conceitos da filosofia para explicarmos o que é esse fenômeno, muitas vezes desenvolvido por fundamentar argumentos e conceitos. Trouxemos entendimentos sobre o que é esse tipo de ocorrência linguística e de diferentes modos de sistematização através da visão de filósofos como Quine, Sainsbury, Rescher, Olin e Sorensen. A questão do paradoxo se dá em torno da aparente aceitabilidade ou não de premissas e/ou conclusões, o que vimos ser recorrente em trocas comunicacionais do cotidiano. Algumas formas de organizar os paradoxos sobre a verdade ou não das partes dos seus argumentos, conforme a Lógica Clássica, foram apontadas por autores como Quine e Olin.

No último capítulo, nomeado *Aparentes irracionalidades e estudos pragmáticos*, utilizamos conceitos das partes anteriores do trabalho para investigarmos cinco exemplos de ocorrências linguísticas em que aparentemente ocorriam os aparentes “absurdos”, a contradição e/ou paradoxo. Trouxemos exemplos que assumimos como contradição de racionalidade ampla em paradoxo

comunicacional, um paradoxo com contradição de racionalidade ampla. Consideramos a contradição como de racionalidade ampla aquelas que parecem ser contradições, mas que se mostram contraditórias e aceitas por propriedades como coerência, pertinência e aceitabilidade das proposições. Na primeira ilustração, vimos que o paradoxo se dá por questão comunicacional, mas, na segunda, o paradoxo está posto no contraditório. As duas amostras seguintes, apresentam contradições no sentido da Lógica Clássica, em que há  $p \wedge \neg p$ , ou seja, uma proposição, por algum motivo, parece invalidar a outra. E, por último, mas não menos interessante, trouxemos um exemplo de paradoxo de vagueza, para avaliarmos como limites pouco definidos de predicados podem ser paradoxais ao serem desenvolvidos em um encadeamento sorítico.

Com esses exemplos, usamos os estudos e teorias tratados no capítulo 3, os quais nos serviram como fonte para as análises descritas no capítulo 5, em que avaliamos quais conceitos delas poderiam ser utilizados para pensarmos em contradição e paradoxo. Observamos, nas análises que realizamos, que a perspectiva da Lógica Informal (WALTON, 1989; COSTA, 2009, 2016) é requerida. É essa abordagem que garante a interpretação do conteúdo proposicional dos fenômenos por inferências não-triviais, sem que as noções da Lógica Clássica, assumidas em contexto de racionalidade ampla, sejam abandonadas. Neste sentido, vemos que nossa hipótese foi parcialmente corroborada, pois, quando se trata de uma contradição no sentido da Lógica Clássica, não conseguimos ver uma explicação que garanta que o receptor seja capaz de realizar uma inferência válida para compreender a intenção do falante. Ressaltamos, no entanto, que assumir outras propriedades de efeitos retórico-pragmáticos (como atualmente é assumido por Horn (2018)) e outros traços contextuais (expandido pela TR), é passível de apresentar uma resolução para a questão. No entanto, essas perspectivas não faziam parte do nosso recorte de investigação teórica e, por isso, não temos como aponta-las como solução.

Sobre a avaliação das teorias e estudos pragmáticos abordados, concluímos que todas elas têm folego para contribuir com a investigação de contradição e de paradoxos. A Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995), no entanto, proporciona uma gama maior de possibilidades para compreendermos como as inferências são deduzidas e geradas no processo comunicativo por assumir noções mais amplas como o funcionamento do mecanismo dedutivo e estímulos ostensivo-

inferenciais. No entanto, o estudo das Implicaturas com base-Q e com bases-R (HORN, 1984) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais (LEVINSON, 2000) também possibilitaram investigação adequada dos fenômenos da contradição e do paradoxo.

Esta tese também nos possibilitou pensar que a irracionalidade de proposições contraditórias e de paradoxos realizados em trocas comunicativas é apenas aparente. Posto que são ocorrências linguísticas realizadas pelo comunicador com a intenção (consciente ou não) de contribuir para o processo comunicativo do qual participa. Acreditamos que a escolha do comunicador pelo “absurdo” linguístico deva-se pela a intenção de viabilizar um efeito comunicativo específico. Exceto em algumas situações dadas com contradição linguística nos moldes do princípio da não-contradição, no qual é possível assumir que o receptor, algumas vezes, não consiga realizar uma inferência válida, no que tange a aceitabilidade.

Acreditamos ter contribuído para os estudos da Pragmática Inferencial ao possibilitar uma reflexão sobre como diferentes teorias e estudos da área podem tratar de fenômenos recorrentes na linguagem do cotidiano, a contradição e o paradoxo. Certamente, é interessante que sejam realizadas outras investigações de abordagem da Pragmática para que possamos compreender cada vez mais situações que são aparentemente absurdas na linguagem natural.

## REFERÊNCIAS

- ADINA, N., NIKITA, N., SAMUEL, B. *A Broad-Coverage Challenge Corpus for Sentence Understanding through Inference*. New Orleans: Association for Computational Linguistics, 2018. Disponível em: <<https://www.nyu.edu/projects/bowman/multinli/>>
- ARISTOTELES. *Organon: Analíticos Posteriores*. Tradução de Gomes Pinharanda. Lisboa: Guimarães Editores Ltda, 1987.
- AUSTIN, J.L. (1962) *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.
- BAR-HILLEL, Y. Indexical Expressions. *Mind*. Oxford: Oxford University Press, Vol. 63, No. 251 (Jul., 1954), p. 359-379. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2251354>>. Acesso em: fev., 2017.
- BEALL, J., GLANZBERG, M. and Ripley, D. Liar Paradox. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), 2007. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/liar-paradox/>>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BECKETT, S. Waiting for Godot. In: \_\_\_\_\_. *The Complete Dramatic Works*. Londres: Faber and Faber, 2006.
- BEHLE, N. F. *Teatro do Absurdo e Teoria da Relevância se encontram*. 2011. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português, Inglês e suas respectivas literaturas) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. (Sem publicação).
- \_\_\_\_\_. *Paradoxos: inferências semânticas e implicaturas pragmáticas*. 2014. 55 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CARNAP, R. On Some Concepts of Pragmatics. *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*. Vol. 6, No. 6 (Dec., 1955), p. 89-91. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4318235>>. Acesso em: fev., 2017.
- CARSTON, R. Relevance Theory and the Saying/Implicating Distinction. In: In: HORN, L.R; WARD, G. *The Handbook of Pragmatics*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- CIRNE-LIMA, C. *Sobre a Contradição*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- CHIERCHIA, G.; MCCONNELL-GINET, S. *Meaning and Grammar: an introduction to Semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.

COPI, I. M, COHEN, C. *Introduction to logic*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

COSTA, J.C. da. A Lógica da Conversação na Conversação sobre a Lógica. In: Revista FAMECOS, n.14. Porto Alegre, abr. 2001.

\_\_\_\_\_. Ciências da Linguagem: Comunicação, Cognição e Computação – Relações Inter-Intradisciplinares. In: AUDY, J.L.N.; MOROSINI, M.C. (orgs.). *Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 361-386.

\_\_\_\_\_. Relevâncias, Kluges, emoções: reflexões provocativas. In: COSTA, Jorge Campos da; RAUEN, Fábio José. (Org.). *Tópicos em Teoria da Relevância*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

\_\_\_\_\_. Lógica e Linguagem Natural nas Interfaces. In: COSTA, J.C., WANNMACHER, V.P. *Linguagem e Cognição: relações interdisciplinares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 132-142.

\_\_\_\_\_. Na interface entre Lógica Formal e Lógica Prática: inferências múltiplas. *Letras de Hoje*, vol. 51, n. 3, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/25482>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

COSTA, J. C. da; SARAIVA, J.R. O Diálogo: argumentação prática e condições de afetividade. In: *Ling. (dis)curso*, vol.15, no.3, Tubarão, Set./Dec., 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-76322015000300449](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-76322015000300449)>. Acesso em: 25 mar. 2017.

FELTES, H.P. de M.; SILVEIRA, J.R.C. da. *Pragmática e Cognição: A textualidade pela relevância e outros ensaios*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FREGE, G. (1892) Sense and Reference. In: *The Philosophical Review*, Vol. 57, No. 3 (Mai, 1948), p. 209-230. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2181485>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. (1892) Sobre o Sentido e a Referência. In: FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Tradução por Paulo Alcoforado. São Paulo: Editora da USP, 2009.

GAZDAR, G. *Pragmatics: implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GLANZBERG, M. The Liar in Context. In: *Philosophical Studies*, n. 103. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2001. Disponível em: <<http://faculty.wcas.northwestern.edu/~mjpg904/documents/liarcontext.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

GOLDSTEIN, L. *Reasoning without contradiction*. In: *The Reasoner*, 6 (12). pp. 183-184. Kent: University of Kent, 2012.

GOLDSTEIN, L.; BRENNAN, A.; DEUTSCH, M.; LAU, J.Y.F. *Lógica: conceitos-chave em filosofia*. Tradução por Lia Levy. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

GRICE, H.P. Meaning. In: *The Philosophical Review*, vol. 66, No. 3 (Jul., 1957), p. 377-388. Disponível em: < <http://www.princeton.edu/~harman/Courses/PHI534-2012-13/Nov19/Grice-meaning.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. (1967) Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.) *Fundamentos metodológicos da linguística*, 5: pragmática - problemas, críticas, perspectivas da linguística. Tradução por J.W. Geraldi. São Paulo: Global, 1982.

\_\_\_\_\_. (1989) *Studies in the way of words*. Cambridge: Harvard University, 1991.

HARISSON III, F.R. *Deductive Logic and Descriptive Language*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

HUANG, Y. *Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 2007.

HORN, L.R. Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature. In: SCHIFFRIN, D. *Meaning, Form, and Use in Context: Linguistic Applications*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1984

\_\_\_\_\_. Given as new: When redundant affirmation isn't. *Journal of Pragmatics*, vol. 15, abr, 1991. p. 313-336.

\_\_\_\_\_. Implicature. In: HORN, L.R; WARD, G. *The Handbook of Pragmatics*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

\_\_\_\_\_. Contradiction. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/contradiction/>. Acesso em: jan. 2019.

HORSTEN, L. Philosophy of Mathematics. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/philosophy-mathematics/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

IBAÑOS, A. Pressuposição: Frege x Russell x Strawson x Dummett o início do debate. In: *Letras de Hoje*. vol 40, n. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

IBAÑOS, A.; COSTA, J.C. da. Pragmática e Filosofia. In: PERNA, C.B.L.; GOLDNADEL, M.; MOLSING, K.V. *Pragmáticas: vertentes contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017a.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *A natureza da pragmática: percurso teórico em um piscar de olhos*. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 52, n. 3, p. 286-293, jul.-set. 2017b.

ISRAEL, M. Saying less and meaning less. In: BIRNER, B.J.; WARD, G. *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean studies in pragmatics and semantics in honor of Laurence R. Horn*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

KAPLAN, D. Demonstratives an essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals. In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (eds.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989.

KORTA, K.; PERRY, J. Pragmatics. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2015 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2015/entries/pragmatics/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LEVINSON, S.C. Pragmatics. Cambridge: Cambridge University, 1983.

\_\_\_\_\_. *Presumptive Meaning: The Theory of Generalized Conversational Implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pragmática*. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIARD, L. *Lógica*. Tradução por Godofredo Rangel. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

MACKIE, J.L. *Truth, probability and paradox: studies in Philosophical Logic*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

MATTHEWS, G. *Philosophy and the young child*. Massachusetts: Harvard University Press, 1980.

MONTAGUE, R. Pragmatics and Intensional Logic. In: *Synthese*. Vol.22, 1970. p. 68-94.

MORRIS, C.W. *Foundations of the theory of signs*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

OLIN, D. *Paradox*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2003.

PETRILLO, P. R. *Raciocínio Difuso via Lógicas Moduladas: uma solução ao Paradoxo do Sorites*. 2005. 135fls. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <[http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281574/1/Petrillo\\_PauloRoberto\\_M.pdf](http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281574/1/Petrillo_PauloRoberto_M.pdf)>.

PRIEST, G. (1987) *In Contradiction: A Study of the Transconsistent*. New York: Oxford University Press, 2006.

QUINE, W.V.O. *The ways of paradoxes and other essays*. Cambridge: Harvard University, 1976.

RESCHER, N. *Paradoxes: their roots, range, and resolution*. Chicago: Open Court, 2001.

RUSSELL, B. (1903) *The Principles of Mathematics*. Nova Iorque: W.W.Norton, 2ª edição, 1996.

\_\_\_\_\_. On Denoting. *Mind*, New Series, v. 14, n. 56, p. 479-493, Oct., 1905.

SAINSBURY, R.M. *Paradoxes*. 2ª edição. Cambridge (UK): Cambridge Univ., 1995.

SARAMAGO, J. *O Homem Duplicado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SBISÀ, M. After Grice: neo- and pos- perspectives. *Journal of Pragmatics*, vol. 38, n. 12, dec. 2006. p. 2223-2234.

SEARLE, J.R. (1969) *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. London: Cambridge University, 1976.

SMARANDACHE, F. *Linguistic Paradoxes and Tautologies*. In: *Libertas Mathematica*. Texas: University of Texas at Arlington, Vol. XIX, 143-154, 1999.

SORENSEN, R. *A Brief History of the Paradox: philosophy and the labyrinths of the mind*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Cambridge: Blackwell, 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Teoria da relevância. In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., 2005. Tradução por Fábio José Rauen e Jane Rita Caetano da Silveira. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/download/287/301](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/download/287/301)>. Acesso em: mai. 2017.

STALNAKER, R. *Context and Content*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STRAWSON, P. F. On Referring. In: *Mind*, New Series, Vol. 59, N. 235. (jul., 1950), p. 320-344. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2251176>>.

\_\_\_\_\_. *An Introduction to Logic Theory*. Londres: Routledge Revivals, 1952.

WALTON, Douglas. *Informal Logic: a handbook for critical argumentation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WAGNER, P. *A Lógica*. Tradução por Marcos Marcionilo. São Paulo: Editora Parábola, 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1953.

YUS, F. *Cyberpragmatics: internet-mediated communication in context*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

## ANEXO

Outros exemplos de contradição e de paradoxo na linguagem natural.

É tão perto, mas ainda assim tão longe. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "It's so near, but yet so far away".

Não se mover é as vezes um movimento melhor. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "Not to move is sometimes a better move".

A história era tão real que parecia ficção. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "The story was so real, that it looked fiction".

Há professores que ensinam e que não ensinam ao mesmo tempo.  
(SMARANDACHE, 1999)

Do original: "There are teachers who teach and don't teach at the same time".

Preservar a paz as vezes significa ir para a guerra. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "The preserve peace sometimes means going to war".

Solidão em uma multidão. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "Loneliness within a crowd".

O prazer que temos da dor. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "The pleasure we get from the pain".

Um sussurro alto. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "A loud whisper".

Espere o inesperado. (SMARANDACHE, 1999)

Do original: "Expect the unexpected!"

Sentença 1: "A estrada ao longo da costa sul viaja através de cidades agrícolas ocupadas e aldeias de pescadores intocadas pelo turismo".

Sentença 2: “As cidades ao longo da estrada beneficiam do turismo que flui pela estrada”. (ADINA, N., NIKITA, N., SAMUEL, B., 2018)

Do original: Sentence 1: “The road along the coastline to the south travels through busy agricultural towns and fishing villages untouched by tourism”.

Sentence 2: “The towns along the road have benefits from the tourism that flows down the road”.

Sentença 1: “Os últimos 12 anos da vida dele são um branco”.

Sentença 2: “Ele lembra de cada momento dos últimos 12 anos com detalhes”. (ADINA, N., NIKITA, N., SAMUEL, B., 2018)

Do original: Sentence 1: “The last 12 years of his life are a blank.”

Sentence 2: "He recalls every moment of the last 12 years in excruciating detail"

“Depois de jogar impressionantes 40.000 minutos (em apenas 11 temporadas) e levar 4 times finais, LeBron [James] pode estar lidando com efeitos a longo prazo de um fardo ridículo. *Ele ainda é ótimo, mas ele não é ÓTIMO*”. (Fonte: HORN, 2018)

Do original: “After playing a staggering 40,000 minutes (in just 11 seasons) and carrying four straight Finals teams, LeBron [James] might be battling the long-term effects of a historically ridiculous two-way burden. *He’s still great, but he’s not GREAT*”. [Simmons 2014, Other Internet Resources]

“O homem americano tem em média 1m75cm. Você é alto, mas não ALTO alto... se isso faz sentido”. (Fonte: HORN, 2018)

Do original: “Average American man is 5’9”. You’re tall, but not TALL tall... if that makes sense”.

“Não punk o suficiente para ser punk, mas não não-punk o bastante para não ser punk” (FONTE: HORN, 2018)

Do original: “Not punk enough to be punk but not not punk enough to be not punk”.